



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



SICLEIDE GONÇALVES QUEIROZ

**JOVENS DO CAMPO BAIANO: o lugar da escolarização e do trabalho
nas trajetórias e projetos de futuro**

**SÃO CRISTÓVÃO/SE
2011**

SICLEIDE GONÇALVES QUEIROZ

JOVENS DO CAMPO BAIANO: o lugar da escolarização e do trabalho nas trajetórias e projetos de futuro

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Educação como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria Freitas Teixeira

SÃO CRISTÓVÃO/SE
2011

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Queiroz, Sicleide Gonçalves

Q3j Jovens do campo baiano : o lugar da escolarização e do trabalho nas trajetórias e projetos de futuro / Sicleide Gonçalves Queiroz ; orientadora Ana Maria Freitas Teixeira. – São Cristóvão, 2011.

126f.

Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal de Sergipe, 2011.

1. Educação de jovens. 2. Jovens do campo - Educação. 3. Educação e trabalho. I. Teixeira, Ana Maria Freitas, orient. II. Título.

CDU 374.7(813.8)

“JOVENS DO CAMPO BAIANO: O LUGAR DA ESCOLARIZAÇÃO E
TRABALHO NAS TRAJETÓRIAS E PROJETOS DE FUTURO”

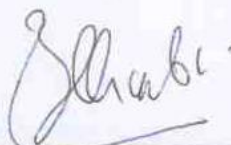
APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM
12 DE DEZEMBRO DE 2011



PROF.^a DR.^a ANA MARIA FREITAS TEIXEIRA



PROF. DR. ÉCIO ANTONIO PORTES



PROF. DR. BERNARD CHARLOT

SUPLENTE

Aos meus pais, Anísio Joaquim de Queiroz e Vitória Gonçalves Lima Queiroz, que tiveram o trabalho na agricultura familiar como principal fonte de subsistência e ensinamento sobre a vida e o mundo.

Aos jovens do campo brasileiro, particularmente os da região Nordeste, aos quais buscamos dar voz neste trabalho de pesquisa.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, meu maior sustentáculo e referência de vida, que batalhou incansavelmente pela educação escolar dos seus oito filhos, pelo apoio incondicional à minha formação acadêmica;

À Clécio, grande companheiro, pela presença efetiva no compartilhamento dos projetos de vida, alegrias, tristezas, inseguranças, conquistas, angústias, saudades;

Aos meus irmãos(as), sobrinhos(as), tios(as), cunhados(as), primos(as)..., que estiveram torcendo por mim durante o mestrado longe de casa;

À Dona Helena, pela confiança, amizade e acolhida em seu lar em Aracaju/SE, à Finha, pelo carinho, e ao Éder, pelas boas conversas nos intervalos de nossas produções;

À orientadora desta pesquisa, Profa. Ana Teixeira, pelo compromisso e dedicação em torno da problemática desta pesquisa, especificamente, dos jovens do contexto investigado, e pela reciprocidade na relação de orientação;

Ao Prof. Bernard Charlot, por aceitar o nosso convite tanto para a banca de Qualificação quanto de Defesa, trazendo importantes contribuições para o trabalho de pesquisa;

Ao Prof. Écio Portes, pela disponibilidade em participar da banca de Defesa como examinador externo e trazer seu olhar sobre o resultado da produção;

À Profa. Solange Lacks, pelas contribuições à pesquisa no exame de Qualificação;

À Profa. Lúcia Aranha, pelas tentativas de “desatar os nós” da realidade aparente em torno da problematização do objeto de pesquisa ao qual venho me debruçando;

Aos professores do Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, pelas contribuições dadas, de alguma forma, à minha formação;

À turma do mestrado/2010, pela energia boa nos momentos de convivência e compartilhamento das experiências diversas ao longo das disciplinas cursadas;

Aos que mais do que colegas tornaram-se grandes amigos, na companhia dos quais vivi momentos inesquecíveis dentro, mas principalmente, fora do ambiente acadêmico, especialmente, Eliane, Wagner, Jânio, Jobeane e Adenilson;

À Wagner Cruz, pelo olhar geográfico sobre alguns detalhes deste trabalho e à Jânio Santos, pela disponibilidade em querer sempre ajudar e debater questões mais aprofundadas acerca da problemática investigada;

À Débora Lemos, pessoinha importante para mim nos dois anos da produção deste trabalho, pelo carinho, amizade e atenção;

À Dora e à Clécia, pelo auxílio no desembaraço da tradução do resumo em língua inglesa;

Aos que se interessam pela problemática do campo brasileiro, em seus aspectos sócio-político, culturais e históricos, em especial os que buscam dar visibilidade a problemática da juventude do campo; a exemplo de Isabela Menezes;

Aos que contribuíram de alguma forma, para a realização deste estudo e que aqui não foram citados;

Por fim, agradeço imensamente aos jovens das comunidades de Alecrim, Entrada, Massapê e Pau D'arco, localizadas no município de Teofilândia/BA, sujeitos centrais neste trabalho, aos quais sou eternamente agradecida, pelo carinho, atenção, disposição e interesse em contribuir com a investigação, sem os quais este trabalho não se realizaria.

“[...] deixar o trabalho só pra estudar pra mim não recompensa não; deixo um e pego o outro, pra levar os dois ao mesmo tempo pra mim não aguento não” (Jovem da comunidade de Massapê - Teofilândia/BA, 21 anos, 5ª série).

“O meu sonho mesmo era voltar a estudar pra ver se arrumo um trabalho melhor de que casa de família, né?! E o meu sonho era só esse, e aprender a ler... que eu não estudei muito. Eu sei ler muito ruim. Aí o meu sonho era só esse mesmo” (Jovem da comunidade de Entrada - Teofilândia/BA, 22 anos, 1ª série).

RESUMO

O presente estudo surgiu da necessidade de ampliarmos as investigações acerca da juventude do campo brasileiro, especialmente da região Nordeste. Partimos da hipótese de que as difíceis condições de trabalho no campo têm levado os jovens a buscarem possibilidades de sobrevivência na cidade, realidade que tem contribuído para a centralização do trabalho e, conseqüentemente, para a secundarização da escolarização nos projetos de vida dos jovens do campo. Nesta perspectiva, a saída do campo nem sempre se dá por escolha; muitas vezes, é por falta de condições materiais para a permanência que a cidade passa a vista como uma possibilidade de melhores condições de sobrevivência através da venda da força de trabalho, mesmo, quase sempre, em precárias condições e de superexploração. Diante disso, surge o questionamento: Qual o lugar da escolarização e do trabalho nos projetos de vida dos jovens de Alecrim, Entrada, Massapê e Pau D'arco, comunidades do campo de Teofilândia/BA? A pesquisa foi realizada com dezessete jovens, com experiências migratórias e não-migratórias, com o objetivo de analisar qual o lugar da escolarização e do trabalho nos projetos de vida desses sujeitos, buscando identificar as relações que se estabelecem entre as perspectivas de permanência no campo e migração para a cidade. Os dados da pesquisa levam a confirmação da hipótese de que a dificuldade para conciliar o trabalho com a escolarização, devido a necessidade imediata da sobrevivência pessoal e/ou familiar, tem levado ao abandono escolar, principalmente entre os jovens do sexo masculino. Além disso, os dados mostram as atribuições dos jovens à escolarização e ao trabalho, assim como às relações afetivas com lugar e com as pessoas que nele vivem, consideradas como fortes motivos do desejo de permanecer, porém insuficientes à garantia da permanência dos jovens no campo frente a visível carência de políticas públicas nas comunidades onde moram.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude do campo; Escolarização; Trabalho; Projetos de vida.

ABSTRACT

This study resulted from the need to broaden the investigation about the youth of the Brazilian countryside, especially in the Northeast, focusing the debate on the real conditions faced by these individuals for schooling and work in achieving its future projects. We assume that the hard working conditions in the field have led the rural youth to seek chances of survival in the city. This reality has contributed to the centralization of the work in the lives of young people, and as a result we notice schooling is put in second place as a life project, reflecting directly on school dropout. In this perspective, leaving the field does not always happen by choice, often for lack of material conditions for the stay, and in this context, the city is seen as a possibility to search for better conditions for survival through the sales force work, often in precarious conditions and overexploitation. Therefore, the question arises: What is the place of schooling and work in life projects of youngsters from Alecrim, Entrada, Massapê and Pau D'arco, (peasant communities in the municipality of Teofilândia, in the state of Bahia, Brazil)? The survey was conducted with seventeen young, migratory experiences and non-migratory, their respective communities in order to analyze which is the place of education and labor in these individuals' lives, trying to identify the relationships established between these axes to the front prospects that involve staying in the countryside and migrating to the city. The data generated through semi-structured interview, lead to confirmation of the hypothesis that the inability to combine work with schooling has led to leaving school over the immediate need of personal survival and / or family, especially among young male. Furthermore, the data show the existence of a differentiation between the roles assigned place of schooling and work in the lives of young people and affective relationships with place and people who live in it, considered as a strong reason for the desire to stay, but insufficient to ensure the permanence of young people in the field considering the apparent lack of public policies in the communities where they live.

KEYWORDS: Youth of the Brazilian countryside, Schooling, Work; Future projects.

LISTA DE QUADROS E FIGURA

Quadro 1 - Caracterização dos jovens quanto à comunidade, idade, sexo e escolarização	62
Quadro 2 - Síntese da escolarização dos jovens por comunidade	63
Quadro 3 - Escolarização dos jovens segundo o sexo	65
Quadro 4 - Escolarização dos jovens e de seus pais e mães	66
Quadro 5 - Ocupação dos jovens e de seus pais e mães	67
Quadro 6 - Motivos da desistência escolar apontados pelos jovens	73
Quadro 7 - Motivos da desistência escolar apontados pelas jovens	74
Quadro 8 - Os jovens e os programas de aceleração da escolarização	78
Quadro 9 - Jovens pesquisados e suas perspectivas em relação à escolarização	81
Quadro 10 - Jovens pesquisadas e suas perspectivas em relação à escolarização	84
Quadro 11 : Ocupações atuais das jovens e a escolarização	91
Quadro 12 - Ocupações atuais dos jovens e a escolarização	93
Quadro 13 - Perfil dos jovens com experiências migratórias	95
Quadro 14 - Perfil dos jovens que ainda não migraram	99
Quadro 15 - Projetos profissionais dos jovens	103
Quadro 16 - Projetos profissionais das jovens	106
Figura 1 - Localização de Teofilândia no Estado da Bahia	53

LISTA DE SIGLAS

CEB's - Comunidades Eclesiais de Base

CONJUVE - Conselho Nacional da Juventude

CPDA - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRRJ.

CVRD - Companhia Vale do Rio Doce

EFA's - Escolas Famílias Agrícolas

FTCead - Faculdade de Tecnologia e Ciências – Educação à Distância.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP - Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MFB - Mineração Fazenda Brasileiro

MEC - Ministério de Educação e Cultura

MOC - Movimento de Organização Comunitária

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

NEAD - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

ProJovem - Programa Nacional de Inclusão de Jovens

Pronaf Jovem - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar para os Jovens

PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

TOPA - Todos pela Alfabetização

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UFC - Universidade Federal do Ceará

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UFV - Universidade Federal de Viçosa

UNEB - Universidade do Estado da Bahia

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

UNESP - Universidade Estadual Paulista

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

UP's - Unidades Pedagógicas

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 - JUVENTUDE DO CAMPO: REALIDADE E DESAFIOS	23
1.1 O que dizem os estudos sobre juventude do campo?	24
1.2 Por uma concepção de juventudes do campo	29
1.3 Desafios às juventudes brasileiras	37
1.4 Juventudes do campo e projetos de vida	45
CAPÍTULO 2 - CONHECENDO OS SUJEITOS, O CAMPO EMPÍRICO E OS CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	52
2.1 Contextualização do campo empírico	52
2.2 Os instrumentos e o desenvolvimento do trabalho de campo	59
2.3 Caracterização dos sujeitos	61
CAPÍTULO 3 - JUVENTUDES DO CAMPO: PROCESSOS E PROJETOS DE ESCOLARIZAÇÃO	71
3.1 Lugar da escola na vida dos jovens: das experiências vividas	72
3.2 Planos em relação à escolarização	80
CAPÍTULO 4 - LUGAR DO TRABALHO NA VIDA DOS JOVENS E OS PLANOS DE FUTURO	90
4.1 Ocupações atuais dos jovens.....	91
4.2 Experiências migratórias e não-migratórias	95
4.3 Projetos profissionais	103
4.4 Maiores preocupações dos jovens em torno do futuro: permanência e migração	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS	121
APÊNDICES	125

INTRODUÇÃO

O presente estudo, integrante da Linha de Pesquisa *Formação de Educadores: saberes e competências* do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, foi constituído a partir da necessidade de ampliarmos as investigações acerca da juventude do campo nordestino especialmente no tocante a questões relativas ao trabalho, escolarização e projetos de vida, visto ser esta uma temática ainda pouco abordada nas pesquisas acadêmicas brasileiras.

O Estado da Arte sobre a juventude brasileira¹, realizado a partir de um levantamento das publicações nos cursos de pós-graduação das universidades do Brasil nas áreas de Educação, Ciências Sociais e Serviço Social entre 1999 e 2006, mostrou que apenas 4% do total das pesquisas nacionais de mestrado e doutorado abordaram a temática da juventude do campo (os jovens indígenas estão inclusos neste percentual).

A conclusão do trabalho mencionado evidencia que a produção acadêmica majoritariamente refere-se à condição juvenil urbana, situação que “pode induzir a generalizações apressadas sobre a juventude brasileira, se não forem levadas em conta as condições de vida das pequenas e médias cidades e das zonas rurais” (SPOSITO, 2009, p.24). Inclusive, estaríamos negando as diversidades que compõem *as juventudes* (classe, cultura, etnia, gênero, religião etc.), assim como o debate sociológico em torno da concepção de juventude em seus aspectos sócio-históricos, políticos e culturais.

No plano específico das produções acadêmicas, temos estudos que mostram “a situação de invisibilidade” a que está sujeita a população juvenil do campo, uma das expressões mais cruéis de exclusão social, contribuindo para que estes sujeitos permaneçam ignorados em seus direitos sociais e nas políticas públicas (WEISHEIMER, 2005). A partir da análise das produções sobre a juventude do campo, Weisheimer (2005, p. 28) observa que existem

[...] alguns limites nas abordagens, como o fato de que em diversos trabalhos localizados se tomam os jovens como objeto de estudo, mas frequentemente não problematizam o próprio objeto, ou seja, a juventude como uma construção social em disputa, limitando-se a reproduzir os recortes demográficos e os critérios normativos, como o de limites etários.

¹ Ver SPOSITO, Marília Pontes. *Estado da arte na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviços sociais (1999-2006)*. Belo Horizonte/MG: Argvmentvm, 2009. Do total de 1.427 trabalhos somente 52 (pouco menos de 4%) trataram de jovens do campo e apenas 07 (0,5%) dedicaram-se aos jovens indígenas.

Considerando a análise do autor, observamos que a problematização da juventude do campo precisa avançar devido à urgência de conhecermos as formas de socialização destes sujeitos, assim como refletirmos acerca dos mecanismos utilizados para a produção de sua existência na sociedade capitalista contemporânea. Neste sentido, esta temática não pode ser vista como um fenômeno isolado, mas sim, dentro do contexto sócio-político e econômico em que está inserida.

Apesar do debate em torno da utilização da concepção de juventude do campo como ponto de partida para a realização de pesquisas num campo de estudo em que a referência predominante vincula-se a concepção de juventude rural, adotamos neste trabalho a concepção de juventude do campo por considerá-la mais abrangente do ponto de vista dos debates recentes sobre as questões do campo brasileiro, incluindo-se aí o olhar sobre as diversidades de contextos em seus aspectos regionais, sócio-culturais e políticos, buscando-se também romper com o estereótipo de *rural* como sinônimo de “atraso”, “não moderno”, “homogêneo”.

Neste trabalho, então, o campo é visto como espaço de vida, diversidade, experiências, lutas, resistência e história, abrindo-se, assim, possibilidades para pensarmos os jovens, e todas as populações do campo, como sujeitos históricos. Deste modo, a denominação *juventude do campo*, a nosso ver, possui um sentido mais abrangente ao contexto do campo brasileiro, em especial, o investigado, levando-nos, por isso, à opção por este termo.

Deste modo, ouvirmos o que os jovens do campo têm a falar acerca de suas lutas, desafios, dificuldades, sonhos, medos, formas de ver a vida e o mundo é relevante ao entendimento das trajetórias destes sujeitos, esquecidos ao longo do tempo no âmbito acadêmico e no plano das políticas governamentais, e, assim, buscarmos a leitura da realidade além da aparência fenomênica, romantismos, rotulações e estereótipos.

Partimos, então, do pressuposto de que conhecermos as trajetórias dos sujeitos “significa acompanhar o desenrolar histórico de grupos sociais concretos em um espaço social definido por esses mesmos grupos em suas batalhas pela definição dos limites e da legitimidade dentro do campo em que se inserem” (MONTAGNER, 2007, p. 257). Por isso, não podemos perder de vista, como aponta Bourdieu (1996), que uma trajetória é a objetivação das relações entre os agentes e as forças presentes no campo.

Assim, toda trajetória social deve ser compreendida como uma maneira singular de percorrer o espaço social, onde se exprimem as disposições do

habitus e reconstitui a série das posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou por um mesmo grupo de agentes em espaços sucessivos. (MONTAGNER, 2007, p.256 *apud* BOURDIEU, 1996).

Nesse sentido, buscamos considerar que os sujeitos participantes da pesquisa possuem trajetórias individuais, mas que estão inseridas em trajetórias sociais e coletivas condicionadas ao contexto em que vivem. Assim, os jovens do campo, que muitas vezes convivem com as difíceis condições de acesso aos direitos historicamente negados às populações do campo (trabalho, educação, saúde, lazer, cultura etc.), traçam as suas trajetórias diante de uma lógica paradoxal entre ficar no campo ou ir para cidade.

Nesta perspectiva, a saída da comunidade nem sempre se dá por escolha; muitas vezes se dá por falta de condições materiais para a permanência, particularmente a garantia de uma renda. Desse modo, a cidade surge como uma possibilidade de melhores condições para a sobrevivência, já que concentra maiores chances para a venda da força de trabalho (por exemplo, na construção civil, indústrias, fábricas, comércio, emprego doméstico).

De acordo com Weisheimer (2005, p.08),

Não é exagero dizer que os jovens rurais brasileiros não gozam do direito à cidadania quando se trata de admiti-los como sujeitos ou atores políticos com direito de participar das decisões que afetam sua vida e seu futuro. Além disso, da perspectiva dos direitos sociais, mesmo os mais elementares, essa juventude convive com diversas situações de não-reconhecimento, preconceitos, marginalidade e exclusão.

Dentre as dificuldades que mais afetam a juventude do campo, assim como a juventude da classe trabalhadora brasileira em geral, podemos destacar o trabalho e a escolarização. Os desafios de acesso (envolve o deslocamento até a escola) e de permanência na escola, diretamente relacionados à necessidade de conciliar os estudos com o trabalho, têm sido fatores decisivos ao abandono escolar, visto ser o trabalho condição indispensável à sobrevivência pessoal e familiar também.

Ao tomarmos o recorte da juventude do campo nordestino para investigação científica, faz-se necessário situarmos o contexto sócio-político, econômico e educacional no qual está inserida a juventude brasileira de forma geral, objetivando a partir daí, mas sem a pretensão de uma universalização dos resultados, buscarmos elementos da realidade que contribuam na reflexão acerca das determinações históricas na construção da subjetividade e da sociabilidade dos jovens atualmente.

No Brasil, de acordo com Pochmann (2004, p.232), pesquisas recentes indicam que “a piora da ocupação em geral atingiu, sobretudo, o segmento etário entre 15 e 24 anos a partir de 1990, com a predominância da adoção de políticas de corte neoliberal”. O autor salienta ainda que,

[...] verifica-se que o desemprego de jovens de baixa renda é bem maior (26,2%) que o desemprego dos jovens de renda elevada (11,6%). Por fim, cabe ainda destacar a relação entre o nível de renda e a educação, uma vez que, entre os jovens pobres, apenas 38,1% estudavam, ao passo que, entre os jovens ricos inativos, 80% estudavam (POCHMANN, 2004, p. 233).

Os dados apresentados pelo autor levam a constatação de que o ingresso dos jovens ao mercado de trabalho possui forte relação com a classe social de origem. É importante notarmos também a associação entre educação e renda, já que a escolarização para os jovens pobres muitas vezes é desprovida de qualidade, devido às trajetórias individuais de inserção no processo educativo (conciliação entre estudos e trabalho, histórico de repetência e fracasso escolar, entre outros), além do descaso “naturalizado” do ensino público.

A própria organização da sociedade capitalista institui o saber como mecanismo de divisão de classes: oprimidos x opressores, trabalhadores x capitalistas, cidadãos x camponeses; assim, o próprio sistema educacional acaba expulsando a classe trabalhadora da escola, através da expropriação do saber, condicionado-a a exploração de sua força de trabalho e manipulação da consciência da realidade. A escola materializa a sua função social predominantemente a serviço dos interesses da classe burguesa e a população do campo está intrinsecamente ligada a esta relação de subordinação.

Por ser privilégio de poucos, o conhecimento passa a ser representação de poder e de dominação; passa a ter papel importante na composição das classes, pois “é propriedade privada de uma classe social que consegue permanecer no interior da escola, excluindo outras” (FREITAS, 1995 p.97). Ainda de acordo com Freitas (1995, p.95), o caráter elitista da escola capitalista é manifestado na “seletividade facilmente observada e não demanda grandes explicações. Basta compararmos o número de classes existentes na 1ª série do 1º grau com o número de classes existentes na 5ª e na 8ª séries deste mesmo grau. O sistema educacional é piramidal”.

Como afirma Frigotto (2004, p.194), os problemas da juventude brasileira da classe trabalhadora relacionados ao trabalho e a educação

[...] estão inscritos na compreensão das especificidades da fase atual do capitalismo e das particularidades do tipo de sociedade que construímos no Brasil. Isso permite tanto a não-naturalização do trabalho precoce, da educação dual e da mutilação de direitos quanto a não-adoção de uma perspectiva moralista em face desses problemas.

Por isso, é preciso destacar que a produção desta pesquisa ocorre num contexto de mais uma das crises do sistema capitalista², onde podemos acompanhar as insurreições da classe trabalhadora em várias partes do mundo (a exemplo da Grécia, Portugal, EUA, Chile etc.) contra a forma de organização da sociedade sob a égide do capital, que para manter a sua hegemonia vem eliminando progressivamente os direitos indispensáveis à sobrevivência humana com dignidade.

O contexto de reestruturação produtiva o qual estamos vivendo, que atinge especialmente *as juventudes*, pode ser entendido como uma estratégia do capital para se reconfigurar produtivamente frente à crise, na tentativa de manter seu vigor e longevidade. Nesse sentido, “qualidade total”, “gestão participativa”, “trabalho cooperado”, passaram a ser expressões utilizadas pela lógica capitalista para submeter o trabalhador a novos padrões de produtividade e competitividade. Os trabalhadores são submetidos a uma forte pressão para elevarem seu desempenho individual estimulando uma concorrência ativa entre eles; por isso, a “organização flexível tem deteriorado as relações de trabalho, fragilizado as competências dos trabalhos, corroído a solidariedade, destruído as capacidades de construção de aprendizagem e de experiências” (DEDECCA, 1996, p.70).

Diante disso, a presente pesquisa surge diretamente relacionada ao movimento da realidade sócio-econômica e educacional do país, em suas relações com a política global. Como afirma Gamboa, (2008, p.23),

Há uma preocupação, entre outros aspectos, pelo grau de eficácia da investigação em educação, sua utilidade, sua correspondência com as necessidades reais, a conveniência ou não de determinar prioridades de estudo, a importância de se detectar se as investigações estão orientadas na direção da conservação do *status quo* ou em direção da mudança das atuais estruturas da sociedade.

² A atual crise do capitalismo surgiu a partir dos anos 70 (Século XX), no período posterior à expansão do pós-guerra, denominado *Era do Ouro*, quando surgiu a retração do crescimento da produção nos países centrais, a queda nos investimentos no setor produtivo e o endividamento estatal, sinais do esgotamento do padrão de acumulação fordista e do Estado de corte keynesiano que vigoraram no período. Na verdade, a história do capitalismo tem sido marcada pela ocorrência de sucessivas crises ao longo da história (NETO; BRAZ, 2009).

A “necessidade real” desta investigação surgiu no contexto de quatro comunidades do campo (Alecrim, Entrada, Massapê e Pau D’arco), localizadas no município de Teofilândia, semiárido baiano, há aproximadamente 194 km de Salvador, capital do Estado, nas quais foi possível observávamos diversas estratégias traçadas pelos jovens face as relações com o trabalho e a escola: os que abandonam a escola antes da conclusão do Ensino Fundamental em função da migração pelo trabalho; os que trabalham na roça o dia inteiro e estudam à noite (Ensino Fundamental ou Médio) na cidade mais próxima; os que constroem a própria família e abandonam a escola ou que constroem a própria família e não abandonam a escola; os que moram e trabalham na comunidade em atividades fora da agricultura; os que moram na comunidade e trabalham durante o dia na cidade etc.

Neste contexto de investigação, podemos observar que os jovens possuem dificuldades para conciliar o trabalho com a escolarização, pois tem se tornado fato comum a evasão escolar de jovens das escolas situadas nas comunidades estudadas, assim como também nas escolas urbanas que acolhem alunos do campo (no Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano, e no Ensino Médio). Esse quadro decorre, quase sempre, da necessidade dos jovens trabalharem em função da sua sobrevivência e/ou da sua família, e, como o lugar onde moram não oferece condições para permanência, então, migram em massa para os espaços urbanos.

Assim, a evasão escolar dos jovens do referido campo empírico demonstra forte ligação com o processo migratório para os espaços urbanos, que, quase sempre, está associado à tentativa de busca por uma vida melhor através de uma profissão, emprego (carteira assinada), estabilidade financeira etc. Mas nem sempre os objetivos almejados são realizados; muitos se submetem a morar nas regiões periféricas das cidades, enfrentam trabalhos em condições sub-humanas no mercado informal, dentre outras situações, que os levam a sofrer cotidianamente um processo de marginalização e exclusão também nos espaços urbanos.

Frente à realidade observada, surgiu então a seguinte questão de investigação: Qual o lugar da escolarização e do trabalho nos projetos de vida de jovens de Alecrim, Entrada, Massapê e Pau D’arco, comunidades do campo de Teofilândia/BA? Além da pergunta central, outros questionamentos nortearam as reflexões: Como estes jovens que moram nessas comunidades constroem seus projetos de vida? Existe relação entre a escolarização, as condições objetivas de trabalho e a permanência no espaço campesino de origem?

A partir desses questionamentos, delimitamos o objetivo geral da pesquisa que foi analisar qual o lugar da escolarização e do trabalho nos projetos de vida dos jovens do campo baiano, oriundos de comunidades de Teofilândia/BA, buscando identificar as relações entre

escolarização, trabalho e projetos de vida, perspectivas que envolvem a relação entre a permanência no campo e a migração para a cidade.

Nesta direção, os objetivos específicos foram os seguintes:

- a) Identificar o perfil socioeducacional dos jovens participantes da pesquisa para conhecer o contexto dos sujeitos participantes da investigação, buscando entender as referências que embasam as suas falas;
- b) Analisar as trajetórias de escolarização e as experiências de trabalho dos jovens investigados, objetivando compreender como são construídos os seus projetos de vida e suas “escolhas”;
- c) Verificar como se constituem os projetos de futuro dos jovens no tocante à permanência no campo e à migração para a cidade, considerando as experiências e projetos de vida em relação ao trabalho e a escolarização.

Apontamos como hipótese de pesquisa que a escola tem ocupado um espaço secundário na vida dos jovens do campo devido à precariedade de trabalho no campo brasileiro (por questões climáticas, mas principalmente pela exploração capitalista) em especial na região Nordeste. Por isso, a população jovem do campo tem buscado melhores condições de vida através da migração para as cidades.

Deste modo, a abordagem da temática da juventude do campo neste trabalho de dissertação, na verdade, repousa no fato deste trabalho ter o compromisso de colaborar para dar visibilidade a esses jovens não somente como sujeitos de pesquisa, mas também, e principalmente, como sujeitos de direitos. Nesta tarefa, trazemos um pouco das experiências, saberes, labutas da vida no campo em prol da sobrevivência, pois foi justamente a partir das vivências cotidianas que nasceu o interesse de um melhor entendimento sobre o mundo dos jovens do campo através de uma investigação científica.

Assim, o interesse pela discussão foi impulsionado pela ligação entre pesquisadora e objeto, visto que nasci numa comunidade do campo (Alecrim, Município de Teofilândia/BA, uma das comunidades onde a pesquisa é desenvolvida), convivendo com a realidade materializada nos desafios permanentes à construção de projetos de vida norteados pela priorização à educação formal. Por isso, optei por mergulhar na busca pela compreensão da vida de sujeitos (jovens) num contexto em que me constituí enquanto ser social, utilizando fundamentos teórico-metodológicos acessíveis a mim através de algumas disciplinas cursadas e da própria pesquisa no Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe/UFS.

Na verdade, comecei a debruçar sobre a problemática da juventude do campo desde a produção monográfica da especialização em Educação e Pluralidade Sócio-Cultural no

Programa de Pós-Graduação em Educação³ da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), nos anos 2007 e 2008. Este trabalho inicial suscitou o desejo de aprofundamento de questões referentes às condições objetivas do processo de escolarização e inserção produtiva da juventude do campo, inserida numa sociedade capitalista marcada pela dualidade conflituosa entre a necessidade concreta e a possibilidade real, vividas pelos sujeitos jovens frente à escola e ao trabalho.

Assim, face a tarefa a qual nos propusemos em nossa pesquisa no mestrado, escolhemos trabalhar com dezessete jovens das comunidades de Alecrim, Entrada, Massapê e Pau D'arco, vizinhas entre si, localizadas no município de Teofilândia/BA, com idade entre 15 e 29 anos. Esses jovens foram selecionados a partir de um levantamento entre aqueles que estavam nas comunidades no período de dezembro 2010 a janeiro 2011, tivessem disponibilidade a participar da pesquisa e se enquadrassem no recorte etário adotado. Assim, a coleta dos dados realizou-se por meio da observação da realidade e, sobretudo, da entrevista semiestruturada.

A escolha pela entrevista semiestruturada se deu por ser este um instrumento de coleta de dados que

mantém a presença consciente e atuante do pesquisador e, ao mesmo tempo, permite a relevância na situação do ator. Esse traço da entrevista semiestruturada, segundo nosso modo de pensar, favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade, tanto dentro de sua situação específica como de situações de dimensões maiores. (TRIVIÑOS, 2009, p. 146).

Considerando os objetivos, questões de investigação, hipótese mencionada, inserção da pesquisadora no “objeto” e o referencial teórico-metodológico adotado para a investigação, desenvolvemos os procedimentos para a análise de conteúdo, tomando como categorias de análise o trabalho, a escolarização e os projetos de futuro, a partir de três fases: 1) transcrição das entrevistas; 2) pré-análise e categorização dos trechos por indicadores dos objetivos da pesquisa; 3) o tratamento dos dados, selecionando os dados válidos e significativos; 4) a inferência e interpretação desses dados, baseando-se no referencial teórico adotado.

³ A pesquisa intitulada “Ensino Médio e Permanência de jovens no campo: relações e perspectivas” buscou investigar a relação entre a escolarização dos jovens (Ensino Médio) e a permanência dos mesmos na comunidade Alecrim, município de Teofilândia/BA. A pesquisa mostrou que a permanência dos jovens está fortemente relacionada ao fato destes sujeitos terem adquirido certa estabilidade financeira através das atividades remuneradas e não agrícolas na comunidade onde vivem.

Para a exposição dos resultados da pesquisa, a dissertação foi organizada em quatro capítulos, além da introdução e das considerações finais.

No primeiro capítulo, procuramos fazer um balanço das discussões acerca da temática da juventude do campo, trazendo dados da realidade desses jovens no que se refere ao mundo do trabalho e da escolarização, muitas vezes, inerentes ao universo dos jovens brasileiros, particularmente pertencentes à classe trabalhadora da sociedade.

No segundo capítulo, buscamos contextualizar o campo empírico no qual se realizou o estudo, o município de Teofilândia/BA e as comunidades de Alecrim, Entrada, Massapê e Pau D'arco, assim como caracterizamos os sujeitos da investigação através de quadros descritivos para que se conheça sobre quem estamos falando, além de discorrermos sobre os procedimentos de coleta de dados.

No terceiro capítulo, abordamos as trajetórias de escolarização e os planos de futuro dos jovens em relação à escola, buscando identificar as dificuldades existentes em suas vidas na “elaboração” dos projetos de futuro a partir dos processos de escolarização.

No quarto capítulo, apresentamos um quadro das ocupações atuais dos jovens, buscando estabelecer relações entre a escolarização e as ocupações dos mesmos. Apresentamos também um panorama das vivências migratórias e não-migratórias entre os participantes e identificamos suas perspectivas profissionais.

Nas considerações finais sistematizamos os resultados das análises a partir das categorias de conteúdo escolarização, trabalho e projetos de vida.

CAPÍTULO 1

JUVENTUDE DO CAMPO: REALIDADE E DESAFIOS

Refletirmos sobre as questões da juventude do campo na sociedade contemporânea, considerando o acervo teórico disponível dos estudos realizados em várias regiões do país, exige que abordemos algumas questões relacionadas à juventude brasileira. Em linhas gerais, não existe um consenso entre os pesquisadores sobre o conceito de juventude; o debate tem girado em torno da necessidade de se pensar a juventude a partir das diversidades (classe, cultura, etnia, gênero, religião etc.).

Partindo dessa premissa, para a definição do que vem a ser *juventudes* necessitamos estabelecer relações em torno das mudanças ocorridas nas últimas décadas no sistema produtivo, nas relações sociais e nos processos educativos. Deste modo, para além de uma etapa biológica ou etária, as juventudes se definem a partir de elementos sócio-históricos, culturais e econômicos que impõem determinações, por um lado, e possibilidades de construir novos rumos para a história, de outro.

Situamos no bojo das juventudes brasileiras os jovens do campo que convivem cotidianamente com as marcas históricas da constituição do campo brasileiro, refletidas nas desigualdades regionais, culturais, políticas e socioeconômicas, a partir de uma estrutura agrária baseada na grande propriedade privada e concentração de terras, realidade tem causado conflitos, desafios e tensões aos jovens do campo em face da realização dos seus projetos de vida.

Nesta dissertação destacamos os dilemas enfrentados pelos jovens do campo, particularmente nordestinos, vez que convivem com tensões referentes ao acesso a escolarização, a condições dignas de trabalho, além da precariedade de outros serviços públicos, tais como saúde, lazer, cultura etc, desafios veementes à permanência no campo, onde, diante desta realidade, muitas vezes, a migração para os centros urbanos em busca de melhores condições de sobrevivência passa a ser vislumbrada pelos jovens como oportunidade de projeção da vida.

Ainda que nos dias atuais seja cada vez mais difícil falarmos em dicotomização dos espaços campo e cidade diante das mudanças ocorridas no campo brasileiro ao longo das últimas duas décadas (acesso a TV, telefone, internet – com menor intensidade em relação aos outros citados –, agroindústria, dentre outros) faz-se necessário ressaltarmos que as condições

de vida no campo ainda apresentam situações de desigualdade de acesso aos direitos em relação à cidade. A vida no campo se torna ainda mais difícil quando não se dispõem de terra suficiente, além de boas condições para a produção na agricultura familiar (destaca-se aqui, a garantia de possibilidades ao enfrentamento da seca nos períodos de estiagem na região semiárida nordestina).

Diante deste contexto, a ausência da garantia de uma renda tem sido um dos fortes motivos para a saída dos jovens para as cidades, mesmo que temporária, em busca de melhores condições de sobrevivência. Deste modo, o deslocamento para as áreas urbanas torna-se uma tentativa por profissão, emprego, carteira assinada, estabilidade financeira, continuação dos estudos, e acima de tudo, expectativa melhor de futuro.

Porém, este processo migratório, não só de jovens, mas também de homens, mulheres e famílias, frente às dificuldades da vida no campo nem sempre garante melhores perspectivas de futuro, principalmente no que diz respeito ao acesso a um trabalho que favoreça uma estabilidade financeira.

Desse modo, a problemática dos jovens do campo revela uma relação intrínseca com os processos históricos nos quais o campo está inserido, o que favorece a sua “situação de invisibilidade” e exclusão social. Assim, de acordo como Weisheimer (2005, p.08), “enquanto eles permanecerem invisíveis ao meio acadêmico e ao sistema político, não sendo socialmente reconhecidos como sujeitos de direitos, dificilmente serão incluídos na agenda governamental”.

1.1 O que dizem os estudos sobre juventude do campo?

Existe um consenso entre os pesquisadores brasileiros de que o interesse pelas questões do jovem do campo é muito recente. Somente nas últimas duas décadas esta problemática passou a ser debatida nas pesquisas dos cursos de graduação e de pós-graduação das universidades brasileiras. Por consequência disso, contamos com um acervo de trabalhos acadêmicos de pesquisa ainda muito restrito frente à diversidade de contextos, trajetórias individuais e coletivas, construção dos sonhos e possibilidades concretas que marcam os projetos de vida da juventude do campo brasileiro.

O estado da arte sobre a “juventude rural⁴” no Brasil é apresentado em dois trabalhos de pesquisa, nos quais os autores fazem um levantamento da produção bibliográfica nesta

⁴ Denominação dada por Weisheimer (2005) e Castro (2009) no balanço das produções acadêmicas sobre a temática e que neste subitem será mantida a originalidade do termo pelos seus autores.

área: Weisheimer (2005) e Castro (2009), ambos estudiosos da temática abordada. Os recortes das duas publicações serão utilizados não com o objetivo de cruzarmos os dados, mas sim, expormos sinteticamente alguns dos resultados indicados pelos pesquisadores, visto que trazem informações importantes e complementares sobre aspectos da produção bibliográfica desta temática no Brasil.

O recorte do levantamento realizado por Weisheimer (2005), com o apoio do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) e vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), abrangeu a produção acadêmica do período de 1990 a 2004. Neste trabalho, interessou ao autor identificar a organização regional da produção sobre “juventude rural”, as temáticas privilegiadas, as abordagens teóricas utilizadas para a categorização da juventude e apresentar os consensos e os limites desses estudos.

Os trabalhos identificados pelo autor totalizaram 50 produções, realizadas por cerca de 36 pesquisadores brasileiros, podendo ser discriminados da seguinte forma: 2 teses de doutorado, 3 livros, 18 dissertações de mestrado e 27 artigos, não chegando a compor quatro trabalhos por ano no período de 1990 a 2004. Considerando o volume pouco expressivo de publicações, o autor aponta que esta temática historicamente tem sido invisível no âmbito acadêmico.

Ao analisar os resumos dos trabalhos encontrados, Weisheimer (2005) identificou quatro linhas temáticas gerais que norteiam o desenvolvimento das pesquisas sobre a “juventude rural” no país, a saber: 1) Juventude e Educação Rural; 2) Juventude Rural, Identidades e Ação Coletiva; 3) Juventude Rural e Inserção no Trabalho; e 4) Juventude e Reprodução Social na Agricultura Familiar. Deste modo, as linhas de pesquisa apontam para um interesse dos pesquisadores com as questões relativas ao trabalho e à educação dos “jovens rurais”, a construção da identidade a partir da “inserção nos dois mundos” (rural e urbano) e da ação coletiva, mas há uma predominância dos trabalhos que buscam compreender as relações entre a juventude e os processos de reprodução social da agricultura familiar, registrando-se 19 casos no total de 50 produções.

As áreas de conhecimento nas quais se destacam as pesquisas sobre os “jovens rurais” são diversas; onze áreas de concentração ao todo em cursos de pós-graduação, destacando-se a Sociologia (15 trabalhos) com o maior número de trabalhos e a Antropologia (07 trabalhos), segunda em maior volume de publicações⁵. Os estudos apontam que a

⁵ Além das quatro áreas de concentração dos pesquisadores que aparecem no texto (Sociologia, Antropologia, Desenvolvimento Rural ou Agrário e Educação), as outras são: Administração, Ciências florestais, Comunicação, Economia, Extensão rural, Filosofia e Serviço social.

Educação e o Desenvolvimento Rural ou Agrário aparecem como áreas de conhecimento que apresentam um volume relativamente expressivo de estudos (WEISHEIMER, 2005).

Castro (2009), por sua vez, utiliza o recorte temporal de 1960 a 2007 através do qual identifica uma tendência ao crescimento da produção acadêmica nesta área.

Até o ano de 2007, o levantamento identificou 197 obras relativas ao tema. Entre 1960 e 1999, a produção sobre o tema é pouco expressiva e corresponde a 19 referências no total, o que equivale a menos de uma obra só por ano. A partir de 2000, podemos identificar o rápido crescimento da produção bibliográfica, que atinge uma média de, aproximadamente, 22 trabalhos por ano, com concentração no ano 2006 (40 trabalhos), responsável por 20,30% do total da produção. (CASTRO, 2009, p. 46).

Os 197 trabalhos identificados pela autora foram assim caracterizados: 93 (47,2%) referências bibliográficas, artigos, capítulos de livros, relatórios de pesquisa e resumos em anais; 89 (45,2%) referências para teses, dissertações e monografias; e 15 (7,6%) livros publicados. Ao analisar o número das produções de dissertações de Mestrado e artigos sobre a temática, a autora sugere ser esse um movimento de consolidação de um campo de pesquisa, sobretudo a partir do ano 2000, mesmo sendo reduzido o número de livros e teses de Doutorado, ou seja, trabalhos de pesquisas de longa duração e maior profundidade sobre o tema no Brasil.

O trabalho de pesquisa de Castro (2009) também mostra o movimento da produção no tocante à distribuição *espacial, disciplinar e temática*. No que diz respeito à produção por regiões, o resultado do trabalho mostra que a produção de pesquisas por regiões é bastante desigual, concentrada em algumas regiões e universidades do Brasil. As regiões Sudeste, Sul e Nordeste são as que mais produziram trabalhos nesta área, porém podemos verificar a existência de uma grande desigualdade entre as quantidades de produção: Região Sudeste possui 48,40%, a Região Sul 23,40% e a Nordeste 18,09%.

Com esses percentuais observamos que no Nordeste, uma das regiões onde os jovens do campo são profundamente afetados pela precariedade das condições de vida, existe um número pouco expressivo de trabalhos de pesquisa sobre esta temática. A concentração dos estudos nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil pode se decorrente de que estas regiões comportam um maior número de universidades. Como aponta Weisheimer (2005, p.12), além do maior número de universidades, “existem outros fatores que contribuem para essa situação. O predomínio de pesquisas na região Sul do país deve estar relacionado à importância que

tem a agricultura de base familiar, que representa 90,5% do total dos estabelecimentos agrícolas nessa região⁶”

Em decorrência disso, tem-se a formação de grupos de pesquisa e um maior detalhamento das populações rurais, fazendo emergir análises sobre essa juventude. Deve ser considerado ainda o fato de que os dois congressos⁷ [...] que elevam o volume de publicações sobre a juventude rural, ocorreram nas regiões Sul e Sudeste, favorecendo assim a participação de pesquisadores dessas duas regiões. (WEISHEIMER, 2005, p. 12).

A região Sudeste concentra 42 produções entre teses, dissertações e monografias, além de ser a região que comporta o maior número de universidades com pesquisas sobre o tema (15), destacando-se as seguintes instituições: UFRRJ, UFV, Unicamp, PUC-SP, Unesp e USP (nota-se que os trabalhos estão concentrados no estado de São Paulo); na região Sul localizou-se 25 referências em dez universidades, destacando-se a UFSC que concentra 11 produções desse total em sete programas de Pós-graduação; no Nordeste, onde foram identificados trabalhos apenas a partir de meados da década de 1990, identificou-se um total de 15 trabalhos entre teses, dissertações e monografias em sete universidades, destacando-se a UFC e a UFPB com quatro trabalhos cada uma delas (CASTRO, 2009).

Esses dados reforçam a importância da realização desta pesquisa, que além de ser desenvolvida no programa de pós-graduação de uma universidade do Nordeste - Universidade Federal de Sergipe, distante dos dados estatísticos sobre a produção desta temática, traz o debate sobre a realidade vivida por jovens também nordestinos, o que nos faz reiterar a importância deste trabalho no sentido de trazeremos para o debate nacional a realidade da vida dos jovens do contexto investigado.

No que diz respeito à discussão por área, a autora mostra que a maior parte da bibliografia (70,8%) situa-se na área de Ciências Humanas. Porém, indica também que o tema da transita por outras áreas do conhecimento como Ciências Sociais Aplicadas (10,1%), Ciências Agrárias (7,9%) e as produções classificadas como Multidisciplinar (6,7%). Segundo a autora,

Até 2002, o tema da juventude rural é abordado principalmente pelo campo da Educação, seguido da Sociologia e do Programa de Extensão Rural da Universidade de Viçosa. A área de educação, na qual se localiza a maior

⁶O autor considerou o Censo Agropecuário 1995-1996 – IBGE.

⁷ Refere-se ao Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural (Alasru), realizado em Porto Alegre no ano de 2002, e do Congresso Brasileiro de Sociologia, promovido pela Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) em 2003, na cidade de Campinas.

quantidade de trabalhos sobre juventude rural e programas distintos, foi a pioneira em produzir dissertações de Mestrado e teses de Doutorado. Nela o tema tem estado sempre presente ao longo dos anos. (CASTRO, 2009, p.54).

No levantamento dos temas e categorias dos estudos, a autora observa que por muito tempo a imagem do “jovem rural” ficou associada restritamente a filho de agricultores ou camponeses, como membro da unidade familiar em preparação para suceder aos pais nos processos hereditários de bens e da terra, tendo em vista as hierarquias familiares entre gêneros e gerações, trabalhos mais baseados no contexto da região sul.

A migração e o êxodo rural passaram a se constituir problemáticas instigantes para os pesquisadores. Assim, estes sujeitos passam a ser relacionados aos estudos da constituição do campo brasileiro, com problemáticas específicas, deixando de serem vistos apenas pela ótica da agricultura e dos processos de sucessão familiar, uma novidade da década de 1990.

Essa tendência migratória dos jovens e as características da transferência dos estabelecimentos agrícolas familiares às novas gerações são as questões recorrentes nas pesquisas sobre jovens rurais, que evidenciaram para o campo acadêmico a necessidade de compreender os fatores que contribuem para a saída dos jovens do meio rural. (CASTRO, 2009, p. 56).

De acordo a exposição da autora, dentre os motivos que explicam a saída dos “jovens rurais” para a cidade destacam-se os *atrativos da cidade e do novo ambiente, aspectos negativos do lugar de origem, as relações de hierarquia e os conflitos geracionais* – divisão do trabalho nas unidades produtivas rurais e invisibilidade do trabalho doméstico, por exemplo-, *questionamento e redefinições sobre o mundo rural e concretização dos projetos de vida com autonomia.*

Compreendermos como a “juventude rural” constrói suas “representações sobre o rural e o urbano” tem sido, sem dúvida, uma questão que perpassa grande parte das pesquisas atuais, como afirma a autora. Nessa perspectiva, alguns trabalhos mostram que existe certo “desinteresse” dos jovens pelo trabalho na agricultura e sua relação com o campo. Porém, outros trabalhos mostram que as “experiências de exploração na cidade e os processos de *luta pela terra* têm contribuído para a ressignificação do meio rural por parte dos jovens” (CASTRO, 2009, p.57).

O levantamento também mostra que a dimensão da participação política dos “jovens rurais” não tem sido recorrente nos estudos, entretanto, o tema pode ser localizado em estudos sobre jovens em assentamentos rurais de reforma agrária. “Alguns autores, inclusive, partem do princípio de que as especificidades dos assentados consistiriam no saber social

diferenciado e elaborado a partir de práticas políticas vividas no movimento de luta pela terra” (CASTRO, 2009, p.58). Dessa forma, a autora mostra que estudos revelam uma mudança na atuação dos jovens entre o engajamento em movimentos sociais ao longo dos processos de reforma agrária, enquanto acampados, e a inserção na atividade agrícola ou em instâncias políticas como associação e coordenações dentro assentamento.

A autora também observa a ausência de estudos mais detalhados sobre gênero (como problemática central articulada à “juventude rural” e não apenas na divisão de trabalho dentro da família), cultura, espaço de sociabilidade, sexualidade e lazer. Assim, como também faltam estudos para aprofundar questões referentes ao trabalho rural assalariado, ao sindicalismo rural e ao jovem na situação de acampado.

A categoria “juventude rural” aparece, também, como uma “identidade contrastiva, marcada pelas relações de hierarquia e subordinação do campo à cidade”,

Nesse sentido, o viés urbano continua sendo o principal referencial que norteia as pesquisas e que elege, conseqüentemente, duas principais problemáticas associadas aos jovens rurais: a reprodução da *agricultura familiar* e *camponesa* e os processos migratórios. Isso explica a insistência nas pesquisas atuais em um tema que aparece sempre como ponto de partida das pesquisas: o “problema” da permanência ou a saída do campo. (CASTRO, 2009, p.60).

Portanto, a partir da apresentação do sintético balanço de alguns aspectos da produção de pesquisas sobre a juventude do campo, indispensável ao conhecimento de uma importante produção bibliográfica em torno da investigação proposta, investimos, no subitem seguinte, na busca por uma concepção de juventude do campo. Partiremos do debate existente sobre a juventude, ou juventudes, para assim, sistematizarmos a abordagem de juventude do campo a qual nos filiamos neste trabalho, sem perdermos de vista o caráter múltiplo e plural contido nesse universo ao que parece adequado agregar o termo juventudes do campo.

1.2 Por uma concepção de juventudes do campo

Refletirmos sobre a concepção de juventude do campo aqui no Brasil exige-nos uma abordagem mais ampla acerca da temática da juventude, assim como, a contextualização de questões relacionadas à problemática da juventude brasileira, visto que em geral, “no interior do que chamamos ‘juventude rural’ também existem desigualdades e diferenças em termos de

cor, etnia, gênero, deficiências, orientação sexual, disparidade regional, local de moradia” (NOVAES, 2007, p.101).

Em linhas gerais, a juventude tem se tornado um tema de notória representatividade no âmbito acadêmico pelo crescente número de publicações na área, mas, ainda assim, não existe um consenso entre os pesquisadores sobre o conceito de juventude; o debate gira em torno da necessidade de se pensar a juventude a partir das diversidades (classe, cultura, etnia, gênero, religião etc.).

Partindo deste pressuposto, torna-se válido considerarmos que existem diversas concepções e abordagens para a temática da juventude, pois “cada disciplina das ciências humanas faz um tipo de recorte, e, dentro delas, diferentes correntes teóricas ressaltam dimensões distintas desse complexo ao qual o termo pode se referir” (ABRAMO, 2008, p. 37-38). Apesar disso, podemos observar que a juventude não pode ser condicionada a uma faixa etária ou uma etapa biológica, em preparação para a vida adulta, como defende a sociologia funcionalista. A juventude se define a partir de elementos sócio-históricos, culturais e econômicos que impõem determinações, por um lado, e possibilidades de construção novos rumos para a história, de outro.

De fato, há uma imprecisão sobre a demarcação das fases da vida, vez que são variantes construídas historicamente, “[...] no bojo de disputas econômicas e políticas. São arbitrários culturais e regras socialmente construídas que determinam quando, como e por meio de quais rituais as sociedades reconhecem as passagens entre estas fases da vida” (NOVAES, 2007, p. 07).

Nem mesmo quanto à faixa etária correspondente à juventude existe consenso; para a Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) são jovens os que possuem entre 15 e 24 anos, porém para o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE, 2007) são jovens os que possuem entre 15 e 29 anos, adotando a seguinte subdivisão etária: adolescentes - jovens, entre 15 e 17 anos; jovens – jovens, entre 18 e 24 anos; e os jovens – adultos, entre 25 e 29 anos. Essa delimitação refere-se à faixa etária das políticas atuais de governo, no entanto, ainda não existe um consenso no Brasil sobre a delimitação da faixa etária relacionada à juventude.

Segundo Bourdieu (1983, p.152), “os cortes em classes de idade, ou em gerações, são tão variáveis e são uma parada em jogo de manipulações”. O autor lembra que “a juventude e a velhice não são dadas, mas construídos socialmente, na luta entre os jovens e os velhos. As relações entre a idade social e a idade biológica são muito complicadas”. A dificuldade de precisar a definição de um conceito ou abordagem da juventude decorre da

impossibilidade de identificar demarcadores de passagem das etapas da vida, como aponta Pais (2009, p. 371),

De facto, há uma grande variabilidade na determinação das fronteiras entre as várias fases de vida, a ponto de em algumas comunidades nem sequer fazer sentido a contagem dos anos. Por exemplo, entre os Tuareg – tribo nómada da Nigéria – não se contam os anos de vida. [...] O que aqui está em causa não é uma incapacidade de contagem, por parte dos Tuareg, mas uma indiferença em relação ao cálculo dos anos de vida.

O exemplo dos Tuareg constitui-se de extrema relevância para o debate sobre a imprecisão dos limites demarcadores da juventude, visto que a contagem (ou não contagem) dos anos pode estar relacionada a várias questões, inclusive a aspectos culturais como parece demonstrar o exemplo dado. Desse modo, pensarmos nos demarcadores das fases da vida apenas a partir de atribuições demográficas parece ser um debate pouco aprofundado em função da construção e sustentação de um conceito. Porém, apesar de tudo, convém lembrarmos que, do ponto de vista da pesquisa empírica pode ser necessário um recorte etário.

Neste debate não podemos perder de vista que as desigualdades sociais que particularmente atingem os jovens oriundos de classes sociais menos favorecidas, e aqui inserimos os jovens do campo nordestino, estão cada vez mais aviltantes no contexto atual de reestruturação produtiva. As políticas de mundialização das economias “[...] têm produzido transformações estruturais que dão lugar a um modelo diferente – denominado de *neoliberal* – que inclui (por definição) a informalidade no trabalho, o desemprego, o subemprego, a desproteção trabalhista e, conseqüentemente, uma ‘nova’ pobreza” (SOARES, 2002, p.12).

As dificuldades enfrentadas pelos jovens para ingressarem no mercado de trabalho têm feito deles um “problema social”. Assim, “[...] às portas de um mercado saturado, encontramos jovens sem saberem como a ele ter acesso. Perante estas dificuldades, ou bem ficam dependentes da família ou algum subsídio estatal, ou bem descobrem meios para, de qualquer forma, ganharem algum dinheiro” (PAIS, 2005, p.17). Para garantirem a sobrevivência “muitos acertam-se a *zonas-sombra* da sociedade, da chamada economia subterrânea, em que se pode trabalhar e ganhar dinheiro sem o declarar para efeitos de impostos”, isto é, mundo da informalidade. Enquanto outros caem na marginalidade - prostituição, drogas, violência - como forma de *ganhar a vida*. Neste sentido, “histórica e socialmente, a juventude tem sido encarada como uma fase de vida marcada por uma certa instabilidade associada a determinados “problemas sociais” (PAIS, 1990, p.141).

A reorganização produtiva da sociedade capitalista contemporânea, caracterizada pela flexibilização e precarização das relações de trabalho, tem causado impactos e desafios à construção dos projetos de vida dos jovens. Essa realidade atinge os jovens sem distinção de classe e situações sociais, porém afeta com maior veemência os jovens da classe trabalhadora devido à precariedade das condições de acesso à formação profissional, que lhe é exigida para ingresso e permanência no mercado de trabalho.

Diante das rápidas transformações tecnológicas do mundo do produtivo, os jovens expressam inseguranças e angústias acerca das expectativas em relação ao trabalho. Por isso, no mundo globalizado “nunca houve tanta integração e, ao mesmo tempo, nunca foram tão agudos os processos de exclusão e profundos os sentimentos de desconexão. [...] Afinal as profundas mutações no mercado de trabalho atingem de maneira particular os jovens” (NOVAES, 2007, p. 08).

Mesmo com a indefinição da juventude na sociedade contemporânea, Pais (2009) indica que nas últimas décadas – pelo menos em nível europeu - diversos estudos têm revelado uma crescente variabilidade na determinação das fronteiras que separam as fases de vida, porém, continuam a ser valorizados determinados marcadores de passagem para a chamada idade adulta, como é o caso da obtenção de um emprego, do casamento ou do nascimento do primeiro filho” (apud *European Social Survey* de 2006/2007).

Ao fazermos um levantamento das produções sobre juventude no âmbito da sociologia, notamos a existência de duas principais correntes no centro do debate: a corrente⁸ *geracional* e a corrente *classista*. De acordo com a *corrente geracional*, os indivíduos experimentam o seu mundo, as suas circunstâncias e os seus problemas como membros de uma geração e não como membros de uma classe social. Por isso,

[...] toma como ponto de partida a noção de juventude quando referida a uma *fase de vida*, e enfatiza, por conseguinte, o aspecto unitário da juventude. Para esta corrente, em qualquer sociedade há várias culturas (dominantes e dominadas), que se desenvolvem no quadro de um sistema dominante de valores. A questão essencial a discutir no âmbito desta corrente diz respeito à continuidade/descontinuidade dos valores intergeracionais. (PAIS, 1990, p.152).

Na perspectiva da corrente geracional, a juventude é vista como uma etapa de vida delimitada por uma faixa etária, em que se busca a preparação para a entrada no mundo adulto - responsabilidades, formação da própria família, independência em relação aos pais,

⁸ A ideia de *corrente* aparece associada à imagem de procedência (PAIS, 1990, p.151).

profissão etc. - numa condição de passividade frente à organização da vida imposta pelas gerações antecedentes. Tal concepção é baseada na sociologia funcionalista que define a juventude como “um momento de transição no ciclo de vida, da infância para a maturidade, que corresponde a um momento específico e dramático de socialização, em que os indivíduos processam a sua integração e se tornam membros da sociedade” (ABRAMO, 1997, p. 28-29).

As continuidades e descontinuidades intergeracionais, segundo a corrente geracional, vistas, na maioria das vezes, como “disfunções” nos processos de socialização, “problemas sociais”, estariam na base da formação da juventude como uma geração social. Por isso, “admite a existência de uma *cultura juvenil*, que, de certo modo, se oporia à cultura de outras gerações [...]. Essa oposição poderá assumir diferentes tipos de *descontinuidades intergeracionais*, falando-se ora em *socialização contínua*⁹ ora em *rupturas, conflitos* ou *crises intergeracionais*¹⁰” (PAIS, 1990, p. 158).

Dentre as várias críticas lançadas à corrente geracional, de acordo com o autor, a mais contundente diz respeito à forte tendência em tomar a juventude como uma entidade homogênea, isto é, a juventude tomada como uma categoria etária, sendo a idade considerada como uma variável tão ou mais influente que as variáveis socioeconômicas, fazendo-se uma correspondência nem sempre ajustada entre uma faixa de idade e um universo de interesses culturais pretensamente comuns.

Na perspectiva da *corrente classista*, “a reprodução social é fundamentalmente vista em termos da reprodução das classes sociais. Por esta razão, os trabalhos desenvolvidos nessa vertente são, em geral, críticos em relação ao conceito mais vulgar de juventude - isto é, quando aparece associada a uma ‘fase de vida’” (PAIS, 1990, p.157). Para esta corrente, as culturas juvenis, sempre entendidas como culturas de classe, são o produto de relações antagônicas de classe e, constituídas, muitas vezes, como “culturas de resistência”. Segundo o autor, as culturas juvenis (culturas de classe) teriam sempre um significado político e seriam sempre “soluções de classe” a problemas compartilhados por jovens de determinada classe social.

⁹A teoria da *socialização contínua*, definida como forma de socialização segundo as normas e os valores predominantes entre as gerações mais velhas, foi dominante nos anos 1950 quando médicos e psicólogos quase detinham o monopólio do discurso sobre os jovens, ao assimilarem a adolescência à crise de puberdade e ao definirem a juventude como um “período difícil” de maturação psicológica que deveria conduzir à idade adulta (PAIS, 1990).

¹⁰De acordo com o autor, fala-se em *rupturas, conflitos* ou *crises intergeracionais* quando as descontinuidades entre as gerações se traduzem numa clara tensão ou confrontação. Seria o caso de algumas gerações políticas formadas no curso de crises ou processos políticos de certa amplitude. Por se encontrarem num estado de disponibilidade, de aprendizagem da vida social e de alguma permeabilidade ideológica, os jovens viveriam esses processos de uma maneira muito própria, formando-se entre eles uma consciência “geracional” (PAIS, 1990, p.153).

A abordagem da juventude classista aproxima-se das discussões em torno do entendimento da juventude enquanto categoria construída socialmente na ambiência de disputas econômicas e políticas que têm marcado a história das sociedades. Assim,

[...] a juventude começa por ser uma categoria socialmente manipulada e manipulável e, como refere Bourdieu, o facto de se falar dos jovens como uma ‘unidade social’, um grupo dotado de ‘interesses comuns’ e de se referirem esses interesses a uma faixa de idades constitui, já de si, uma evidente manipulação. Na verdade, nas representações correntes da juventude, os jovens são tomados como fazendo parte de uma cultura juvenil ‘unitária’. (PAIS, 1990, p.140).

Neste sentido, o autor mostra que a juventude pode ser tomada tanto por uma unidade (quando referida a uma fase de vida), como ser tomada no sentido de conjunto social obviamente diversificado. Deste modo, a constituição da juventude enquanto unidade, ou seja, a partir da identificação de que existem elementos comuns a vida de todos os jovens, não deve ser confundida com homogeneização da categoria, pois parte-se do princípio de que as trajetórias de vida dos jovens são heterogêneas e diversas, considerando sempre o fato de que “os sujeitos jovens (ou as juventudes) teimam em ser uma unidade do diverso econômico, cultural, ético, de gênero, de religião etc.” (FRIGOTTO, 2004, p.181).

Deste modo, no debate mais recente acerca da concepção de juventude, ao qual nos identificamos neste trabalho de pesquisa,

[...] é lugar comum falar em “juventudes”, no plural. Em uma sociedade marcada por grandes distâncias sociais, são desiguais e diferentes as possibilidades de se viver a juventude como “moratória social”, tempo de preparação. A condição juvenil é vivida de forma desigual e diversa em função da origem social; dos níveis de renda; das disparidades socioeconômicas entre campo e cidade, entre regiões do mesmo país, entre países, entre continentes, hemisférios. (NOVAES, 2007, p.07).

Nesta perspectiva, no bojo das desigualdades e diversidades inerentes às juventudes, “a juventude do campo deve ser entendida por intermédio de suas caracterizações de diferenças e desigualdades que incorporam elementos culturais e econômicos sobre o que é ser jovem no campo” (LOPES, 2008, p. 43). Apesar dos aspectos gerais da condição juvenil, a vida do jovem do campo brasileiro possui características singulares do contexto em que vive, variando muito de acordo aos aspectos regionais, culturais, educacionais, políticos e históricos.

Pensar as particularidades do campo, deste modo, possibilita uma aproximação ao tratamento das diversidades de situações no mundo rural, objetivando o distanciamento da ideia de que o rural é um espaço exclusivo da agricultura ou da pecuária em oposição à modernidade industrial do urbano, já que esse olhar dicotômico não satisfaz a necessidade de compreendermos o campo em toda a sua complexidade e diversidade (SILVA; CAPELO, 2005). Porém, convém lembrarmos que, as diversidades muitas vezes são permeadas pelas desigualdades principalmente de acesso aos direitos sociais. Por isso, justifica-se o nexo entre pluralidade e desigualdade.

Como afirma Lopes (2008, p.46),

A juventude do campo é cultural e historicamente construída e, nem sempre, é caracterizada como uma etapa de vida singularmente demarcada. A juventude do campo pode vir a ser encurtada ou ressignificada a partir dos condicionantes do trabalho, das responsabilidades [...], dos encantamentos culturais advindos da cidade e pela escassez de investimento em geração de renda e trabalho de forma harmônica com as necessidades do processo de escolarização.

No debate acerca da concepção de juventude do campo existe também a dificuldade circunscrita em pelo menos três aspectos: a falta de consenso em torno do conceito de *juventude*, a indefinição do conceito de *campo/rural* e a própria indefinição de juventude rural/campo. De acordo com Castro (2009, p.40), “a juventude rural é ainda uma categoria analítica em construção, cujos contornos são poucos delineados, defrontando-se com a dupla dificuldade nas definições tanto de ‘juventude’ como de ‘rural’, ou seja, a polêmica sobre as categorias sociais e as representações sobre elas construídas”.

Nesse sentido, o campo “[...] deve ser pensado como um espaço de heterogeneidade social e econômica, no entanto, reconhecemos que esta heterogeneidade está limitada dentro do modo capitalista de produção, ou seja, as relações de produção estão subordinadas ao interesse do capital” (SILVA; CAPELO, 2005, p.40). Assim, deve ser visto como espaço de luta em favor da vida, onde as pessoas devem ser produtoras da própria sobrevivência, tendo acesso aos direitos a educação, trabalho, cultura, saúde, lazer etc. O campo deve ser compreendido muito além de um espaço de produção agrícola; “o campo é território de produção de vida; de produção de novas relações sociais; de novas relações entre os homens e a natureza [...]. O campo é um território de produção de história e cultura, de luta de resistência dos sujeitos que ali vivem” (MOLINA, 2006, p. 08).

Diante disso, Wanderley (2007) adverte que a característica essencial da vida do “jovem rural” é o fato desses sujeitos “viverem em zonas rurais”. A autora questiona a definição do meio rural adotada oficialmente pelo IBGE, que aponta três características fundamentais de identificação deste espaço: “o habitat disperso, a dependência em relação à sede municipal ou outra cidade próxima e a precariedade do acesso a bens e serviços socialmente necessários, inclusive acesso a ocupações não agrícolas. “Esta situação afeta profundamente os ‘jovens rurais’, tanto em sua vida cotidiana, quanto no que se refere às suas possibilidades futuras” (WANDERLEY, 2007, p. 21).

Para Carneiro (2008), esta falta de clareza no entendimento do que seja “rural” evidenciada nos critérios do IBGE (inclusive utilizados para a seleção dos municípios rurais que compuseram a base da amostra da pesquisa ‘Perfil da Juventude Brasileira’), mostra que ao considerar “rural” toda área externa ao perímetro urbano, o rural passa a ser delimitado pela negação do ‘urbano’ – por sua vez, universo amplo diverso que abrange áreas correspondentes às cidades (sedes municipais, vilas, sedes distritais) ou áreas urbanas isoladas.

Deste modo,

A dificuldade na delimitação do que se designa como “juventude rural” – categoria socialmente construída e que se caracteriza pela transitoriedade inerente às fases do processo de desenvolvimento do ciclo vital – reside também nas imprecisões quanto ao que se entende por “rural”, questão que se acentua com a intensificação da comunicação entre os universos culturais e sociais do campo e da cidade. (CARNEIRO, 2008, p. 245).

De acordo com Castro (2005a), nos estudos sobre a “juventude rural” enquanto construção sócio-histórica, a temática representa epistemologicamente uma duplicidade de sentidos em sua forma de ser: jovem e rural. Esse “duplo ‘enquadramento’” ocorre devido ao fato de que pelo menos dois aspectos aparecem evidentes:

Por um lado, sofrem com as imagens pejorativas sobre o mundo rural e as conseqüências dessa desvalorização do mundo rural no espaço urbano – ou seja, a associação do imaginário sobre o “mundo rural” ao *atraso* e a identificação dos jovens como *roceiros*, *peões*, *aqueles que moram mal*. Por outro lado, no meio rural, muitas vezes são deslegitimados por seus pais e *adultos* em geral, por serem *muito urbanos* (CASTRO, 2005a, p. 39).

Nas produções acadêmicas sobre a juventude do campo foram identificadas variações quanto a sua denominação: juventude rural, juventude do meio rural, jovens do

campo, jovem agricultor, jovem do interior e trabalhador rural, que, segundo Castro (2009), expressam pares de oposição “rural-urbano”, “campo-cidade”, litoral-interior”. De acordo com a pesquisadora não foram identificados trabalhos que abordem temáticas relacionadas aos filhos de grandes proprietários ou jovens empresários do agronegócio, por exemplo, revelando que categoria *juventude rural* “está diretamente associada a uma determinada população rural do Brasil, que engloba pequenos produtores pauperizados e sem-terra, a chamada *agricultura familiar*, os assentados de reforma agrária, camponeses e os trabalhadores rurais assalariados” (CASTRO, 2009, p.59).

Após trazermos para o centro do debate algumas considerações em torno da concepção de juventude do campo, trazemos, subsequentemente, dados da realidade brasileira no que concerne aos aspectos sócio-políticos e econômicos, amplamente relacionados às tensões, dilemas e conflitos vivenciados cotidianamente pelos jovens do campo.

1.3 Desafios às juventudes brasileiras

O debate atual da Sociologia da Educação propõe o desenvolvimento de uma Sociologia da Juventude imbricada na “[...] compreensão das singularidades que constituem os jovens, sem deixar de levar em consideração o registro simultâneo dos processos globais do desenvolvimento capitalista contemporâneo, os denominados tempos da globalização” (SPOSITO, 2010, p. 101).

Deste modo, vale reconhecer que o Brasil

[...] constitui-se num exemplo emblemático de sociedade capitalista das mais desiguais do mundo, onde a escravidão durou aproximadamente 400 anos, 500 após o descobrimento. Ao estigma escravocrata que perdura como traço cultural da elite brasileira sobrepõem-se relações capitalistas predatórias que se expressam no mais elevado grau de exploração do trabalho e de concentração de renda do mundo. (FRIGOTTO, 2004, p.198).

Dados estatísticos referentes ao Censo demográfico 2010 expressam o nível de desigualdade social no Brasil, mostrando que do total da população brasileira (190.755.799 habitantes) 16,2 milhões vivem em situação de extrema pobreza¹¹ (o equivalente a 8,5% da população), ou seja, famílias cuja renda per capita está em torno de até R\$70. Além disso, dos

¹¹ Para levantar o número de brasileiros em extrema pobreza, o IBGE levou em consideração, além do rendimento, outras condições como a existência de banheiros nas casas, acesso à rede de esgoto e água e também energia elétrica. O IBGE também avaliou se os integrantes da família são analfabetos ou idosos (IBGE, 2010).

16,2 milhões em extrema pobreza, 4,8 milhões não têm nenhuma renda e 11,4 milhões tem rendimento per capita de R\$ 1 a R\$ 70.

O reflexo do país desigual está claramente refletido no âmbito educacional quando identificamos que 9,6% da população acima de 05 anos é analfabeta, sem falar que muitos dos que são considerados alfabetizados não conseguem ler ou escrever textos simples (IBGE – 2010). O mesmo Censo também mostra que a região Nordeste ainda continua concentrando o maior índice de analfabetismo, visto que, atualmente são 19,1% de nordestinos analfabetos acima de 15 anos; um número alarmante - apesar da queda de quatro pontos percentuais em relação ao Censo anterior (2000) que era de 26,2% - se compararmos com os índices de analfabetismo do Norte que registra um percentual de 11,2%, o Centro-Oeste 7,2%, o Sul 5,1% e o Sudeste 5,5%.

Estes mesmos dados¹² apontam a situação precária de crianças, jovens e adolescentes no que se refere à alfabetização, estimando a proporção de crianças de 7 a 14 anos e de jovens de 15 a 24 anos de idade que não sabiam ler ou escrever. Reunidos em grupos por faixas etárias (1º grupo corresponde ao intervalo de 0 à 5 anos, o 2º, de 6 a 14 anos e 3º, de 14 a 24 anos¹³), o primeiro grupo, no qual a criança já deveria estar alfabetizada, observa-se que cerca de 1,8 milhão de crianças ainda não sabiam ler ou escrever e para o segundo grupo etário, o total era de 647,0 mil analfabetos. Em ambos os casos, a ampla maioria encontrava-se na Região Nordeste (cerca de 54% e 62%, respectivamente) e, em seguida, na Região Sudeste (cerca de 22% e 19%, respectivamente).

A mesma pesquisa também aponta dados da realidade dos jovens quanto a sua inserção no mercado de trabalho brasileiro, destacando a relação entre trabalho e estudo e as condições do trabalho exercido. Os dados mostram que a frequência escolar dos jovens entre 18 e 24 anos é ainda baixa no Brasil (nesta faixa etária os jovens de 18 anos deveriam, idealmente, ter o Ensino Médio concluído e, aos 24 anos, o curso superior concluído). Nesta faixa etária apenas 14,7% declararam somente estudar, 15,6% conciliavam trabalho e estudo e cerca da metade, 46,7%, declararam somente trabalhar (17,8% informaram realizar afazeres domésticos). No grupo etário de 16 a 24 anos 22,2% percebiam até ½ salário mínimo (considerando a inserção em ocupações não formais, a Região Nordeste apresenta essa

¹² É importante registrar que nesses dados o IBGE exclui as populações rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

¹³ Os agrupamentos de crianças, adolescentes e jovens foram realizados por grupos etários equivalentes aos ciclos educacionais atuais no País, a saber: 0 a 5 anos de idade (educação infantil ao qual associou-se a primeira infância); 6 a 14 anos (ensino fundamental, com a incorporação recente das crianças de 6 anos no ensino obrigatório); 15 a 17 anos (ensino médio); e 18 a 24 anos (ensino superior).

proporção em dobro: 43,5%), além disso, 26,5% desse grupo etário declararam trabalhar 45 horas semanais ou mais, jornada superior à máxima permitida em lei.

É justamente dentro desta síntese da realidade educacional nordestina que os jovens baianos participantes da pesquisa estão inseridos, onde a dificuldade de conciliar escolarização e trabalho tem sido um dos fatores determinantes para o abandono escolar em função da migração para os espaços urbanos.

Segundo Pochmann (2004, p. 223), “[...] os jovens filhos de pobres no país encontram-se praticamente condenados ao trabalho como uma das poucas condições de mobilidade social”. A própria origem social, imposta pela organização econômica que se estabeleceu no país historicamente, torna a batalha pela sobrevivência uma prioridade na vida de todos os trabalhadores, e particularmente, dos jovens. Por isso mesmo, “[...] ao ingressarem muito cedo no mercado de trabalho, o fazem com baixa escolaridade, ocupando as vagas de menor remuneração disponíveis, quase sempre conjugadas com posições de subordinação no interior da hierarquia no trabalho” (POCHMANN, 2004, p.232).

O trabalho precoce e em condições precárias ainda é realidade na vida dos jovens e adolescentes brasileiros, confirmando-se, assim, que a dívida histórica aos brasileiros de classes menos favorecidas ainda não foi sanada. Os jovens, adolescentes e até crianças¹⁴ são constantemente alvos da exploração no trabalho, mesmo com a proteção da Emenda Constitucional nº 20 de 15 de dezembro de 1998 que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos (salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos), realidade que, muitas vezes, leva ao abandono escolar prematuramente.

Frigotto (2004, p.211) afirma que,

O trabalho precoce de crianças e jovens e a escolaridade precária ou a ausência dela são fatos que se correlacionam fortemente, mas um não explica o outro, e também não podem, linearmente, ser tomados um como solução do outro. Ambos têm sua determinação fundamental na origem de classe. Ou seja, os jovens que têm trabalho precoce de baixa qualidade e remuneração, e os jovens que têm pouca escolaridade e de péssima qualidade ou estão fora da escola acham-se nesta condição por serem filhos de trabalhadores com condições de vida precárias.

¹⁴ A PNAD 2009 revelou ter, no Brasil, 2,0 milhões de crianças de 5 a 15 anos de idade ocupadas no mercado de trabalho, das quais cerca de 44% estão concentradas na Região Nordeste e 24%, na Região Sudeste. Foram encontradas 122.679 crianças de 5 a 9 anos em situação de trabalho infantil, quase metade delas no Nordeste (Síntese de Indicadores Sociais, IBGE, 2010).

Conciliar trabalho e escola tem sido uma tarefa árdua ao jovem trabalhador e os dados do IBGE, já apresentados aqui, confirmam isso. Porém, a inserção no mercado de trabalho para os jovens da classe média acontece de maneira diferenciada visto que os pais financiam a inatividade dos filhos, na maioria dos casos. Assim, estendem a infância, a juventude e a inserção no mundo do trabalho que muitas vezes se inicia após os 25 anos e em postos de trabalhos ou atividades de melhor remuneração. Deste modo, para que os jovens da classe trabalhadora mantenham-se na escola faz-se necessário que o Estado mantenha a sua inatividade durante o período de estudos obrigatórios (FRIGOTTO, 2004).

Frigotto (2004, p.191) também ressalta que, “o acesso a escola não garante, por si, uma educação de boa qualidade”. Diante disso, o autor aponta três aspectos que penalizam os jovens da classe trabalhadora frente à realidade da escola pública brasileira:

O primeiro [...] o tipo de escola que se oferece e que se perpetua ao longo de nossa história: uma escola de acordo com a classe social (FRIGOTTO, 1977, 1983; NOSELLA, 1993, 2001). O segundo aspecto refere-se ao desmonte da escola básica, tratando-a não como direito, mas como filantropia [...]. O ensino médio público é predominantemente noturno e supletivo. Finalmente, nos anos 1990, a desqualificação da escola básica pública se efetiva mediante a adoção unilateral do ideário da pedagogia do mercado: pedagogia das competências e da empregabilidade. (FRIGOTTO, 2004, p.191-192).

A desqualificação da escola pública ocorrida na década de 1990, a qual se reporta Frigotto (2004), decorrente de sucessivas reformas no sistema educativo durante as duas gestões do presidente Fernando Henrique Cardoso, atingiu “[...] os mecanismos de financiamento do ensino público, provocando alterações curriculares e medidas de correção de fluxo, visando atenuar as reprovações e evasões, em quadro inalterado de recursos destinados à educação” (SPOSITO, 2008, p.96). Por isso, durante esse período houve um aumento significativo nos números referentes ao acesso à escola, sobretudo da população juvenil, conforme aponta a pesquisa “Perfil da juventude brasileira” (mesmo assim, em 2001 cerca de 60% dos 34 milhões de jovens ainda não estavam frequentando a escola). Entretanto, como aponta Spósito, (2008, p.96) esta “[...] foi uma oferta desprovida de qualidade e de condições materiais e humanas de funcionamento adequadas para as unidades escolares, atingindo a escola pública, única modalidade de acesso à educação escolar para a maioria dos jovens brasileiros”.

Como afirma Pochmann (2004, p. 232),

Desde o início da década de 1980, quando o país abandonou seu projeto de industrialização nacional, o mercado de trabalho tornou-se extremamente desfavorável ao conjunto das classes trabalhadoras, especialmente aos jovens. A piora da ocupação em geral atingiu, sobretudo, o segmento etário entre 15 e 24 anos a partir de 1990, com a predominância da adoção de políticas de corte neoliberal.

Essa “reorganização” do sistema educativo brasileiro na década de 1990 justifica-se pela aplicação da política neoliberal no sistema educacional brasileiro, o que nos leva a concluir que os processos de formação através da escola sempre tiveram ampla relação com a reprodução da organização socioeconômica em cada época distinta. No capitalismo contemporâneo, o processo educativo está intimamente ligado às políticas neoliberais, tendo o Estado como legítimo representante dos interesses da classe dominante.

É importante considerarmos neste debate, também, que a juventude brasileira tem sido rotulada por imagens estereotipadas que estão arraigadas em “modelos” socialmente construídos. Dayrel (2004) destaca pelo menos quatro formas de representações sociais da juventude: a primeira, diz respeito à juventude como condição de transitoriedade, visto que o jovem é um “vir a ser” e tem no futuro o sentido das suas ações no presente; na segunda, a juventude é vista como problema, “em situação de risco”, relacionada aos índices de violência, ao consumo e tráfico de drogas ou mesmo a expansão da AIDS e da gravidez precoce, entre outros; e na terceira, a juventude é vista romanticamente, associada à liberdade, prazer, irresponsabilidade, comportamentos exóticos, relativização da aplicação de sanções sobre o comportamento juvenil. Já na quarta, o jovem é reduzido ao campo da cultura, como se ele só expressasse a sua condição nos finais de semana ou quando envolvido em atividades culturais.

Novaes (2006 et al) aborda os desafios a serem superados em prol da juventude enquanto sujeito de direitos, apontando que um dos mais difíceis é “a própria dubiedade advinda das contraditórias representações sociais sobre a condição juvenil”, visto que a “sociedade contemporânea é, paradoxalmente ‘juventudocêntrica’, ao mesmo tempo em que juventude é crítica da juventude”:

[...] nos aspectos da vivência pessoal e da consciência coletiva, ser jovem é um “estado de espírito”, uma dádiva, um “dom” de um momento passageiro da vida que não deveria passar [...]. Contudo, no âmbito profissional, no aspecto do compromisso cidadão ou no tocante à participação nos processos de tomada de decisão - inclusive nas esferas políticas - ser jovem é residir em um incômodo estado de devir, justificado socialmente como estágio de imaturidade, impulsividade e rebeldia exacerbada (NOVAES et al, 2006, p.5).

A “juventudocêntrica”, ou “juvenilização” da sociedade são atributos fortemente vinculados ao modo de produção capitalista, vez que induz ao consumismo a partir da “valorização” de atributos da condição jovem: as novidades, as descobertas, por exemplo, podem gerar e impulsionar a “obsolescência planejada”; o velho, o antigo, não tem função produtiva, portanto, não tem “valor”. Segundo Dayrel (2004), as características e valores ligados à juventude tais como a energia e a estética corporal, nunca foram tão valorizados na sociedade. Mas, em contrapartida, “[...] a juventude brasileira ainda não é encarada como sujeito de direitos, não sendo foco de políticas públicas que garantam o acesso a bens materiais e culturais, além de espaços e tempos onde possam vivenciar plenamente esta fase tão importante da vida” (DAYREL, 2004, p.1).

De maneira geral, poucos avanços têm sido notados no tratamento da juventude enquanto categoria social, visto que continua sendo “[...] vista como etapa de preparação, em que os indivíduos processam sua inserção nas diversas dimensões da vida social, a saber: responsabilidade com família própria, inserção no mundo do trabalho, exercício pleno de direitos e deveres de cidadania” (NOVAES, 2007, p.07). A falta de clareza epistemológica e consenso teórico acerca da juventude e do que é ser jovem tem contribuído para o pouco avanço na sistematização das políticas de juventude.

No debate sobre políticas de juventude que se instaura agora no Brasil, essa tensão entre uma impressão de obviedade e a dificuldade de definições mais claras também vigora. O termo nunca esteve tão presente nos discursos e nas pautas políticas, mas ainda permanecem uma grande indeterminação e muitas indagações a respeito do que, afinal de contas, está sendo designado por ele. (ABRAMO, 2008, p. 38).

A abertura para a discussão sobre a juventude, vale dizer, no sentido da diversidade, no Brasil é relativamente recente. Um dos primeiros artigos acadêmicos brasileiros a discutir o tema das políticas públicas para a juventude, Maria das Graças Rua (1988), já alertava que os jovens brasileiros estavam sendo relegados ao “*estado de coisas*, [...], ou seja, como demandas sentidas, mas ainda não inseridas no debate público e sem força para gerar respostas por parte do Estado” (ABRAMO, 2008, p. 39).

Em meados dos anos 1960, a condição juvenil era restrita a jovens escolarizados da classe média. Esses jovens tiveram destacada participação nos movimentos em prol dos processos de democratização e combate às estruturas conservadoras durante o período da “modernização” do país (dos anos 1930 aos 1970), mas essa participação era questionada tanto pelos setores conservadores quanto pelos setores de esquerda: para os primeiros, a

suspeita de baderna e radicalismo transgressor; para os segundos, suspeita de alienação ou radicalidade pequeno-burguesa inconseqüente (ABRAMO, 1997).

Já os anos 1980 foram caracterizados pelo desaparecimento das intervenções da juventude no cenário político, e simultaneamente, valorização pela sociedade daquelas formas de atuação dos jovens, anteriormente desqualificadas, o que levou ao descrédito político das manifestações dos jovens deste período, até mesmo a participação nas movimentações de rua pelo *impeachment* do então Presidente da República Fernando Collor de Mello, em 1992, foram largamente desqualificadas por serem “espontaneístas”, “espetaculares”, com mais dimensão de “festa” do que de “efetiva” politização (ABRAMO, 1997).

Nas duas últimas décadas notamos que a juventude passou a ter maior visibilidade no Brasil, o que pode ser considerado como o reflexo das diversas manifestações dos próprios jovens acerca das suas leituras sobre o mundo, muitas vezes, em forma de contestação ao que está posto tanto em relação a sua “condição” e “situação”¹⁵ juvenil quanto aos problemas da sociedade como um todo. Deste modo,

Se na década de 60 falar em juventude era referir-se aos jovens estudantes da classe média e ao movimento estudantil, a partir dos anos 90 implica incorporar os jovens das camadas populares e a diversidade dos estilos e expressões culturais existentes, protagonizada pelos *punks*, *darks*, *roqueiros*, *clubbers*, *rappers*, *funkeiros* etc. Mas também pelo *grafite*, pelo *break*, pela dança afro ou mesmo pelos inúmeros grupos de teatro espalhados nos bairros e nas escolas. Muitos desses grupos culturais apresentam propostas de intervenção social, como os *rappers*, desenvolvendo ações comunitárias em seus bairros. (DAYREL, 2004, p. 15-16).

As várias manifestações dos próprios jovens sobre aspectos da vida social, política, econômica e cultural, assim como os alarmantes índices de violência, inserção no mundo das drogas (usuários e traficantes), prostituição, criminalidades, dentre outros, marcam a entrada da juventude na pauta das políticas públicas do país. Assim, surgem algumas iniciativas através da materialização de programas, assim como outras formas de participação da juventude brasileira, mas que ainda estão distantes da efetivação de políticas públicas específicas para este público.

Nesta perspectiva, podemos destacar a criação do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) em 2005 pela Lei 11.129 que também instituiu a Secretaria Nacional de

¹⁵ A *condição* está relacionada ao “modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo de vida, que alcança uma abrangência social maior, referida a uma dimensão histórico geracional” enquanto que *situação* “revela o modo como tal condição é vivida a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais – classe, gênero, etnia etc.” (ABRAMO, 2008, p.42 *apud* ABAD; SPOSITO, 2003).

Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), como importante instrumento de comunicação entre jovem, sociedade e poder público, composto por 40 membros da sociedade civil e 20 membros representantes do poder público.

O CONJUVE tem desenvolvido estudos sobre a realidade socioeconômica dos jovens brasileiros, formulado e proposto diretrizes voltadas para as políticas públicas de juventude, buscando dar visibilidade às *juventudes* em suas expressões geracionais, étnicas, religiosas, regionais, sexuais e de gêneros; “[...] trata-se de um esforço criativo rumo ao reconhecimento dos direitos das juventudes e a conseqüente construção de políticas públicas que os garantam” (NOVAES et al, 2006, p. 07).

No âmbito das discussões sobre a juventude brasileira, o CONJUVE tem buscado inserir a diversidade do segmento formado pela juventude do campo de acordo com a forma de inserção social que tem por referência básica o “espaço rural”, a partir da qual é construída a concepção de vida e de mundo, marcada por especificidades nas atividades sociais, econômicas, culturais, políticas e simbólicas.

Esses jovens enfrentam dificuldades ainda mais acentuadas para superar questões como taxas de analfabetismo (três vezes maior que a das áreas urbanas), rendimento médio do trabalho bem menor que o dos jovens das áreas urbanas e migração para as cidades não por opção, mas pressionados pela falta de oportunidades e pela necessidade de sobrevivência pessoal e familiar (NOVAES, et al, 2006, p.35).

Portanto, os avanços reconhecidos no debate que se instaura sobre a juventude na agenda pública brasileira, principalmente com a criação recente do CONJUVE, aponta iniciativas importantes para a visualização dos jovens enquanto sujeitos de direitos, dentro da diversidade de contexto em que vivem os jovens brasileiros. Porém, as políticas públicas para a juventude do Brasil, materializadas em programas e projetos governamentais, ainda precisam avançar muito no sentido de tratar *as juventudes* para além de um “problema social” (violência, crime, exploração sexual, drogadição etc) a partir de medidas para dirimir ou combater tais problemas (ABRAMO, 1997). O ponto de partida para a criação de políticas públicas para os jovens brasileiros é considerá-los como sujeitos de direitos.

1.4 Juventudes do campo e projetos de vida

Os dados demográficos sobre a população brasileira indicam a continuação da tendência histórica da migração da população brasileira do campo para a cidade¹⁶. O censo demográfico do IBGE de 2000 apontou que a população que morava no campo era de 20% e a urbana de 80%, enquanto que no censo de 2010 esses percentuais apontaram maior reflexo dos processos migratórios, mostrando que 15,6% da população residem no campo e 84,4%, nos espaços urbanos. Em 2009, o total acumulado de migrantes, segundo as Grandes Regiões, foi de 20,1 milhões de pessoas. Os nordestinos continuam sendo o grupo de maior contingência migratória, tendo a Região Sudeste (com um total de 10,8 milhões, correspondente a 53,9%) como principal pólo de “atração” (PNAD, IBGE, 2010).

Weisheimer (2005, p.07 apud ABRAMOVAY; CAMARANO, 1999) mostra que “em 1950, a população residente em zonas rurais correspondia a 63,8% da população total brasileira enquanto que no ano de 2000, essa proporção havia caído para 18,8% do total da população do país”. O autor também destaca que na década de 1950 o contingente que mais migrou correspondia à faixa dos 30 aos 39 anos de idade, enquanto que nos anos 1990 ocorreu um deslocamento populacional principalmente na faixa etária de 20 a 24 anos.

Esses dados mostram que a migração dos jovens do campo para as cidades é cada vez mais precoce, constatado pela redução da faixa etária dos jovens que migraram na década de 1950 e os que migraram na década de 1990. A ausência de condições materiais para a realização dos projetos de vida no campo tem levado os jovens do campo a projetarem na cidade melhores possibilidades de vida, por isso migram na tentativa de adquirir condições materiais para terem uma vida melhor. Porém, muitas vezes, esses jovens saem de uma zona de exclusão (espaço rural) e entram em outra (espaço urbano), mas mesmo assim, o movimento de migração continua crescendo, visto que os problemas do campo ainda não foram resolvidos.

As condições de precarização da vida no campo vêm sendo reproduzidas com poucos sinais de intervenção no curso das determinações sócio-históricas no modo do capital produzir e organizar a vida humana no campo. A exploração do campo tem seus primórdios no Brasil Colônia, uma vez que o processo de colonização pelos portugueses tinha como objetivo específico a exploração das riquezas naturais brasileiras para fins comerciais no mercado da

¹⁶ O Brasil, segundo os dados censitários, já possuía 67,6% de pessoas residindo em áreas consideradas urbanas, em 1980. Onze anos depois, o Censo Demográfico 1991 registrou um grau de urbanização superior a 75%, e a Contagem Populacional de 1996 mostrou que este percentual superou os 78%. (IBGE, Indicadores da População Jovem, 1999).

Europa do século XVI (FORMAN, 1979). Assim, no decorrer de mais de 500 anos da História do Brasil, o campo brasileiro tem vivenciado inúmeras formas de exploração, no que diz respeito à natureza, agropecuária, cultura, relações sociais e produtivas, dentre outros.

No campo, grande parte das populações sofre com os reflexos da desigualdade social, sobrevivendo em precárias condições humanas, muitas vezes, sem ter a terra, que é essencial para a sobrevivência no campo, o que frequentemente tem levado à materialização da luta de classe através dos conflitos e embate de projetos entre os trabalhadores e os donos dos meios de produção. Somente no mês de maio deste ano (2011) foram assassinados quatro trabalhadores do campo devido a conflitos na luta pela terra, em defesa da vida digna no campo¹⁷. Este problema do Brasil está no bojo da América Latina, visto que “em todos os países, a violência rural manifesta-se na morte em conflitos e assassinatos de um número muito grande de pessoas e do deslocamento de importantes contingentes populacionais, tendo como central o problema da terra” (BRUMER, 2003, p.20).

Um estudo realizado com jovens de comunidades do campo de três municípios pernambucanos revela que a terra em escassez - pequenas unidades de produção, a maioria com até 05 hectares – torna-se um desafio para a produção agrícola e, conseqüentemente, constitui um fator de impulsionamento à migração.

A estrutura de distribuição de terra é a responsável maior pelo bloqueio à reprodução social dos pequenos agricultores camponeses das áreas estudadas, na medida em que impõe profundas restrições à capacidade produtiva do estabelecimento, inibe as possibilidades de ocupação da força de trabalho dos próprios membros da família e, em consequência, provoca nos jovens a necessidade de migração. (WANDERLEY, 2007, p. 24).

Segundo Brumer (2007), entre os fatores que explicam a continuidade do processo migratório campo-cidade nas últimas décadas, estão, de um lado, os “atrativos” da vida urbana, principalmente em opções de trabalho remunerado, e de outro, as dificuldades da vida no meio rural e da atividade agrícola. Deste modo, a migração decorre de fatores de atração

¹⁷ O trabalhador rural Adelino Ramos foi assassinado no dia 27 de maio de 2011 em Vista Alegre do Abunã, na região da Ponta de Abunã, município de Porto Velho (RO), enquanto vendia as verduras produzidas no acampamento onde vivia. Ele vinha denunciando a ação de madeireiros na região da fronteira entre os estados de Acre, Amazônia e Rondônia. Ele, que foi líder do Movimento Camponês de Corumbiara, e um grupo de trabalhadores reivindicavam uma área nessa região para a criação de um assentamento. No Pará, Herenilton Pereira, de 25 anos, foi encontrado morto no dia 28 de maio de 2011. O jovem vivia no mesmo assentamento do casal de ambientalistas, José Cláudio e Maria, também assassinados no dia 24 de maio de 2011, em Nova Ipixuna (PA). Disponível em < <http://carosamigos.terra.com.br>>. Acesso em: 04/06/2011.

ou de expulsão¹⁸. “Ademais, na decisão de migrar, provavelmente os fatores de expulsão são anteriores aos de atração, na medida em que os indivíduos fazem um balanço entre a situação vivida e a expectativa sobre a nova situação” (BRUMER, 2007, p.37).

Outro dado relevante sobre o movimento migratório recente diz respeito à participação feminina. “As mulheres migram mais que os homens, representando 52% do total da migração jovem. De acordo com o censo de 1991, para o total do Brasil, enquanto 20,8% dos jovens do sexo masculino entre 15 e 24 anos de idade eram migrantes, para as moças, dessa mesma faixa etária a proporção de migrantes era de 24,2%” (WEISHEIMER, 2005, p. 08 apud BAENINGER, 1998, p. 46). Entretanto, a maior expressão feminina no processo migratório rural-urbano pode apresentar diferenças regionais, a exemplo do Nordeste que apresenta menor grau de *masculinização* do campo (SILVA; CAPELO, 2005).

A migração da população jovem do campo para a cidade possui forte relação com a busca de melhores condições para a sobrevivência e construção dos projetos de vida futura.

Se, por um lado, mais de 60% dos 141 jovens de 50 municípios brasileiros entrevistados indicaram que gostariam de permanecer no campo e estudar em áreas afins (62%), por outro, por falta de oportunidades, saem do campo. Os motivos que os levam a sair do campo são: para trabalhar (28,5%), para estudar (26,5%), para trabalhar e estudar (26,5%) e 17,5% por outras razões (FRANCO, 2003). Note-se que para 55% dos jovens se coloca a questão da busca de trabalho. (FRIGOTTO, 2004, p.186)

A conclusão de pesquisas qualitativas realizadas com jovens do campo de algumas localidades do Brasil mostra que eles atribuem importância à educação em seus projetos de vida. Em alguns casos a educação é vista como possibilidade de uma remuneração melhor e de um “trabalho menos pesado”. Por isso, “é possível dizer, portanto, que a associação entre estudo e emprego é também generalizada, sendo o estudo encarado como a condição para, no falar de um jovem, “ser alguém na vida”, o que significa fundamentalmente não ser agricultor” (CARNEIRO, 2008, p. 249).

Frente a isso, o estudo passa a ser uma possibilidade de saída da realidade excludente a qual estão inseridos, através de outras formas de inserção no trabalho, muitas vezes na cidade,

¹⁸ Brumer (2007, p. 36 apud SINGER, 1973) explica que os *fatores de expulsão* são de duas ordens: *fatores de mudança* relacionados às mudanças introduzidas no campo através de relações capitalistas em favor da “modernização” da produtividade do trabalho agrícola, aonde reduziu-se o emprego, que refletiu na “expropriação dos camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários e *fatores de estagnação* “que se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que pode ser limitada tanto pela insuficiência física de terra aproveitável como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários, [...] resultam da incapacidade dos produtores em economia de subsistência de elevarem a produtividade da terra”.

ou, se no campo, em outras atividades que não sejam diretamente ligadas à agricultura. Por conhecerem a realidade de marginalização e desvalorização da atividade do agricultor, muitas vezes, os jovens do campo buscam para os seus projetos futuros, outras formas de inserção produtiva.

O estudo de Castro (2005a), realizado no assentamento Mutirão Eldorado, localizado no município de Seropédia na Baixada Fluminense, mostra, através de um levantamento sócio-econômico, que 16,5% dos participantes da pesquisa nunca frequentaram a escola e 40,7% têm até a 4ª série do Ensino Fundamental. Além disso, a autora nota a ênfase dada ao fato de *não ter estudado* e a associação entre formação escolar e um futuro melhor, assim como entre não ter estudado e *não ser ninguém*. Assim,

[...] nos discursos dos adultos, o estudo é associado a percepções que representam mobilidade social, onde a sua própria condição de trabalhador do meio rural aparece em posição de inferioridade. Isto é, aciona-se imagens e construções do “homem do campo” associado à “atraso”, falta de opção, falta de escolha, opção para quem não é inteligente. (CASTRO, 2005a, p. 20-21).

A pesquisa feita por Wanderley (2007), com 615 jovens de 15 a 24 anos que vivem em comunidades camponesas de três municípios de Pernambuco apontou ser o estudo a condição mais necessária à realização dos projetos futuros, sendo indicado por 260 entrevistados (42,3%); enquanto que 72 jovens (11,7%) afirmaram ser a necessidade de ter recursos e oportunidades. Na mesma pesquisa, o que chama a atenção da pesquisadora é a confirmação de que 233 jovens (37,9%) não sabem ou não responderam a esta questão.

Para Wanderley (2007, p. 25),

Chama a atenção, inicialmente, a grande porcentagem daqueles que não souberam responder, num total de 184 (29,9% do conjunto). Mais surpreendente ainda é o fato de que esta é a resposta mais freqüente no conjunto dos jovens e, sobretudo, entre os jovens com mais de 18 anos (100 – 33,8%), entre os adolescentes (84 – 26,4%) e entre os rapazes (64 – 29,0%). As moças [...] têm uma escolha mais definida, mas entre elas também, é significativo o número das que não sabem ainda o que gostariam de ser profissionalmente (120 – 30, 5%).

Os jovens do campo convivem com incertezas e inseguranças no que diz respeito ao futuro profissional (nem só os jovens do campo, como *as juventudes* de forma geral), o que os leva a não saberem definir em qual profissão desejariam trabalhar, já que “há uma grande diferença entre a realidade concreta enfrentada por esses ‘jovens’ e seus sonhos e expectativas

a partir do estudo, quanto ao seu futuro profissional” (CASTRO, 2005b, p.19). De acordo com a autora, as tensões vividas pelos jovens do campo acerca dos projetos de futuro foram evidenciadas quando questionados sobre as expectativas em relação à profissão; os jovens apresentam opiniões embaraçosas ao falar dos sonhos e das condições objetivas para a realização desses sonhos; como se sonhassem, mas, simultaneamente, tivessem consciência de que possivelmente não chegariam a realizá-los.

As mudanças no mundo do trabalho são particularmente responsáveis por essa dúvida da juventude, visto que a conquista de um emprego mostra-se cada vez mais difícil diante das exigências de qualificação cada vez mais complexas, remuneração salarial cada vez mais baixa e relações trabalhistas também degradantes.

Deste modo, o processo de escolarização tem sido uma questão importante na discussão sobre o jovem do campo, vez que possui fortes ligações com os problemas enfrentados para inserção no mercado de trabalho, pois a realidade confirma que para o ingresso no mercado de trabalho em tempos de reestruturação produtiva é preciso altíssima “qualificação” profissional, e esta “qualificação” profissional que é exigida por este modelo produtivo, a população do campo dificilmente tem acesso, pois, “a trajetória do processo de escolarização de homens, mulheres, jovens e crianças que vivem no campo, historicamente ocupou um lugar marginal na política educacional brasileira” (SOUZA, 2004, p. 37).

Historicamente, no Brasil, a educação dos povos do campo ocupou um lugar marginal na política educacional brasileira. Como consequência disso, “não temos uma tradição nem na formulação de políticas públicas, nem no pensamento e na prática de formação de profissionais da educação que focalize a educação do campo e a formação de educadores do campo como preocupação legítima” (ARROYO, 2007, p. 158). Por isso, a educação oferecida à população do campo tem se caracterizado pela reprodução de teorias e práticas educativas urbanocêntricas, desvinculadas dos saberes, crenças e experiências cotidianas do campo.

Em busca de propostas educativas mais próximas à realidade da vida no campo, emerge um movimento de encontros a nível municipal, estadual, nacional e internacional¹⁹, buscando no debate a proposição de políticas educativas voltadas a Educação do/no Campo (*do* refere-se às especificidades da vida no contexto do campo e *no*, ao direito de ter escola nas comunidades onde moram, evitando o deslocamento para as escolas da cidade). Educação do Campo,

¹⁹ Aconteceu nos dias 04, 05 e 06/08/2010 o I Encontro Internacional de Educação do Campo na Universidade de Brasília (UNB).

Culturalmente, significa aprender com a Terra, aprender com o Campo os modos genuínos de olhar para a vida do homem, em sintonia com a vida na natureza. Sociológica e politicamente, significa conhecer e dialogar com diferentes modos de organização da sociedade e das lutas políticas. Discursivamente, significa reconhecer o poder que têm os gestos, as cores, as imagens e as palavras escolhidas para a luta como saberes legítimos. (ROCHA; MARTINS, 2009, p. 18).

Por isso, a luta configura-se pela necessidade de avançarmos na implementação das Diretrizes Nacionais por uma Educação Básica do Campo, no sentido de garantirmos a superação do analfabetismo que assola as populações do campo, e em especial os jovens, dando-lhes acesso a todos os níveis educacionais, contemplando as diversidades e a realidade do campo. No âmbito das políticas para a juventude do campo, notamos o surgimento de alguns projetos para o jovem do campo, relativos ao acesso à terra pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário – Nossa Primeira Terra²⁰ e ao crédito pelo Pronaf Jovem²¹, de qualificação pelo Consórcio Social da Juventude Rural, além do Projovem Campo²². Mas, existe um embate entre o Estado e movimento social organizado, frente a estes projetos, como nos mostra a fala de um integrante do MST a respeito da política do programa Nossa Primeira Terra:

²⁰ A linha Nossa Primeira Terra faz parte do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e foi criada especialmente para atender jovens rurais (de 18 a 24 anos de idade), entre estudantes de escolas agrotécnicas e filhos de agricultores familiares, que desejam permanecer no campo e investir na produção agrícola. Existem no Brasil 74 escolas de formação agrotécnica que preparam cerca de seis mil pessoas anualmente. São jovens que sonham em construir o futuro no meio rural e querem evitar a migração para as cidades. O objetivo é justamente esse: fixar mão-de-obra qualificada no campo e promover a inovação tecnológica.

Para obter o financiamento, o jovem precisa estar organizado em associação legalmente constituída, possuir renda familiar anual inferior a R\$ 5,8 mil e patrimônio familiar menor do que R\$ 10 mil. Disponível em <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 05/10/2011.

²¹ De acordo com o MCR (Manual Crédito Rural da Agricultura Familiar) 525, de 1º de julho de 2011, os créditos ao amparo da Linha de Crédito de Investimento para Jovens (Pronaf Jovem) sujeitam-se às seguintes condições especiais: a) beneficiários: jovens agricultores e agricultoras pertencentes a famílias enquadradas no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), maiores de 16 anos e até 29 anos, que atendam a uma ou mais das seguintes condições: tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância, que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino; tenham concluído ou estejam cursando o último ano em escolas técnicas agrícolas de nível médio, que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino; tenham participado de curso ou estágio de formação profissional que preencham os requisitos definidos pela Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA) ou que tenham orientação e acompanhamento de empresa de assistência técnica e extensão rural reconhecida pela SAF/MDA e pela instituição financeira.

²² Tem como objetivos fortalecer e ampliar o acesso e a permanência dos jovens agricultores familiares no sistema educacional, elevação da escolaridade - com a conclusão do Ensino Fundamental - qualificação e formação profissional. O Projovem Campo vai garantir aos jovens da agricultura familiar, de 18 a 29 anos, a conclusão do Ensino Fundamental em regime de alternância dos ciclos agrícolas. Esse regime consiste em alternar aulas presenciais com atividades educativas não presenciais. Os jovens do campo recebem um auxílio mensal de R\$ 100,00 a cada dos meses, quando estão em exercendo atividades na escola. O curso tem duração de 24 meses. Disponível em: <<http://www.secretariageral.gov.br>>. Acesso em: 04/10/2011.

Entendemos que parte da juventude vai para o programa porque o Estado não tem capacidade de fazer um processo de reforma agrária e distribuir terra sem que as pessoas tenham que se endividar. É bem verdade que existem situações nas quais o Estado não consegue intervir por meio do instrumento da desapropriação, mas essa condição dada pelo governo cria o “Meu primeiro jovem endividado”, porque dificilmente ele terá condições de pagar o crédito, de pagar a terra”. (RODRIGUES, 2007, p.85)²³.

No entanto, no contexto de crise estrutural do sistema capitalista que afeta os trabalhadores em todas as partes do mundo torna-se necessário pensarmos políticas para que os jovens do campo enfrentem os problemas que têm impossibilitado sua permanência no campo. Por isso, torna-se imprescindível a descentralização das terras via reforma agrária de modo que os jovens sejam contemplados, além de potencializados para a produção, estimulados à inserção produtiva agrícola e não agrícola no campo, a partir de investimento em pesquisas, infraestrutura e tecnologias para enfrentamento à estiagem nas regiões afetadas pela seca, além da garantia de acesso à educação, trabalho, saúde, lazer, cultura etc. Deste modo, a opção do jovem pela migração acontecerá por escolha e não por expulsão do lugar onde vivem.

²³ João Paulo Rodrigues é membro da direção nacional do MST. Sua fala está registrada no livro *Juventude Rural em perspectiva* organizado por Maria José Carneiro e Elisa Guaraná de Castro (2007), podendo ser localizada na segunda sessão “Políticas públicas, direitos e participação” na qual são apresentadas as intervenções dos representantes de movimentos sociais e gestores de políticas públicas federais, seguidas dos debates da platéia, por ocasião do Seminário Juventude Rural em Perspectiva, realizado em maio de 2006 na sede do CPDA/UFRRJ.

CAPÍTULO 2

CONHECENDO OS SUJEITOS, O CAMPO EMPÍRICO E OS CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A juventude do campo sobre a qual nos referimos nesta dissertação possui características específicas do contexto sócio-cultural e político em que vive. Contudo, por várias vezes suas experiências de vida estão relacionadas aos problemas comuns aos jovens brasileiros de classes menos favorecida da sociedade que encontram limites materiais e até subjetivos para planejarem o futuro.

Os jovens participantes da investigação falam de um lugar comum que são as comunidades camponesas do município de Teofilândia/BA, pelas quais possuem relações de afetividade e sociabilidade, mas, suas histórias de vida são trilhadas por caminhos por ora difíceis diante de uma realidade perversa que não oportuniza a idealização, tão pouco a materialização dos projetos de vida no lugar onde nasceram.

Partindo deste pressuposto, vale ressaltar que a abordagem feita neste trabalho tem sido pouco lembrada nos trabalhos acadêmicos sobre a temática da juventude do campo brasileiro, pois tratamos de jovens do campo que possuem trajetórias de vida e perspectivas futuras desprovidas de organização social; são jovens distantes de movimentos sociais organizados da luta pela terra e de organizações sócio-educativas voltadas para o desenvolvimento do campo, a exemplo do MST e das Escolas Famílias Agrícolas (EFA's)²⁴, respectivamente.

Por isso, neste capítulo, buscamos contextualizar o campo empírico no qual se realizou o estudo, comunidades do município de Teofilândia/BA, caracterizamos o contexto dos jovens sujeitos da investigação assim como descrevemos alguns passos do caminho percorrido durante a pesquisa de campo.

2.1 Contextualização do campo empírico

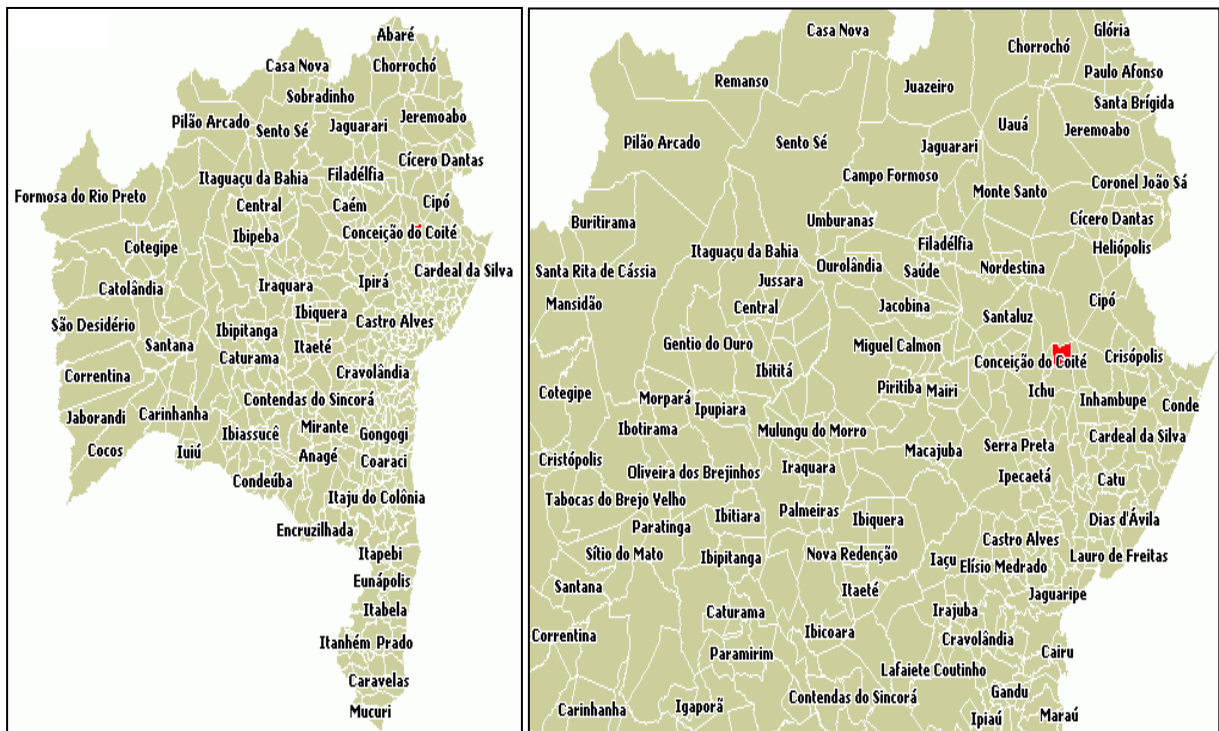
A presente pesquisa foi realizada nas comunidades de Alecrim, Entrada, Massapê e Pau D'arco, situadas no município de Teofilândia-BA. Estas comunidades são próximas umas das outras, apresentando características similares e algumas peculiaridades importantes à investigação. Diante disso, para conhecermos alguns aspectos das comunidades nas quais a

²⁴ Nas localidades investigadas inexistem tais formas de organização das populações do campo.

pesquisa foi realizada, faz-se necessário conhecermos algumas características deste município baiano.

Em suas características físicas, o município de Teofilândia é denominado microrregião de Serrinha e está inserido na mesorregião Nordeste Baiano. Possui uma área territorial de 336 km² e tem como municípios limítrofes Araci, Barrocas, Biritinga e Serrinha. O bioma característico da região é a caatinga, tendo o clima semiárido como predominante. O município de Teofilândia está a aproximadamente 194 km da capital do estado, Salvador (distância em relação à sede). Na figura abaixo, indicamos (em vermelho) a localização do município de Teofilândia no mapa do Estado da Bahia.

FIGURA 1- Localização de Teofilândia no Estado da Bahia



Fonte: Confederação Nacional dos Municípios²⁵.

²⁵<Disponível em: http://www.cnm.org.br/dado_geral/ufmain.asp?Command=ZOOMIN&click.x=451&click.y=126&iIdUF=100129&iIdBuscaMun=100129389&Left=-49.1186210929346&Bottom=-18.399418949&Right=-34.8412165116848&Top=-8.48455465646541>. Acesso em 22/11/2011.

O município possuía aproximadamente 21.482 habitantes até o Censo Demográfico 2010, sendo que deste total 6.692 residiam na zona urbana e 14.790, na zona rural. Deste modo, notamos que o município possui mais do dobro de sua população vivendo no campo, dado que entra em desacordo com os índices estatísticos nacionais que mostram que 84,4% da população brasileira vivem nas áreas urbanas.

Do número total de habitantes no município, 6.263 são jovens na faixa etária entre 15 e 29 anos. Este resultado apresenta uma grande proximidade em números quanto ao sexo, pois 3.195 dos jovens na faixa etária citada são do sexo masculino (de 15 a 19 anos: 1.232; de 20 a 24 anos: 1.038; de 25 a 29 anos: 925) e 3.068 são do sexo feminino (de 15 a 19 anos: 1.146; de 20 a 24 anos: 1.035; de 25 a 29 anos: 887).

A produção agrícola do município é baseada na lavoura permanente e na lavoura temporária. De acordo com dados do IBGE para o ano de 2009, na lavoura permanente os principais produtos são: o sisal ou agave (fibra) com uma produção de 990 toneladas e a castanha de caju, cuja produção se dá em menor quantidade: 04 toneladas. Já na lavoura temporária, os produtos são: a mandioca (3.760 toneladas), feijão em grão (1.267 toneladas), milho em grão (1.080 toneladas) e batata-doce (150 toneladas).

No período chuvoso, oportuno para a plantação das sementes correspondentes a lavoura temporária, entre os meses de abril e julho, os agricultores aventuram-se investindo na terra, na maioria dos casos objetivando a garantia do sustento da família, e quando oportuno, comercializam alguns excedentes.

Para quem mora em Teofilândia, e em toda a região do semiárida, a agricultura é uma atividade que reflete muita dúvida e insegurança, visto que o clima torna-se fator decisivo para que a colheita seja satisfatória, caso contrário, todo ou quase todo investimento que começa desde a preparação da terra pode ser perdido. Por exemplo, no inverno deste ano, 2011, os agricultores obtiveram perda quase total de suas plantações no município, devido a estiagem após a plantação. Com esta situação de vulnerabilidade que a agricultura apresenta, convivem os jovens que “optam” por construir projetos de permanência no lugar de origem.

A produção pecuária do município é baseada na produção de bovinos (11.891 cabeças), equinos (507 cabeças), asininos (501 cabeças), muares (136 cabeças), suínos (7.792), caprinos (1.452), ovinos (6.469 cabeças), galos, frangos, frangas e pintos (24.907), galinhas (24.484), vacas ordenhas (1.239 cabeças), leite de vaca (produção de litros, 434 mil),

ovos de galinha (247 mil dúzias), mel de abelha (28.000 kg), de acordo ao que informa o IBGE (2009).

Quanto ao aspecto educacional, o município apresentou em 2009, de acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 653 matrículas no Pré-escolar, 5.974 no Ensino Fundamental e 1.179 no Ensino Médio, considerando as ofertas nas escolas públicas estaduais e municipais e privadas. Ainda de acordo com dados do INEP, publicados no Diário Oficial da União em 22 de setembro de 2011, o município de Teofilândia/BA possui 63 escolas, sendo que deste total 45 estão em atividade e 18 estão paralisadas; 56 são municipais, 02 estaduais e 05 privadas; 46 estão localizadas no campo e 17 em espaços urbanas.

De acordo com o cadastro central de empresas (2009), o município registrou 182 unidades locais atuantes, ocupando um total de 1.242 pessoas (sendo que deste total o número de assalariados é de 1.097). Este dado revela o número ínfimo de empregos no município, considerando o total da população e em especial, os jovens. Essas empresas empregam poucas pessoas devido à baixa demanda comercial do próprio município. Além disso, esses poucos empregos comumente são restritos a membros da unidade familiar e/ou parental do empresário. Com estes dados, constatamos quão reduzida é a possibilidade de emprego para os jovens no município, se comparamos os números dos ocupados nas empresas cadastradas (1.242) com o número de jovens do município dentro da faixa etária de 15 a 29 anos (6.263).

No município de Teofilândia existiu a exploração de ouro pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), mas, com a política neoliberal de privatização aqui no Brasil durante Governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, a mineradora passou a ser propriedade privada do grupo canadense YAMANNA GOLD e denominada Mineração Fazenda Brasileiro (MFB).

Na verdade, a descoberta do minério em Teofilândia pouco contribuiu para o desenvolvimento sócio-econômico e cultural do município. A empresa ofereceu poucas oportunidades de empregos locais, pois a maioria dos trabalhadores da mineradora era (e ainda é) de outros municípios e até de outros estados, restando aos teofilandenses um número restritíssimo de postos de trabalho insalubres no subsolo, operando máquinas pesadas e, normalmente, obtendo os salários mais baixos da empresa. A publicação da Revista ISTO É²⁶

²⁶ Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/29526_NO+PAIS+DO+VIL+METAL>. Acessado em: 04/08/2011.

(1999), mostrou alguns aspectos da relação entre o município e a mineradora, assim como os baixos royalties pagos frente o lucro obtido pela empresa na extração do ouro.

Apesar de sediar a segunda maior mina de ouro da Vale, Teofilândia recebeu de royalties da companhia, de janeiro a setembro, míseros R\$ 115 mil. A mina fatura por ano R\$ 90 milhões e lucra R\$ 22 milhões. Para abrigar seus funcionários, a Vale ergueu em meio ao sertão baiano uma vila para 383 pessoas com aparência de cidadela do Primeiro Mundo. Construiu também uma adutora de 40 quilômetros para abastecer a mina e sua vila. Para os habitantes de Teofilândia, liberou 18 bicas d'água. (ISTO É, 1999).

A CVRD trouxe degradação ambiental na área de exploração e problemas de saúde (doenças pulmonares) aos que moram próximos a ela, principalmente `s crianças. O padre espanhol Francisco Xavier Pedraza, que desenvolvia um trabalho baseado nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) na paróquia de Teofilândia na década de 1990, expressou sua leitura daquela realidade vivida no município:

Quando cheguei, há nove anos, me perguntava diariamente: de que adianta ter tanto ouro numa cidade miserável como qualquer outra do sertão nordestino? Hoje sei que não adianta nada. [...] É um acinte. Os tubos da adutora passam por roças onde crianças caminham três quilômetros para beber água. Ouro não pode valer mais do que ser humano. (ISTO É, 1999).

A insuficiência de políticas públicas a serviço do desenvolvimento sócio-econômico do município tem se configurado como desafio à permanência dos jovens no município. Essa realidade foi mostrada de uma década na fala de Olga Cerqueira (analfabeta), moradora do povoado Caatinga de Cheiro do município de Teofilândia/BA, entrevistada pela ISTO É, na ocasião da mesma reportagem em 1999, quando afirma que de seus dez filhos sete preferiram tentar a sorte em São Paulo e que os seis netos provavelmente repetirão a trajetória.

Devido à carência de dados e/ou estudos anteriores para auxiliarem a caracterização das comunidades, utilizarei as leituras sobre a realidade, feitas a partir da experiência de vida na comunidade de Alecrim, da proximidade com as pessoas que moram nesta e nas comunidades circunvizinhas, das vivências na escola onde sou professora (situada na comunidade de Socavão), dos trabalhos na comunidade religiosa, conversas, observação e reflexões. Deste modo, as informações sobre as comunidades aqui apresentadas são produtos da interseção pesquisadora e comunidade.

Em geral, a economia das populações residentes nas comunidades investigadas está ligada à agricultura familiar de subsistência (plantação de feijão, milho, mandioca) e à

pecuária (destacando-se a criação de pequenos rebanhos de caprinos, suínos e bovinos). É presente também a realidade de alguns pais que possuem profissões diversificadas, tais como pedreiro e carpinteiro, vendendo a força de trabalho diariamente sem vínculo empregatício, dentro ou fora da comunidade. Além disso, algumas famílias são assistidas por benefícios previdenciários, a exemplo da aposentadoria rural.

Nas quatro comunidades inexistente água encanada. Por isso, no período da seca, as pessoas sofrem por falta de água. Porém, todas as comunidades são beneficiadas pela energia elétrica. Vale destacar que o acesso a energia elétrica chegou a prazos diferentes; as comunidades de Massapê, Entrada e Pau D'arco foram beneficiadas pelo Programa Luz para Todos, há aproximadamente 05 anos, enquanto que a comunidade de Alecrim possui energia elétrica há, aproximadamente, 20 anos.

A comunidade de Alecrim apresenta algumas características favoráveis ao acesso a bens e serviços quando comparada às outras três. Ela fica localizada numa região limítrofe ao município de Barrocas/BA (aproximadamente 6 km) e há 8 km da sede do próprio município. Os moradores dessa comunidade utilizam frequentemente os serviços de saúde, educação, comércio etc. do município de Barrocas devido à proximidade maior em relação à Teofilândia, fator que facilita o deslocamento. Esta comunidade possui uma capela, que representa certa forma de organização da população através da atuação da Igreja Católica na região, possui uma escola de sala única²⁷ e dois campos de futebol que, embora estejam quase desativados para competições externas, os jovens ainda se encontram durante a semana para “baterem o baba”²⁸ às tardezinhos. Por esta comunidade também passa a estrada que liga o município de Barrocas ao município de Teofilândia, por isso o trânsito de automóveis torna-se intenso.

Massapê, Pau D'arco e Entrada são comunidades muito pequenas; juntas teriam, de acordo com os dados da Agente Comunitária de Saúde, 31 famílias, quase a mesma quantidade que possui Alecrim: 32 famílias. Essas comunidades ficam localizadas em um caminho, deixando a estrada principal que liga os municípios de Teofilândia e Barrocas. Das três, apenas Pau D'arco tem escola (Entrada tinha, mas foi desativada há dois anos), que

²⁷ Onde funciona uma classe de manhã e outra à tarde, não na modalidade multisseriada, mas de única série, já que existe um transporte escolar para deslocar as crianças de uma escola para outra para assim evitar a multissérie.

²⁸ “Bater um baba” é uma expressão utilizada para indicar o momento em que os homens (independente da faixa etária) se reúnem para jogar futebol de forma amadora, caracterizando-se, em geral, como atividade de lazer.

funciona com classes multisseriadas²⁹. Da mesma forma, apenas Pau D'arco possui capela. Dentre as que possuem campo de futebol estão Entrada e Pau D'arco.

Em nenhuma das quatro comunidades existe escola de Ensino Fundamental II (do 6º ao 9º ano). A escola que atende a demanda de estudantes na região pesquisada fica situada na comunidade de Socavão³⁰, vizinha a Alecrim. Esta escola funciona nos turnos matutino e vespertino, perfazendo um total de 342 matrículas (Dados da matrícula 2011). Na verdade este total refere-se à soma de matrículas realizadas com as escolas de outras três comunidades (Alecrim, Laranjeira e Morrinho), pois a escola da comunidade de Socavão é considerada como o centro de apoio pedagógico e administrativo, sistema organizativo denominado de “nucleação”. Além das três comunidades citadas, a escola também acolhe estudantes de Entrada, Caiçara, Caldeirão, Flores, Januária, Maria Preta, Massapê, Pau D'Arco (localizadas no Município de Teofilândia/BA), Baraúna do Rumo, Cedro, (localizadas no município de Barrocas/BA) e Canto (no município de Serrinha/BA).

De acordo com informações obtidas na secretaria da escola quanto à formação dos professores, do total de 20 professores 03 deles não têm curso superior e 02 estão cursando; dos 15 graduados 06 são especialistas e 03 estão cursando especialização (16 são concursados e 04 estão na situação de contratados). Boa parte dos professores fez a graduação no Campus XI da Universidade do Estado da Bahia/UNEB em Serrinha/BA, curso de Pedagogia e Geografia; a outra parte, na Faculdade de Tecnologia e Ciências – Educação à Distância (FTC ead) nas Unidades Pedagógicas (UP's) dos Municípios de Barrocas/BA e Teofilândia/BA.

A escola dispõe de um projeto denominado “Casa de Cultura” que foi elaborado pela coordenação pedagógica da escola e financiado pela YAMANNA GOLD (em cumprimento a lei de responsabilidade sócio-ambiental, empresa canadense que explora minérios, já identificada neste trabalho), prefeitura municipal e comunidades (com a mão de obra através de mutirões comunitários) que oferece aos estudantes e comunidades um laboratório de informática, com acesso a internet, uma sala de vídeo e uma sala de leitura com biblioteca.

Quanto ao lazer, o futebol aos domingos à tarde é uma das principais diversões nas comunidades, principalmente para os jovens do sexo masculino (as jovens também praticam

²⁹ “O fenômeno das *classes multisseriadas* ou *unidocentes*, caracterizadas pela junção de alunos de diferentes níveis de aprendizagem (normalmente agrupadas em ‘séries’) em uma mesma classe, tem sido uma realidade muito comum dos espaços rurais brasileiros, notadamente nas regiões Norte e Nordeste” (SANTOS; MOURA, 2010, p. 35, grifo dos autores).

³⁰ As informações sobre a Escola municipal Ana Oliveira, situada na comunidade de Socavão, município de Teofilândia/BA, foram obtidas através da diretoria da escola e do site <<http://www.dataescola.inep.gov.br>>

este esporte, porém com menor intensidade). Nos locais onde existem campos de futebol geralmente as pessoas se reúnem para apreciar as competições e a diversão se prolonga nos bares que geralmente ficam no entorno dos campos. Além do futebol aos domingos à tarde, existem as celebrações nas capelas das comunidades onde as pessoas também se encontram e movimentam as comunidades.

As quatro comunidades possuem um processo histórico de descaso em relação ao atendimento de serviços públicos, porém é notório que as comunidades de Entrada, Massapê e Pau D'arco sofrem um processo de exclusão um pouco maior das políticas sociais um pouco maior, a começar pelo trato do próprio caminho de acesso a essas comunidades, raramente beneficiado com a passagem de máquinas para a melhoria das condições de acesso. A contextualização da realidade em que vivem os jovens das quatro comunidades poderá apontar pistas para o entendimento das suas formas de socialização, particularmente quanto às trajetórias e perspectivas em relação ao trabalho e à escolarização.

2.2 Os instrumentos e o desenvolvimento do trabalho de campo

Utilizamos como instrumentos de coleta de dados a entrevista semiestruturada e a observação da realidade, esta última apoiada em anotações de campo. Através da entrevista semiestruturada foi possível ouvirmos os sujeitos a respeito das suas trajetórias de vida, concepções sobre o mundo e o futuro, enquanto que, com as anotações de campo, fizemos registros de informações sobre os sujeitos e reflexões sobre a realidade observada no campo empírico.

Os jovens foram selecionados a partir de um levantamento entre aqueles que estavam nas comunidades no período de dezembro 2010 a janeiro 2011, tiveram disponibilidade maior a participar da pesquisa e que estavam na faixa etária entre 15 e 29 anos. Assim, foi possível a participação dos que “estão morando” na comunidade e dos que “estão viajando”³¹. De posse desta informação, iniciamos a realização dos convites pessoalmente aos jovens das quatro comunidades e o agendamento das entrevistas.

As entrevistas foram realizadas entre meados de dezembro/2010 ao final de janeiro/2011. O agendamento das entrevistas com as jovens foi fácil, pois elas estão mais em casa quando não estão na escola (principalmente para as que estudam) nem no trabalho da roça, diferentemente da situação dos jovens que normalmente trabalham o dia todo longe de casa.

³¹“Está viajando”, no singular, e “estão viajando”, no plural, são termos frequentemente usados para informar a condição de migração temporária.

Por isso, o maior número de entrevistas foi realizado como os jovens nos finais de tarde durante a semana, considerando as ocupações durante o dia, e em alguns casos nos finais de semana para atendermos aos que trabalham em Salvador, por exemplo, e que retornam para casa a cada quinze dias.

É importante ressaltarmos que nas quatro comunidades pesquisadas existe um número restrito de jovens dentro da faixa etária definida para a investigação, particularmente Massapê, Entrada e Pau D'arco, fato justificado pelo alto índice de migração jovem para as cidades³². O baixo índice de jovens morando nas comunidades nos fez pensar na estratégia de realizarmos as entrevistas entre dezembro e janeiro, por ser um período de retorno temporário desses jovens às comunidades. Mas, no final do ano 2010 não houve incidência de jovens migrantes na região, mas ainda assim conseguimos falar com dois jovens que estavam na comunidade por ocasião das festas de final do ano.

Para se ter uma ideia da escassez da presença juvenil nessas comunidades, no Massapê existia apenas seis jovens dentro da faixa etária pesquisada (cinco participaram da entrevista), sendo que uma jovem iria viajar para Santa Catarina no início de fevereiro (e viajou mesmo) como o marido. Na comunidade de Entrada foi possível conversamos com todos os jovens que estavam dentro da faixa etária (quatro). Em Pau D'arco conseguimos conversar com três jovens que se encontravam na comunidade, sendo que dois deles estavam planejando viajar pra Santa Catarina também em fevereiro (e viajaram); além deles só existem morando na comunidade mais duas jovens (as quais se recusaram a fazer a entrevista). Já em Alecrim existe um número maior de jovens, considerando a realidade das outras comunidades quanto a este aspecto, pois além dos cinco que participaram da entrevista, ainda existem aproximadamente oito jovens morando na comunidade dentro da faixa etária definida para a pesquisa.

À elaboração do roteiro de entrevista, buscamos a redação das questões de forma que se distanciasse de modelos formais e diretos, objetivando possibilitar uma conversa descontraída, embora direcionada, entre entrevistador e entrevistando, não perdendo de vista o rigor da pesquisa científica. Por isso, durante as entrevistas evitamos uma leitura monótona das questões, buscando o diálogo em torno das questões suscitados no roteiro. Em muitos casos, foi desnecessário uma sequência ordenada das questões, pois dentro da conversa buscávamos do entrevistado as informações necessárias à investigação.

³²De acordo a relatos de quem presenciou, no início de janeiro de 2011 saiu da praça de Teofilândia um ônibus lotado de teofilandenses das diversas comunidades do município, não só homens como também mulheres, com destino a Santa Catarina. Normalmente, os homens vão para o trabalho na construção civil e as mulheres vão trabalhar como cozinheiras em restaurantes, garçonetes e/ou empregadas domésticas.

A forma como as perguntas foram lançadas variou muito de uma entrevista para outra, o que levou-nos a substituição das questões de entrevista por “tópicos da conversa”. Essa descoberta se deu no delongar das entrevistas, ao notar que, assim, os jovens se sentiam mais à vontade na conversa, mesmo com a presença do gravador. O privilégio à entrevista semiestruturada justifica-se “porque esta, ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação” (TRIVIÑOS, 2009, p. 146).

A importância da relação de confiança entrevistador-entrevistado³³ foi notável durante as conversas. Esse fator facilitou muito o contato, a disponibilidade e a confiança deles no trabalho, já que se tratava de falarem de si mesmos, das trajetórias e experiências de vida, que, muitas vezes, envolvem questões de identidade, intimidade etc. Além da timidez, a falta do estabelecimento da relação de confiança pode ter sido o motivo de recusa de duas jovens a participarem do trabalho, ambas da comunidade do Pau D’arco.

As entrevistas tiveram tempo estimado em 5 horas e 51 minutos de gravação. O menor tempo de entrevista registrado foi de 12 minutos e 08 segundos e o maior, 28 minutos e 17 segundos, média calculada em 19 minutos e 47 segundos por entrevistado (a). Consideramos que o tempo de realização das entrevistas foi satisfatório às informações pretendidas.

2.3 Caracterização dos sujeitos

A caracterização dos sujeitos julga-se necessária ao trabalho de pesquisa vez que aponta elementos úteis ao conhecimento do universo de relações em que os participantes estão inseridos, possibilitando o entendimento do sujeito dentro do contexto em que vive. Partimos, então, do pressuposto de que as falas dos jovens das comunidades do campo de Teofilândia trazem sentidos à compreensão de como são construídos os projetos de vida, para assim identificarmos como a escolarização e o trabalho aparecem nas trajetórias e perspectivas futuras do jovens.

O grupo participante da investigação foi composto por 17 jovens, de ambos os sexos, originários das comunidades de Alecrim, Entrada, Massapê e Pau D’arco, situadas no

³³ É importante destacar que com todos os jovens participantes da pesquisa tenho alguma relação de proximidade: vizinhança, ou através da função de professora, ou das atividades na Igreja ou outras redes de sociabilidade.

município de Teofilândia/BA. Esses jovens possuem aspectos particulares em suas trajetórias, mas estão situados em contextos de vida muito similares devido à proximidade entre as comunidades.

Para garantirmos a preservação da identidade dos entrevistados e facilitarmos a identificação de suas falas, criamos códigos alfanuméricos sequenciais da seguinte forma: J refere-se à Jovem; A, E, M e P referem-se à letra inicial das comunidades as quais pertencem (A: Alecrim; E: Entrada; M: Massapê e P: Pau D'arco); 1, 2, 3, 4 e 5 são marcadores quantitativos e sequenciais para a identificação dos jovens por comunidade. Essa codificação além de preservar o anonimato dos entrevistados constitui-se elemento de organização dos dados.

No quadro 1 são apresentados alguns aspectos do perfil dos jovens a respeito da comunidade onde moram, idade, sexo e nível de escolarização.

Quadro 1 - Caracterização dos jovens quanto à comunidade, idade, sexo e escolarização

Jovens	Comunidade	Idade (anos)	Sexo	Escolarização
JA1	Alecrim	19	M	Ens. Médio (completo)
JA2	Alecrim	21	F	1º ano do Ens. Médio
JA3	Alecrim	27	M	Ens. Médio (completo)
JA4	Alecrim	25	F	Ens. Superior (incompleto)
JA5	Alecrim	15	M	2º ano do Ens. Médio (em curso)
JE1	Entrada	22	F	2º ano do Ens. Médio
JE2	Entrada	24	F	1ª série
JE3	Entrada	29	M	1º ano do Ens. Médio
JE4	Entrada	22	F	2ª série
JM1	Massapê	21	M	5ª série
JM2	Massapê	26	F	5ª série
JM3	Massapê	24	M	7ª série
JM4	Massapê	17	F	8ª série
JM5	Massapê	19	M	5ª série
JP1	Pau D'arco	19	F	8ª série
JP2	Pau D'arco	17	M	4ª série
JP3	Pau D'arco	16	F	2º ano do Ens. Médio (em curso)

Fonte: QUEIROZ, 2011.

A partir desses dados, vemos que participaram da pesquisa 05 jovens da comunidade de Alecrim, 04 de Entrada, 05 de Massapê e 03 de Pau D'arco, sendo que nove são do sexo feminino e oito do sexo masculino, correspondendo à faixa etária de 15 a 29 anos. Estes jovens possuem níveis de escolarização diversos, sendo que entre eles o grau mais baixo é a 1ª série do Ensino Fundamental e o mais alto é o 6º semestre do curso superior (Licenciatura em História).

A caracterização dos jovens quanto à escolarização pode ser feita da seguinte forma: na comunidade de Alecrim, dos cinco jovens participantes da pesquisa 02 concluíram o Ensino Médio e 01 desistiu no 1º ano, 01 está cursando o 2º ano e 01 possui formação incompleta em nível superior – 6º semestre da licenciatura em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XXIV, Conceição do Coité/ BA. Na comunidade de Entrada, 01 estudou apenas a 1ª série e 01 a 2ª, 01 jovem concluiu as primeiras séries do ensino fundamental e 02 interromperam os estudos durante o Ensino Médio (01 no 1º ano e outro no 2º ano); na comunidade de Massapê, 01 jovem concluiu a 8ª série, 01 concluiu a 7ª série e 03 concluíram a 5ª série; E na comunidade de Pau D'arco, 01 participante interrompeu os estudos na 4ª série, 01 concluiu a 8ª série e 01 estuda atualmente o 2º ano do Ensino Médio.

Deste modo, a escolarização dos jovens por comunidade pode ser sinteticamente visualizada no quadro 2.

Quadro 2 - Síntese da escolarização dos jovens por comunidade

Escolarização	Alecrim	Entrada	Massapê	Pau D'arco	Total
Ensino Fundamental I (completo)				01	01
Ensino Fundamental I (incompleto)		02			02
Ensino Fundamental I (em curso)					0
Ensino Fundamental II (completo)			01	01	02
Ensino Fundamental II (incompleto)			04		04
Ensino Fundamental II (em curso)					0
Ensino Médio (completo)	02				02
Ensino Médio (incompleto)	01	02			03
Ensino Médio (em curso)	01			01	02
Ensino Superior (incompleto)	01				01

Fonte: QUEIROZ, 2011.

Os dados mostram que, num geral, os jovens de Alecrim, participantes da pesquisa, possuem o nível mais alto de escolarização em relação às outras comunidades. Nesta comunidade, todos os jovens estão no nível do Ensino Médio, sendo que 03 deles já concluíram, 01 desistiu no 1º ano e 01 está cursando o 2º ano. Entre os que concluíram, um adentrou ao Ensino Superior apesar de não concluí-lo.

Na comunidade de Entrada, dos 04 jovens todos interromperam os estudos, sendo que 02 o fizeram no Ensino Fundamental I e 02 no Ensino Médio. Na comunidade de Pau D'arco os resultados são semelhantes, visto que dos 03 jovens 01 concluiu o Ensino Fundamental I, 01 concluiu o Ensino Fundamental II e 01 está cursando o Ensino Médio. Nestas comunidades notamos que há uma distribuição dos jovens nas três modalidades da Educação Básica, porém, é na comunidade Pau D'arco que localizamos o 2º jovem que prossegue os estudos, além de 1º que é de Alecrim.

Massapé apresenta os jovens com a escolarização mais baixa, considerando como parâmetro para tal conclusão os níveis/séries mais altos atingidos pelos jovens, visto que 05 interromperam os estudos no Ensino Fundamental II e apenas 01 concluiu a 8ª série.

Dos participantes da pesquisa, 03 interromperam seus estudos no curso das séries iniciais do Ensino Fundamental: 01 na 1ª, 01 na 2ª, e outro na 3ª série. Já no Ensino Fundamental II, o número dos que abandonaram foi de 04 jovens, sendo que 03 concluíram a 5ª série, 01 concluiu a 7ª série (foi reprovado na 8ª) e 02 concluíram a 8ª série. No Ensino Médio, 02 obtiveram a conclusão, 02 abandonaram no 1º ano, 01 abandonou no 2º ano e 02 continuam estudando (ambos estão cursando o 2º ano). No Ensino Superior, 01 cursou até o 6º semestre do curso de História, porém interrompeu os estudos. Assim, podemos concluir que dos 17 jovens apenas 02 continuam estudando e estes estão vinculados ao Ensino Médio.

A escolarização dos jovens e o estado civil podem ser sinteticamente observado: dos 17 participantes da pesquisa 12 jovens são solteiros e 05 casados. No Ensino Fundamental I, 02 são solteiros e 01 é casada. Os solteiros abandonaram a escola na 2ª e 4ª séries, respectivamente, enquanto que a casada abandonou a escola na 2ª série.

No Ensino Fundamental II, 04 são solteiros e 02, casados. Os solteiros possuem experiências de vida ligadas a relacionamentos que, em todos os casos, influenciaram na interrupção dos estudos: uma é mãe solteira (seu filho tem 06 anos), outra concluiu a 8ª série em 2010 e interrompeu os estudos pelo fato de que irá morar em Santa Catarina com o namorado, outro mantém um namoro de cinco anos e deixou a escola visto precisava trabalhar, outro já tem um filho, gerado enquanto tinha 15 anos, motivo pelo qual, na época,

abandonou a escola para sustentar o filho. Dos casados, uma concluiu a 8ª série no ano de 2010, já casada, mas não tem filhos e outro já casado e com 02 filhos estudou a 7ª e a 8ª séries, mas foi reprovado no último ano. Nos dois casos, os jovens casados obtinham auxílios dos pais em prol da conciliação do casamento e escolarização (cuidado dos filhos, atividades de casa, ajuda financeira...).

Dos 08 jovens localizados no Ensino Médio, 05 são solteiros e 02, casados. Dos 03 que concluíram o Ensino Médio todos são solteiros; os 03 que estão cursando também são solteiros e os outros 02 que interromperam, um cursava o 1º ano e outro o 2º ano, o fizeram em decorrência de gravidezes não planejadas. A única participante da pesquisa que ingressou no Ensino Superior é solteira.

De acordo aos dados, os solteiros demonstram ir mais longe quanto à escolarização, como já apontaram pesquisas sobre a juventude. Porém, um dado que surge nas trajetórias pessoais dos jovens é que as experiências dos casados numa lógica mais planejada podem levar a continuação dos estudos. Notamos que os casados com filhos têm mais dificuldade em dar continuidade aos estudos, por isso, filhos, seja quando se é casado ou não, aparecem como um elemento que pode potencializar a interrupção da escolarização.

O quadro seguinte foi elaborado com o objetivo de traçarmos um perfil dos jovens quanto ao sexo e a escolarização.

Quadro 3 - Escolarização dos jovens segundo o sexo

Níveis de escolarização	Feminino	Masculino	Total
Ensino Fundamental I (completo)		01	01
Ensino Fundamental I (incompleto)	02		02
Ensino Fundamental I (em curso)			0
Ensino Fundamental II (completo)	02		02
Ensino Fundamental II (incompleto)	01	03	04
Ensino Fundamental II (em curso)			0
Ensino Médio (completo)		02	02
Ensino Médio (incompleto)	01	01	02
Ensino Médio (em curso)	02	01	03
Ensino Superior (incompleto)	01		01
Total	09	08	17

Fonte: QUEIROZ, 2011.

A partir dos dados do quadro, observamos que no Ensino Fundamental I, dos 03 jovens localizados, 02 são do sexo feminino e 01 do sexo masculino. No Ensino Fundamental II, dos 06 jovens 03 são do sexo feminino (sendo que duas concluíram toda etapa) e 03 do sexo masculino. Dos 08 jovens correspondentes ao Ensino Médio, 04 são do sexo masculino e 04 do sexo feminino. Dos 02 que continuam estudando, 01 é do sexo masculino e 01 do sexo feminino. O único jovem que adentrou ao Ensino Superior é do sexo feminino. No quadro seguinte, apresentamos dados relativos à escolarização dos jovens e de seus pais e mães:

Quadro 4 - Escolarização dos jovens e de seus pais e mães

Jovens	Escolarização dos jovens	Escolarização do pai	Escolarização da mãe	Anos a mais de estudos³⁴
JA1	Ensino Médio (concluído)	analfabeto	analfabeta	12
JA2	1º Ensino Médio	analfabeto	analfabeta	10
JA3	Ensino Médio (concluído)	ler um pouco	analfabeta	12
JA4	Superior incompleto (7º sem.)	2ª série	4ª série	11
JA5	2º Ensino Médio (em curso)	4ª série	2ª série	7
JE1	2º ano do Ensino Médio	4ª série	2ª série	8
JE2	1ª série	analfabeto	analfabeta	2
JE3	1º do Ensino Médio	analfabeto	analfabeta	10
JE4	5ª série	4ª série	2ª série	2
JE5	2ª série	analfabeto	analfabeta	4
JM1	5ª série	4ª série	2ª série	2
JM2	5ª série	assinava o nome	analfabeta	7
JM3	7ª série	analfabeto	analfabeta	8
JM4	8ª série	analfabeto	analfabeta	10
JP1	8ª série	assina o nome	assina o nome	10
JP2	4ª série	assina o nome	assina o nome	6
JP3	2º Ensino Médio (em curso)	5ª série	analfabeta	5

Fonte: QUEIROZ, 2011.

Podemos notar um aumento significativo do nível de escolarização dos filhos em relação aos pais, decorrente, possivelmente, de algumas melhorias nas condições de acesso a

³⁴ O cálculo aproximado dos anos a mais da escolarização dos filhos em relação aos pais foi feito a partir da média dos anos de escolarização dos pais e das mães, considerando o tempo necessário para os estudos na Educação Infantil (pré-escolar: 1 ano), Ensino Fundamental (do 1º ao 9º ano: 8 anos) e Ensino Médio (1º ao 3º ano: 3 anos).

escola nas últimas décadas. Em todos os casos, os filhos estão num nível de escolarização superior aos seus pais, alguns mais e outros menos. Verificamos um número significativo de pais analfabetos, e em menor proporção, os que apenas assinam o nome. Os que frequentaram a escola não ultrapassaram o Ensino Fundamental I, com exceção do pai de JP3 que estudou a 5ª série. O nível de escolarização das mães é mais baixo do que os pais: 10 mães são analfabetas e 07 pais, analfabetos. Além disso, o nível mais elevado de escolarização dos pais é a 5ª série e das mães a 4ª série do Ensino Fundamental. Apenas uma mãe concluiu a 4ª série enquanto que 04 pais o fizeram.

O menor tempo de escolarização a mais entre os pais e os filhos é de 02 anos, fato constatado na comunidade de Entrada, e o maior tempo é de 12 anos, na comunidade de Alecrim. Os jovens da comunidade de Alecrim possuem uma média de 10,4 anos de estudos a mais que seus pais, os da Entrada 4,8, Massapê 6,2 e Pau D'arco 6,3. Os jovens de Alecrim possuem mais anos de escolarização em relação aos seus pais, enquanto que Massapê é a comunidade que possui menos anos de escolarização em relação aos seus pais. O quadro 06 mostra a ocupação dos(as) jovens pesquisados(as) e de seus pais e mães.

Quadro 5 - Ocupação dos jovens e de seus pais e mães

Jovens	Ocupações	Pai	Mãe
JA1	Pedreiro	Agricultor e diarista (roça)	Dona de casa
JA2	Estuda e ajuda em casa	Agricultor (falecido)	Dona de casa e pensionista
JA3	Pedreiro	Agricultor e diarista (roça)	Dona de casa (aposentada por invalidez)
JA4	Professora e comerciante	Agricultor (aposentado rural)	Agricultora e dona de casa (aposentada por invalidez)
JA5	Estuda, ajuda em casa e na roça	Agricultor e ajudante de pedreiro	Dona de casa e diarista (doméstica)
JE1	Dona de casa	Agricultor, trabalha no motor de sisal ³⁵ e diarista	Agricultora e dona de casa

³⁵ É uma máquina utilizada para o desfibramento da folha do agave, levando à produção da fibra têxtil denominada sisal. É preciso muita atenção na operação da máquina visto que tem sido muito recorrente a mutilação do operador no processo de desfibramento. Nos dias atuais, a exploração do sisal concentra-se no Nordeste, geralmente, em áreas onde as condições de clima e solo são poucos favoráveis ou de escassas alternativas para a exploração de outras culturas que ofereçam resultados econômicos satisfatórios. Disponível em: <<http://www.moc.org.br/noticias>>. Acesso em: 12/09/2011.

Jovens	Ocupações	Pai	Mãe
JE2	Ajuda em casa	Agricultor e trabalha no motor (aposentado rural)	Agricultora e dona de casa
JE3	Ajudante de pedreiro	Agricultor e trabalha no motor de sisal próprio (aposentado rural)	Agricultora e dona de casa
JE4	Desempregado	Agricultor, trabalha no motor de sisal e diarista	Agricultora e dona de casa
JE5	Ajuda em casa e na roça	Agricultor e trabalha no motor próprio (aposentado rural)	Agricultora e dona de casa
JM1	Ajudante de pedreiro	Agricultor e trabalha no motor de sisal (diarista)	Agricultora e dona de casa
JM2	Ajuda nos afazeres de casa	Eletricista (falecido)	Dona de casa (pensionista e aposentada rural)
JM3	Auxiliar de produção	Agricultor (aposentado rural)	Agricultora e dona de casa (aposentada rural)
JM4	Ajuda em casa	Agricultor e ajudante de pedreiro	Dona de casa
JP1	Ajuda em casa e na roça	Pedreiro e agricultor	Dona de casa, agricultora e tece trança
JP2	Diarista (roça)	Agricultor e diarista	Agricultora e dona de casa
JP3	Estudante e ajuda em casa	Açougueiro e agricultor	Dona de casa

Fonte: QUEIROZ, 2011.

Em geral, as ocupações dos pais estão ligadas ao trabalho na agricultura, porém é possível observarmos que todos possuem outras fontes de geração de renda para a subsistência familiar. Além de trabalharem na terra, 02 deles trabalham na produção da fibra de sisal, 01 trabalha como pedreiro, 02 ajudantes de pedreiro, 01 açougueiro e 02 como diaristas nos serviços da roça. As mães ocupam-se primeiramente com o cuidado da casa e secundariamente com as atividades ligadas à agricultura. Além dessas atividades, duas delas destacam-se por outras ocupações diferenciadas: uma delas trabalha como diarista no trabalho doméstico dentro e fora da comunidade onde vive e outra tece trança com a palha de pindoba a partir da qual faz sacolas, esteiras e chapéus para vender.

É notório que além das ocupações que possibilitam alguma renda às famílias, existe um número significativo de famílias que são assistidas por benefícios previdenciários, tais como a aposentadoria rural (05), invalidez (02) e pensão por morte (02).

Diferentemente dos pais, em linhas gerais, os jovens encontram-se em ocupações desvinculadas da agricultura, visto que dos 08, 02 são pedreiros, 02 ajudantes de pedreiro, 01 estudante, 01 auxiliar de produção (trabalha num frigorífico de carne bovina em Serrinha/BA,

aproximadamente 20 km da comunidade), 01 desempregado (trabalhava num frigorífico de frango em Feira de Santana/BA, aproximadamente 60 km) e apenas 01 trabalhava ajudando na produção da agricultura familiar e diarista³⁶.

As jovens participantes da pesquisa demonstram uma tendência à reprodução das formas de ocupação das suas mães no âmbito da unidade familiar, ou seja, tarefas domésticas e atividades ligadas à agricultura, o que revela uma tendência a permanência no local de origem. Enquanto isso, os jovens tendem a não reprodução das ocupações dos pais no que diz respeito às atividades relacionadas à agricultura, visto que, na maioria dos casos, estão inseridos em ocupações fora da comunidade, em ambientes urbanizados.

Portanto, as informações apresentadas neste capítulo acerca da caracterização do campo empírico e dos jovens participantes da investigação são consideradas de extrema relevância para o conhecimento do contexto em que vivem os sujeitos, tendo-as como ponto de partida para a análise das categorias escolarização, trabalho e projetos de futuro, discutidas nos capítulos subsequentes.

³⁶ Neste caso, denomina-se o trabalhador que vende o dia de trabalho em atividades da roça fora da sua propriedade.

“Eu acho assim, que eu não consegui mesmo, primeiramente por que saí pra trabalho; trabalhava durante o dia e de noite era pra estudar. Quando chegava a noite dava aquele cansaço e eu não ia pra escola; perdia mais do que o que ia. Perdia muita escola. Aí perdia uns dias e depois acabava saindo do colégio e não ia mais. Em Salvador mesmo, eu perdi muito tempo mesmo; trabalhei dois anos e lá mesmo mãe não deixava eu ir pro colégio estudar e aí pronto, perdi os anos quase tudo quando trabalhei em Salvador. [...] Aí depois que eu parei pronto, não voltei mais também” (JE2).

CAPÍTULO 3

JUVENTUDES DO CAMPO: PROCESSOS E PROJETOS DE ESCOLARIZAÇÃO

Neste capítulo, buscamos identificar as dificuldades e desafios nas trajetórias e elaboração dos projetos de vida dos jovens das comunidades de Alecrim, Entrada, Massapê e Pau D'arco, localizadas no município de Teofilândia/BA. Porém, focamos a análise em torno de como se constituem os processos e projetos de escolarização destes sujeitos a partir dos dados coletados mediante a realização das entrevistas.

Os sujeitos da pesquisa enfrentam em suas trajetórias de vida muitas dificuldades para terem acesso à escola, e, quando isso ocorre, na maioria das vezes, eles não têm garantia de permanência, devido, principalmente, à necessidade de trabalhar. Segundo Freitas (1995, p.103), a escola “[...] não foi feita para o aluno/trabalhador. Essa perspectiva só pode existir na escola a partir do momento em que há resistência. Os filhos dos trabalhadores, quando conseguem ir à escola, são eliminados dela progressivamente”.

A desistência escolar faz parte da vida da maioria dos investigados em diversas etapas de escolarização, das séries iniciais do Ensino Fundamental ao Ensino Superior. Dos 17 jovens pesquisados, 15 (88,3%) no momento das entrevistas ou já haviam desistido de dos estudos ou planejavam desistir em 2011.

Como aponta Frigotto (2004, p.194), “O tema do trabalho precoce e da educação dos jovens é fecundo para elucidar a contradição inerente ao sistema capitalista, entre a igualdade formal e a necessidade real entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores que vendem sua força de trabalho”. Entre os jovens participantes da pesquisa, a contradição “igualdade formal e necessidade real” é explícita em suas trajetórias de vida materializadas nas tensões vividas nos processos de escolarização, na busca pela inserção produtiva, nos projetos de vida atuais e futuros, condicionados a amplitude dos obstáculos que devem enfrentar e superar.

Porém, o abandono escolar aparece nas falas dos jovens com o sentido de temporalidade, momentaneidade, já que a maioria deles demonstra interesse de retorno à escola, apesar de frequentemente as condições objetivas de suas vidas apresentarem-se desfavoráveis a retomada da escolarização. Nas falas dos jovens, a necessidade de trabalhar é apontada como fator responsável pela desistência escolar (indicada por 11 jovens - 64,7% - sendo que 08 são do sexo masculino), frente à dificuldade de conciliar estudo e trabalho.

Além disso, a gravidez (03 casos, 17,6%), a dificuldade na aprendizagem/reprovação (02 casos, 11,7%) e a falta de identificação com a área de formação (única jovem que adentrou ao ensino superior, 5,8%) foram apontadas, também, como motivadores ao abandono escolar.

A partir da análise de aspectos da vida dos jovens participantes da investigação notamos que, muitas vezes, a realidade em que vivem está inscrita em contextos mais amplos que caracterizam os jovens brasileiros (não só os jovens do campo como também os jovens urbanos, negros, índios etc), a exemplo dos desafios enfrentados nos processos de escolarização.

3.1 Lugar da escola na vida dos jovens: das experiências vividas

Como já observado, a maioria dos jovens participantes da investigação aponta a centralidade do trabalho em suas trajetórias e perspectivas de vida, situação particularmente responsável pelo alto índice de afastamento dos jovens da escola ou de quaisquer outros processos educativos que envolvam a produção de conhecimento e/ou profissionalização, tais como cursos técnicos e ou superiores.

Como mostram os dados da realidade, o abandono escolar atinge 66% dos 51 milhões de jovens brasileiros de 15 a 29 anos. Dentro da estatística dos que continuam estudando apenas 13% estão inseridos no Ensino Superior e dos que têm 17 e 18 anos apenas 48% estão no Ensino Médio. “A principal causa alegada para não estar estudando, entre os homens é ter que trabalhar para ajudar a família e, a gravidez, entre as mulheres” (TAFFAREL, 2009, p.10-11)³⁷. Deste modo, os motivos para a interrupção do processo de escolarização entre os jovens pesquisados apresentam sintonia com os dados sobre as condições de escolarização da juventude brasileira.

Frigotto (2004, p.195), ao analisar a história da origem da escola enquanto instituição central do projeto societário da burguesia nascente, diz que, “essa escola era concebida por excelência, como uma instituição social e cultural, de produção do conhecimento e de valores e como espaço para o desenvolvimento lúdico, estético e artístico para as crianças e os jovens”. Mas, como ele mesmo afirma, inúmeros estudos mostram que a “escola para a classe trabalhadora sempre foi outra - uma escola para a disciplina do trabalho precoce e precário”.

³⁷ De acordo com a autora, as informações foram selecionadas a partir de estudo do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, do Ministério do Planejamento) divulgadas em artigo do seu Diretor-presidente economista Marcio Pochmann no Jornal Valor Econômico de 15 de maio de 2008.

No caso dos sujeitos masculinos da pesquisa, o trabalho aparece como causa principal do abandono escolar e está sempre relacionado a processos migratórios pendulares, visto que nas comunidades em que vivem são raras as oportunidades de trabalho. Assim, no universo dos 07 jovens desistentes todos o fizeram pela prioridade ao trabalho, como mostra o quadro abaixo.

Quadro 6 - Motivos da desistência escolar apontados pelos jovens

Jovens	Idade (anos)	Escolarização	Motivos da evasão escolar
JA1	19	Ensino Médio (Concluído)	Trabalho, ligado a processos migratórios pendulares
JA3	27	Ensino Médio (concluído)	Trabalho, ligado a processos migratórios pendulares
JE3	29	1º ano do Ensino Médio	Trabalho, ligado a processos migratórios pendulares
JM5	19	5ª série	Trabalho, ligado a processos migratórios pendulares e paternidade
JM1	21	5ª série	Trabalho, ligado a processos migratórios pendulares
JM3	24	7ª série	Trabalho e reprovação
JP2	17	4ª série	Trabalho, ligado a processos migratórios pendulares

Fonte: QUEIROZ, 2011.

De acordo com os dados expostos no quadro, dos 07 jovens do sexo masculino participantes da pesquisa todos estão (ou estarão, no caso de JP2, a partir de 2011) afastados da escola por motivo do trabalho, sendo que todas as desistências estão relacionadas a processos de migração pendular, grosso modo, movimento de idas e vindas do campo para a cidade em função do trabalho. Vale ressaltar que dentre os jovens apenas 01 continua estudando (JA5, não listado do quadro).

A busca de oportunidade de trabalho nas áreas urbanas é uma realidade que vem sendo reproduzida historicamente no campo nordestino. Em geral, os jovens, do sexo masculino, esperam apenas a maioridade, às vezes nem isso, e deixam tudo para trás, inclusive a escola, independentemente de terem ou não concluído algum ciclo de escolarização. Esta realidade foi observada na fala de JP2, que completou 18 anos em fevereiro de 2011, mês em que também migraria para Santa Catarina: “Tou só esperando completar 18 anos pra eu cair fora. Aqui não é ruim não, mas tem hora que o cara pensa que

trabalhar de vez em quando é ruim. Trabalhando em firma é melhor, o cara tem os seus dias de trabalho, tem os seus direitos... aqui na roça não; é um dia ou outro.”

No caso das jovens, os motivos para a desistência escolar possuem algumas características específicas, conforme quadro abaixo.

Quadro 7 - Motivos da desistência escolar apontados pelas jovens

Jovens	Idade (anos)	Escolarização	Motivos da evasão escolar
JA2	21	1º ano do Ensino Médio (em curso)	Desempenho escolar: Reprovação
JA4	25	Nível superior incompleto	Falta de afinidade com o curso, profissão docente
JE1	22	2º ano do Ensino Médio	Gravidez
JE2	24	1ª série	Inicialmente, trabalho. Atualmente, gravidez.
JE4	22	2ª série	Desempenho escolar: Dificuldade na aprendizagem
JM2	26	5ª série	Desempenho escolar: Dificuldade na aprendizagem
JM4	17	8ª série	Viagem com o namorado para Santa Catarina em função do trabalho

Fonte: QUEIROZ, 2011.

Com base nas informações do quadro, verificamos que das 08 jovens inseridas em situações de desistência escolar, 03 estão relacionadas ao desempenho escolar: reprovação (JA2), dificuldade com a Matemática (JM2) e reprovação/dificuldade para aprender (JE5); 02 por motivo de gravidez; 02 pela situação da migração à Santa Catarina com os maridos; e 01(JA4), por falta de afinidade com a área docente, o que gerou desmotivação com o curso de licenciatura em História.

Deste modo, os motivos que levam os jovens de ambos os sexos à desistência escolar, na maioria dos casos, estão relacionados às condições concretas da realidade em que vivem, onde a necessidade de trabalhar destaca-se como fator determinante, pelo menos entre os jovens do sexo masculino, realidade que emerge com muita clareza. Deste modo, o lugar da escola na vida destes jovens passa a ser secundarizado frente à priorização da sobrevivência.

Entre as jovens, a secundarização do lugar da escola aparece associada à migração, mas surgem outros fatores tais como o fracasso escolar, a tomada de responsabilidades da

“vida adulta” (gravidez e matrimônio), e em um único caso, a indefinição profissional, como motivos para a desistência escolar. Observamos, também, que a maioria das jovens está condicionada a uma situação de dependência financeira em relação aos pais ou aos maridos. A única jovem independente financeiramente é JA4, sendo também do grupo a que possui o maior nível de escolarização. Este dado sugere uma possível relação entre dependência financeira e o baixo nível de escolarização.

Para os desistentes, a escola aparece como expectativa positiva em relação aos planos de vida, porém num tempo futuro distante da realidade em que vivem, pois concretamente a sua inserção social oferece poucas condições para planejarem o futuro sob bases mais concretas. Deste modo, a desistência escolar passa a representar uma saída temporária, uma interrupção por tempo indeterminado, vez que manifestam o interesse de retornar à escola, mesmo que em alguns momentos demonstrem que esta não será tarefa fácil. Porém, na verdade, os dados da realidade mostram que os evadidos dificilmente retornarão à escola.

Mesmo os que possuem os níveis mais elevados de escolarização (Ensino Médio), na prática trabalham em profissões que teoricamente não dependeriam da escolarização (pedreiro, por exemplo). A função da escola nas falas dos jovens aparece frequentemente associada à conquista do trabalho, mas na prática suas ocupações não estão diretamente relacionadas ao nível de escolarização: os que têm o nível de escolarização mais baixo pretendem trabalhar na mesma profissão daqueles que concluíram o Ensino Médio (na maioria dos casos, para os rapazes a profissão “pretendida” é pedreiro e para as moças, emprego doméstico).

As tensões vividas diante da busca por respostas imediatas às necessidades da sobrevivência, muitas vezes pela satisfação do mundo das necessidades construídas pela sociedade do consumo, como modelo ideal de vida e ascensão social, aparecem como fatores que levam à “opção” pelo trabalho em detrimento da escola. De acordo com a fala de JM1, a desistência escolar surgiu da necessidade de trabalhar:

Fui trabalhar para ver se achava algumas coisinhas, num tava achando... que através do estudo eu dependia de um lado estudo de outro e num dava pra puxar do jeito que eu queria. Aí eu falei: "Vou deixar os estudos pra ver se eu acho... o meu jeito". E fui saindo, fui ajeitando umas coisinhas até que fui ajeitando algumas coisas aí e agora tou ajeitando umas besteirinhas aí, mas não é muito não, mas dá pra levar a vida desse jeito. Se eu tivesse estudando não ia ter o que eu queria, né? Mas, o estudo por um lado é bom, mas o trabalho no outro lado é bem melhor. Aí eu precisei mais do lado do trabalho porque você trabalhando você tem suas coisas. Você não vai estudar e trabalhar tudo no mesmo tempo! Você tem que, às vezes, deixar o estudo pra

poder trabalhar, aí você juntar os dois você não tem como. Você ganhar o estudo e não ganhar o trabalho. Você tem que deixar um e seguir o outro (JM1).

"Deixar os estudos pra ver se eu acho... o meu jeito" revela uma situação de exclusão social. Enquanto estudava, talvez por falta de tempo para trabalhar integralmente, JM1 sentia-se deslocado socialmente, excluído. "Ajeitar umas coisas" refere-se, por exemplo, a compra de roupas, boné, bicicleta, adereços etc, "besteirinhas" que não possuía enquanto estudava e que o fazem sentir-se numa condição social melhor, diferentemente da época em que estudava e que por isso não tinha condições de trabalhar e ter o seu próprio dinheiro.

Já no caso de JM5, andar arrumado, ter dinheiro e independência em relação aos pais (além de sustentar a filha que nasceu quando ele tinha 16 anos) foram situações que o levaram a migrar para trabalhar, abandonando a escola ainda na 5ª série do Ensino Fundamental. A desistência escolar justificada pela migração, também aparece relacionada ao fato de que as atividades remuneradas no campo além de esporádicas são pouco valorizadas em termos de remuneração e não garantem uma renda fixa.

Eu sei lá... Eu tava achando que o negócio não tava fácil aqui, só estudar estudar e não achar o trabalho... O trabalho daqui é um trabalho besteirinha; eu trabalhava o quê... um dia, dois dias na semana, o resto era só pra gente mesmo, pra meu pai. Aí eu dei uma analisada na minha vida e pensei: "Eu sei que tou fazendo uma coisa errada pra mim mais tarde, que vai me prejudicar mais tarde, mas não tem jeito, vou ter que encarar o mundão e depois que o cara faturar uma graninha, que tiver mais um pouco lá reforçado, o cara dá uma paradinha no trabalho e volta pra estudar o resto pra depois acabar (JE3).

Eu precisava de trabalhar, queria ter minhas coisinhas, sempre andar mais bonito, tá com um dinheirinho, num queria tá dependendo de pai e de mãe, aí para acabar de completar eu fui inventar de ter uma filha... Agora o peso rendeu. Eu queria continuar, mas só que com essa carga aí também, é pra duas famílias, eu e ela, aí eu falei: "Vou ter que sair", pra procurar trabalho, porque aqui no interior, já sabe, só trabalha na roça e o dinheiro que a gente ganha aqui na roça é pouquinho. Aí eu peguei e falei: "Vou ter que viajar". Viajei, trabalhei, tou trabalhando, Graças a Deus, e agora retornei pra casa (JE5).

O cansaço após o fim da jornada de trabalho é apontado também como fator de interferência para a continuação dos estudos, o que torna difícil os estudos no turno noturno.

Aí se, no caso, só trabalhasse de manhã e folgasse a tarde era bom, mas o trabalho da gente é o dia todo, aí se cansa muito. Eu mesmo pensei em

desistir umas três vezes (*risos*) por causa do cansaço que quando chegava na sala de aula pra estudar começava a cochilar, eu digo "vou desistir". Quando eu comecei a estudar na rua, eu comecei pela manhã, mas aí eu desisti, acho que fiquei um ano, comecei pela noite até que conseguir conclui, mas é puxado demais (JA3).

A fala de JA3 mostra o sacrifício enfrentado pelos jovens do contexto estudado para manterem-se por um tempo maior na escola. Após uma jornada diária de trabalho duro, às vezes nas atividades da roça, outras, como ajudante de pedreiro (ocupações normalmente acessíveis aos jovens da realidade investigada), JA3 se submeteu ao deslocamento³⁸ de 6 km à cidade do município de Barrocas/BA durante 05 anos: os dois primeiros na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (5ª e 6ª, 7ª e 8ª séries) e outros três para cursar o Ensino Médio (na modalidade regular).

Portanto, as trajetórias de boa parte dos jovens investigados são reveladoras da situação que atinge não só os jovens do campo do universo pesquisado, mas de grande parte dos jovens trabalhadores brasileiros que precisam trabalhar para manterem a sobrevivência, e que, diante desta realidade, muitos acabam desistindo da escola, visto que poucos conseguem resistir até um nível mais elevado de escolarização. Como mostra Frigotto (2004, p. 193), “[...] a inserção precoce no emprego formal ou ‘trabalho informal’, a natureza e as condições de trabalho e a remuneração ou o acesso ou não à escola, a qualidade dessa escola e o tempo de escolaridade estão ligados à origem social dos jovens”.

As trajetórias dos jovens são também marcadas pelo aligeiramento do processo de escolarização. Do universo dos 17 jovens, 05 (29,4%) possuem em suas trajetórias a inserção em programas de aceleração da escolarização, tais como Todos pela Alfabetização (TOPA)³⁹, Projovem⁴⁰ e aceleração do Ensino Fundamental (tanto nas primeiras séries quanto nas finais). Os jovens que participaram desses programas estão distribuídos em três comunidades: Alecrim, Entrada e Massapê e estão na faixa etária entre 21 e 29 anos. Dentre eles, três são do sexo feminino e dois do masculino (dois fizeram aceleração nas primeiras séries do Ensino Fundamental nas escolas das comunidades onde vivem e três o fizeram nas séries finais na sede do município de Barrocas), como mostra o quadro abaixo:

³⁸ Através de transporte escolar que passa na comunidade onde mora, Alecrim.

³⁹ O TOPA – Programa Todos pela Alfabetização, criado pelo Governo da Bahia em 2007, atende jovens (acima de 15 anos), adultos e idosos não-alfabetizados. Para maiores informações consultar o site oficial: www.todospelaeducacao.org.br

⁴⁰ Existe o Projovem Campo para os jovens do campo e Projovem Urbano para os jovens urbanos. O programa “destina-se a promover a inclusão social dos jovens brasileiros de 18 a 29 anos que, apesar de alfabetizados, não concluíram o ensino fundamental, buscando sua re-inserção na escola e no mundo do trabalho”. Para maiores informações consultar o site oficial: www.projovem.gov.br.

Quadro 8 – Os jovens e os programas de aceleração da escolarização

Jovens	Comunidade	Idade (anos)	Sexo	Escolarização	Programa
JA2	Alecrim	21	F	1º ano do Ensino Médio	Aceleração (5ª e 6ª séries)
JA3	Alecrim	27	M	Ensino Médio (concluído)	Aceleração (5ª e 6ª, 7ª e 8ª séries)
JE3	Entrada	29	M	1º do Ensino Médio	Regularização do Fluxo Escolar (5ª e 6ª séries)
JE5	Entrada	22	F	2ª série	Aceleração (1ª e 2ª séries) e TOPA
JM2	Massapê	26	F	5ª série	Aceleração (3ª e 4ª séries) e PROJovem

Fonte: QUEIROZ, 2011.

A partir das informações do quadro, notamos que os jovens que fizeram aceleração nas séries iniciais não avançaram na escolarização para além desta modalidade de ensino, visto que os dois desistiram imediatamente após a conclusão do ciclo enquanto os que o fizeram nas séries finais, avançaram um pouco mais (adentrando ao Ensino Médio), porém dois desistiram no 1º ano devido à reprovação. Apenas 01 concluiu o Ensino Médio. As limitações deste ensino aligeirado, presentes não só na vida dos jovens do campo como também da cidade, pode ser um fardo para a trajetória de escolarização, levando a uma realidade de reprovação, fracasso e evasão escolar.

JE5, que estudou até a 2ª série, em classe multisseriada de jovens e adultos no turno noturno na escola da comunidade próxima (Socavão), revela os limites desta modalidade de ensino na experiência vivida por ela, ao dizer que

Era tudo misturado, assim, pra quem não sabia ler, era tudo misturado. Era só mais assim pra aprender o nome. [...] Estudei até a 2ª série e depois entrei no TOPA, sabe?! Aí depois o TOPA parou, aí eu fui estudar no Socavão de novo, de noite, quando terminou também eu não quis mais estudar (JE5).

Na fala de JE5 observamos certo descrédito face ao processo de escolarização pelo qual passou, talvez pelo fato de apenas aprender a assinar o nome, o que parece muito pouco de acordo ao que expressa. Nessa perspectiva, demonstra que a escola pode não ter correspondido as suas expectativas sobre aprendizagens mais significativas como a leitura e a escrita, habilidades cognitivas não adquiridas por ela. Além disso, se sente velha para buscar uma reinserção à escola, mesmo aos 22 anos: “Eu não tou a fim de estudar não. Quando eu

era mais nova eu gostava de estudar. Quando eu era Bolsa Escola que perdia... Ave! Era coisa ruim ficar dentro de casa. Quando adoecia queria ir pra escola, mas agora...”

O histórico escolar de JA2 é constituído por sucessivos desafios pela ausência de uma base sólida na formação escolar inicial. Foi alfabetizada em uma escola da comunidade onde morava no município de Barrocas, na qual cursou de 1^a a 4^a séries, passou pela aceleração, (5^a e 6^a séries), reprovação dois anos consecutivos na 8^a série e no 1^o ano foi aprovado na condição de fazer dependência das disciplinas nas quais foi reprovada.

Estudei no Licuri (povoado do município de Barrocas, no qual já morou com sua família) aceleração 5^a e 6^a porque a professora lá disse que a minha idade tava muito avançada para a série que eu tava. Aí fiz aceleração e passei pra 7^a. Aí estudei em Barrocas. Aí passei pra 8^a e estudei três anos. Aí vim pra aqui de novo na 8^a. Aí aqui passei para o 1^o ano. Aí fui estudar no Plínio (escola de Ensino Médio) de Barrocas, mas não passei. Aí Ana (nome fictício da colega) passou para o 1^o ano e foi estudar em Teofilândia, aí eu fui estudar lá. Agora, em Teofilândia fiquei em dependência. Aí eu vou estudar o 2^o ano e vou fazer lá pro 3^o, porque diz que pode. Aí eu faço lá pro 3^o pra não ficar pesado pra mim porque imagina aí ir de manhã e de tarde. É ruim. É melhor eu fazer lá pro 3^o ano (JA2).

JA3, como já mostrado neste trabalho, também vivenciou a aceleração do Ensino Fundamental II, conciliando o trabalho durante o dia e o estudo à noite, chegando a desistir no primeiro ano em que começou a deslocar-se para estudar na cidade de Barrocas diariamente após a jornada de trabalho. “Eu estudei 05 anos à noite. Eu concluí o 2^o grau à noite. A 5^a e 6^a, 7^a e 8^a foi aceleração. Depois, 1^o, 2^o e 3^o ano... estudava a noite e trabalhava de dia.”. No caso de JA3 a maior dificuldade para a conclusão do Ensino Fundamental e Médio foi justamente a necessidade de conciliar o trabalho com a escola.

O Projovem Campo - Saberes da Terra, implementado em 2005, que de acordo às informações disponíveis no portal do Ministério da Educação e Cultura (MEC) é um programa que, dentre outras finalidades, “oferece a qualificação profissional e escolarização aos jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental”, aparece na fala de JM2 como possibilidade de continuação dos estudos, mas não efetivada;

Eu entrei no Projovem. Só que eu ia fazer uma cirurgia e não comecei ir pra escola. Não fui nem uma vez porque eu ia fazer uma cirurgia aí ia ficar perdendo muita aula aí eu não fui lá. [...] A professora até mandou recado que esse ano que era pra mim voltar e que tava me esperando... aí eu quero continuar estudando (JM2).

Em grande parte das falas dos sujeitos, observamos a existência de certas limitações no processo de escolarização acelerado ao qual foram submetidos alguns deles durante o Ensino Fundamental, mas, apesar disso, para os 05 jovens esta foi uma oportunidade para que adquirissem um pouco mais de conhecimento e galgassem um nível mais elevado de escolarização dentro das condições objetivas da vida em que estão inseridos.

Observamos que o acesso a programas de aceleração da aprendizagem não são suficientes para assegurar maior longevidade escolar aos jovens participantes da investigação, em que pesem as lacunas que o aligeiramento na escolarização produz. Os reflexos desta realidade podem ser notados no fato de que mesmo havendo acesso à aceleração, os jovens demonstram ter consciência de que estão inseridos numa oferta de ensino de qualidade precária, manifestando as limitações deste ensino nas reprovações presentes na vida escolar de alguns deles.

3.2 Planos em relação à escolarização

Nos planos de vida dos sujeitos da pesquisa, na maioria das vezes, a possibilidade de continuarem na escola está condicionada ao trabalho, particularmente entre os jovens, do sexo masculino, como já mostrado. Tal constatação nos leva “[...] a considerar que para muitos jovens é como viver numa espécie de ‘sina’. De tal maneira que, muito provavelmente, à medida que a sociedade avança e guardada as devidas proporções, eles estão reproduzindo as mesmas dificuldades que seus pais tiveram para se manterem na escola” (SILVA, 2002, p.103).

Os jovens participantes da pesquisa se vêem em situações da vida concreta, condicionantes para que os desejos e “previsões” na relação escola e projetos de vida se tornem real. Assim, as informações quando confrontadas com a idade mostram que quanto mais idade torna-se frágil a convicção de voltar aos estudos

Desde modo, dentre os jovens do sexo masculino, JA5 demonstra certa convicção em relação à continuação dos estudos (único deles que continua estudando), JM3 afirma não ter planos de voltar à escola e os outros 06 manifestaram desejo de retornar à escola futuramente. Os dados do quadro 9 sintetizam as perspectivas dos jovens em relação à escolarização.

Quadro 9 - Jovens pesquisados e suas perspectivas em relação à escolarização

Jovens	Idade (anos)	Escolarização	Planos em relação à escola
JA1	19	Ensino Médio (concluído)	“Rapaz, a não ser mais tarde porque agora mesmo não tenho plano não . Eu ia fazer um curso aí do SENAI, mas depois fiquei pensando três anos este curso, aí o cara não pode viajar que o curso é aqui, aí eu peguei, ‘vou desistir, vou fazer não’”.
JA3	27	Ensino Médio (concluído)	“Eu até que gosto de estudar , agora o problema é os tempo... porque a gente tem que, no caso, estudar e ter um tempo mais pra o estudo porque se não fica complicado. E o trabalho da gente que é todos os dias, o dia todo no caso”.
JA5	15	2º Ensino Médio (em curso)	“ Eu quero estudar , ter uma formação, geólogo, me formar em Geologia, ou então em biocombustível, essas coisas, trabalhar com petróleo, território, essas coisas assim”.
JE3	29	1º do Ensino Médio	“Em minha opinião era pra voltar esse ano , só que andei um pouco apertado aí, gastei um pouco, aí não deu, mas eu pretendo voltar”[...] quero aventurar fazer mais cursos, que as coisas não tá fácil”.
JM5	19	5ª série	“Minha previsão é querer estudar . Quando eu vejo assim que aqui não vale à pena, se tivesse trabalho aqui pra mim trabalhar eu queria estudar, mas o negócio é trabalho porque a gente depende de trabalhar, né?”
JM1	21	5ª série	“ Deixei o estudo, mas me arrependi . Aí tou pensando aqui [...], se tiver um trabalho pra eu trabalhar e no outro lado estudar dá pra eu levar os dois, mas deixar o trabalho só pra estudar pra mim não recompensa não”.
JM3	24	7ª série	“ Não . Se eu lhe dizer que sim, tou mentindo. Eu nunca pensei, meu plano mesmo era mesmo fazer até o primeiro ano”.
JP2	17	4ª série	“É, tou pensando em viajar e aí não tem como eu estudar não . Tou pensando de viajar pra Santa Catarina. [...] Aí num sei, depois se eu pensar em escola eu volto”.

Fonte: QUEIROZ, 2011.

O participante JA1, que concluiu o Ensino Médio dentro da faixa etária considerada regular, expressou sua dificuldade para concluir tal nível de escolaridade, pois “[...] trabalhava de dia e estudava de noite, não tinha nem tempo de fazer atividade, fazia atividade nenhuma em casa”. E como projetava iniciar-se em processos migratórios em função do trabalho em 2011, matricular-se em algum curso profissionalizante poderia lhe prender por mais tempo na comunidade: “Já tou formado, agora é trabalhar”.

Apesar de gostar de estudar, JA3 expressa o quanto se torna difícil conciliar estudo e trabalho. Essa dificuldade, vivenciada durante os 05 anos em que cursou o Ensino Fundamental acelerado e Ensino Médio na modalidade regular, aparece como uma barreira à continuação dos estudos em direção a um curso profissionalizante ou superior.

Deste modo, concluir os estudos antes da migração revela-se como uma possibilidade de ascensão a níveis mais elevados da escolarização, como relatou JE3 a partir das experiências vividas por ele que ainda pretende voltar à escola para concluir o Ensino Médio e fazer outros cursos. Segundo ele, a firma em que trabalhava dava possibilidade para os que quisessem trabalhar durante o dia e estudar a noite, porém não pode continuar os estudos.

Não aceitei porque meu trabalho é muito pesado; trabalhava o dia todo, como eu trabalhava de montagem, era muito pesado, quando parava, o quê... 4h00 (*refere-se a 16h00*), às vezes passava até de 4h30 (*16h30*) ou até 5h00 (*17h00*) para poder ganhar uma hora extra. Aí quando parava era hora de ir pra casa morto, cansado, só aguentava comer apulso e já ia direto pra cama; tomava um banho... Aí não tinha como estudar não (JE3).

Segundo ele, somente dois da equipe em que trabalhava aceitaram estudar nas condições oferecidas pela empresa. É tomando por base as experiências que JM1 fala sobre os processos simultâneos de estudar e trabalhar: “Você não vai estudar e trabalhar tudo no mesmo tempo. Você tem que, às vezes, deixar o estudo pra poder trabalhar... você juntar os dois e não tem como. Você ganha o estudo e não ganha o trabalho. Você tem que deixar um e seguir o outro. Foi como eu fiz”.

De acordo com as falas dos jovens entrevistados, os seus projetos de vida demonstram certa distância dos projetos de escolarização, apesar de manifestarem o desejo de retornarem à escola. O único jovem que demonstra relações com bases mais concretas entre projetos de vida e escolarização é JA5.

Eu quero estudar, ter uma formação, geólogo, me formar em Geologia, ou então em biocombustível, essas coisas, trabalhar com petróleo, território, essas coisas. Mas, assim, dando pra farrear, construir uma carreira melhor, tirar essa vida monótona das pessoas que é trabalhar, casar, ter um filho, dois... parar por aí. Não, eu quero uma coisa melhor pra mim: quero trabalhar, juntar um dinheirinho, viajar pelo mundo, conhecer pessoas novas, novidades, novos povos... sei lá. Eu pretendo através da escola ter a vida que meus pais não tiveram, realizar o sonho que os pais deles não puderam dar a eles... tou indo pra escola pra isso aí. Pra mim a escola serve pra isso aí:

preparar você para um mundo melhor, para suas ideias, para você expor suas ideias, ser feliz (JA5).

A falta de incentivo sócio-cultural através de políticas públicas que atendam as especificidades da vida no contexto dos jovens pesquisados contribui para a construção de uma perspectiva positiva em torno do papel da escola, principalmente, quando nos referimos a um contexto de jovens que já constituíram família. JM3, que mesmo casado e com filhos ainda estudou dois anos (7ª e 8ª séries, porém reprovado na 8ª), relata que ouvia de seu irmão mais velho: "Rapaz, o que é que tu quer saber de escola? Vai trabalhar, rapaz, sustentar tua família!"⁴¹.

Parei de estudar em 2009. Parei de estudar porque necessitava do trabalho, né, e também porque perdi de ano (*risos*), porque não passei e aí não quis mais conta de voltar a estudar não. Porque a minha vontade era concluir a 8ª série pra concluir o 1º grau, né. [...] minha vontade era chegar só até aí e não queria mais saber de estudar não (JM3).

Portanto, a partir da escuta ao que dizem os jovens, procurando o entendimento sobre os desafios do seu contexto, constatamos que os planos em relação à escolarização estão diretamente relacionados à sobrevivência, visto que a necessidade do trabalho na maioria dos casos acaba colocando a escola em segundo plano.

Entre as jovens, os planos em relação à escola ganham configurações diferentes dos colocados pelos jovens, já que, dentre as 09 jovens participantes, 01 (JE4) não inclui em seus projetos futuros a reinserção escolar, 01 (JP1) demonstra dúvidas no que se refere à continuação dos estudos e as demais revelaram interesse de retornar à escola futuramente, assim como os jovens, mas, estão condicionadas a situações que refletem diretamente na imprevisão da reinserção escolar em seus projetos de vida.

O quadro 10 sintetiza as perspectivas das jovens em relação à escolarização.

⁴¹ Cursou a 8ª série no turno vespertino da escola do Socavão, fato que o levou a faltar muitas aulas e refletiu na reprovação. A escola não funciona no turno noturno.

Quadro 10 - Jovens pesquisadas e suas perspectivas em relação à escolarização

Jovens	Idade (anos)	Escolarização	Planos em relação à escola
JA2	21	1º ano do Ensino Médio (em curso)	“Eu não ia terminar não, mas agora <i>resolvi terminar</i> ”. (<i>Mas não iniciou o ano letivo 2011</i>)
JA4	25	Nível superior incompleto (História)	“Bem, no momento eu pretendo mudar de ramo, de foco, não continuar os estudos na área da educação e <i>sim um curso técnico</i> ”.
JE1	22	2º ano do Ensino Médio	“ <i>Pretendo</i> sim. Pretendo concluir ainda. Não sei quando, mas ainda quero (<i>risos</i>). Se tiver oportunidade eu quero...”
JE2	24	1ª série	“Assim, eu <i>pretendo</i> , né, agora se vai dar certo é que ninguém sabe... agora vem filho, vem marido, aí pronto, ninguém sabe se vai dar certo”.
JE4	22	2ª série	“ <i>Não tenho plano não</i> . Mãe manda, mas eu não quero ir não” (<i>risos</i>).
JM2	26	5ª série	“ <i>Tenho</i> . Eu entrei no Projovem. Só que eu, eu ia fazer uma cirurgia eu fui e não comecei ir pra escola”.
JM4	17	8ª série	“No meu pensamento <i>eu quero</i> , mas só que como eu tenho marido, meu marido quer que eu vá para Santa Catarina”.
JP1	19	8ª série	“É... para o ano se Deus permitir [...] que eu possa ir pra Santa Catarina, pra eu fazer um futuro melhor para mim e meu namorado, e <i>talvez quando eu chegar se eu tiver ânimo</i> (<i>risos</i>) aí eu começo a estudar de novo”.
JP3	16	2º ano do Ensino Médio (em curso)	“ <i>Tenho</i> . E terminando de concluir, eu tou com 18, aí meus planos é viajar, já tá combinado com minha prima do Rio, a gente combinou de estudar juntas lá”.

Fonte: QUEIROZ, 2011.

Nos casos de JE1 e JE2, que apesar de possuírem trajetórias de vida e escolarização diferentes, no momento da entrevista o que as impediam de pensar em planos de inserção escolar era justamente a maternidade e as responsabilidades com a família que constituíram. JE1 afirma que antes da segunda gravidez ainda continuou estudando com o apoio de sua mãe no cuidado com o filho, visto que se deslocava diariamente para trabalhar como empregada doméstica e estudar na sede do município onde mora.

Eu tava trabalhando em Teofilândia. Trabalhava até meio dia e de tarde eu ia pra escola. Pegava o ônibus da escola e vinha dormir em casa. Dormia em casa, no outro dia retornava no ônibus de manhã, trabalhava de manhã,

estudava de tarde e voltava pra casa depois da aula, no ônibus de novo. Só mesmo pra não ficar parada porque a pessoa ficar dentro de casa, não presta não. Aí eu queria ter o meu mesmo, pra eu querer uma coisa não ficar pedindo, também eu já tinha Rodrigo (*filho*) e tinha que ajudar pra comprar alguma coisa pra ele, pra não ficar só dependendo do pai dele porque o pai dele manda, assim, o dinheiro do mês dele, mas dinheiro sempre tendo mais é bom porque nunca dar pra passar o mês todo porque as coisas na carestia que tá?! (JE1).

A fala de JE1 revela que, a sua dificuldade maior em relação à continuidade dos estudos parece não ser exclusivamente relacionada ao fato de ser mãe, mas sim à ausência de condições objetivas que possibilitem a conciliação das “atividades maternas” com a continuação dos seus estudos, já que com mais um filho as responsabilidades aumentaram.

No caso de JE2, jovem que possui o nível mais baixo de escolarização do grupo, revela ser o seu sonho voltar a estudar para aprender a ler, mas esse “sonho” ainda não foi concretizado, segundo ela, devido ao fato de que migrou muito cedo para trabalhar como empregada doméstica em Salvador, e desde então não voltou mais pra escola efetivamente; agora grávida pensa que será ainda mais difícil. Para JM2, mesmo com o nascimento do filho, pretende continuar estudando: “a gente deve estudar principalmente quem é jovem, tem tudo pela frente, então tem que estudar. Que nem eu, mesmo assim com filho, mas ainda pretendo assim a voltar a estudar. Não sei se é pra me formar, né? Mas ainda quero aprender mais”.

JM4 e JP1 vivem situações semelhantes em seus planos de vida, vez que concluíram a 8ª série do Ensino Fundamental em 2010 e planejavam migrar para Santa Catarina no início de 2011, em função da necessidade de trabalharem com os maridos (no caso de JP1, é este fato que formalizará a união). No caso de JM4, o desejo de continuar estudando rumo ao Ensino Médio foi prorrogado não devido à condição de estar casada, mas sim, pela opção de viajar com o marido para Santa Catarina, objetivando juntos construírem a casa na comunidade de origem. Assim como JM4, JP1 afirma: “Eu tenho plano de ir e voltar porque eu quero fazer minha casa aqui, no Socavão perto da casa da mãe dele. O plano é ir pra lá trabalhar, fazer um futuro, ajudar ele porque um só não dá pra fazer o que é pra fazer, né?! E quando chegar aí vamos morar aí juntos”.

Através da fala de JM4 e JP1 observamos o surgimento de novos arranjos e estratégias para a união estável dos jovens do campo das comunidades pesquisadas, particularmente, a migração do casal jovem, ainda sem filhos, com o objetivo de trabalhar para adquirir condições materiais para a construção da casa. Assim, a construção da casa,

papel exclusivamente do homem na sociedade patriarcal, passa a ser também preocupação das jovens.

Por isso, para ambas as jovens a continuação dos estudos no Ensino Médio está condicionada às condições de vida que terão em Santa Catarina, apesar de já preverem que não será tarefa fácil continuar estudando lá.

Vou levar minha transferência pra ver se tem como estudar, mas eu penso que não tem, porque, assim, eu vou trabalhar o dia todo, aí quando eu chegar vai ser de noite, vou ter que arrumar a casa, fazer comida e ir pra escola, vai ficar difícil, mas eu penso, assim, em ir, trabalhar, ver o que eu posso juntar pra poder ajudar ele a fazer a casa e depois com um tempo eu volto a estudar que eu queria terminar, sabe, me formar. Antigamente eu não gostava não de escola, mas eu já penso diferente (JM4).

Se tiver como... porque lá diz que é muito, muito difícil da pessoa estudar lá, não é como aqui. Aí vai ver porque se tiver essa chance de trabalhar e estudar lá... Os que saíram daqui pra trabalhar lá e estudar diz que é ruim, diz que não presta os estudos de lá. É sempre mais ruim, não é igual o daqui não. Aí eu não sei, se eu for pra lá e quiser estudar lá aí vai ver. Aí vai ver, se não for muito trabalho... porque, Ave Maria, estudar e trabalhar é muita coisa pra fazer (JP1).

Na fala de JM4 observamos certa mobilização em função da continuação dos estudos já que viajará em posse da transferência escolar. Mesmo que não seja possível em Santa Catarina, ao retornar pretende cursar o Ensino Médio: “No caso da escola, eu queria continuar, mesmo já morando na minha casa, eu quero, sabe, terminar porque eu acho que é importante” (JM4).

Na fala de JP1 existem revelações em torno do entusiasmo à continuação dos estudos em Santa Catarina, relacionado, principalmente, a baixa autoestima em relação ao potencial de estudante: “eu penso de não consegui chegar lá, da cabeça não dá, pra ficar dependendo de estudar mais e depois não passar (*risos*). Acho que não consigo, acho que minha cabeça não dá mais pra estudar até me formar”. Além da insegurança, demonstra uma visão negativa em relação à continuação da escolarização em Santa Catarina.

De acordo a fala de JA2, o projeto de continuar estudando advém da visão de que está numa idade avançada para ainda está sem emprego, apesar de que planejava desistir.

Eu não ia terminar não, mas agora resolvi terminar, pra ver se arranjo um trabalho, né? 21 anos já tem que trabalhar, né? Eu não ia terminar não. Eu tava com um plano: eu disse a mainha que se eu não passasse eu não ia terminar. Só que depois eu vi, eu pensei que é melhor a gente terminar logo

pra não ficar dependendo, assim. Às vezes a gente pára e não pode mais continuar. Aí enquanto pode a gente continua (JA2).

JA2 sequer iniciou o ano letivo 2011. Mas em seu discurso, anteriormente a desistência escolar, revelou a necessidade de estudar para adquirir um trabalho, por conhecer experiências da realidade de outros jovens que tiveram dificuldades para adquirir trabalho com a escolarização baixa.

Hoje pra poder você trabalhar tem que ter o estudo; se não tiver não trabalha. Trabalha, assim, na roça, mas se for pra você garantir mesmo um trabalho você tem que ter o estudo. Se não tiver... No Licuri (*uma comunidade rural de Barrocas*) mesmo, um menino que estudava mais eu, acho que ele tinha uns 28 anos perto de 30, ele tava trabalhando em Salvador, acho que de ajudante de pedreiro, sei que foi um trabalho bom, aí ele foi despedido só porque ele não tinha concluído os estudos. Aí veio estudar comigo, fazer aceleração 5ª e 6ª. Sei que ele falou que lá só trabalha quem tem os estudos completos, quem não tiver é difícil. É... eu tenho que estudar (JA2).

De acordo com Novaes (2007, p.04),

Os jovens sabem que os certificados escolares são imprescindíveis. Mas sabem também que o diploma não é garantia de inserção produtiva condizente aos diferentes níveis de escolaridade atingida. Frente à globalização dos mercados, redesenha-se o mundo do trabalho. Rápidas transformações econômicas e tecnológicas se refletem no mercado de trabalho precarizando relações, provocando mudanças, modificando especializações e sepultando carreiras profissionais. Daí o medo de sobrar. (NOVAES, 2007, p.04).

A reprovação, quase sempre relacionada ao fracasso escolar, é a justificativa de JE4 para não querer mais voltar à escola, como ela mesma diz: “É porque pra fazer prova é um sacrifício... Além de quebrar a cabeça ainda recebe o resultado que não passou, aí me dar uma raiva. Aí, eu não vou estudar não”. As dificuldades na aprendizagem, somando-se ao desejo de superá-las, também são manifestadas na fala de JM2: “Acho que é bom a gente estudar mais, que nem eu, parei na 5ª, né? Aprender mais é melhor. Que tenho muita dificuldade na matemática, eu tenho vontade assim de aprender mais”.

JA4, participante que possui maior escolaridade no grupo, trabalha como digitadora na escola do Socavão, na qual também é professora, mas não pretende continuar nestas ocupações, devido ao fato de que, além de não se identificar com área docente, a situação do contrato é temporário.

Eu hoje tou trabalhando como digitadora da escola e como professora. Pretendo... estou ainda analisando, em dúvida... fazer um curso técnico porque existem duas áreas que eu quero me profissionalizar e, pretendo fazer o curso de uma, ou quem sabe das duas. Como no último concurso eu não fui aprovada isso me deixa a mercê do poder público municipal querer ou não me contratar e, por isso é que hoje é que eu tou tentando entrar no ramo de comerciante, que é um dos meus objetivos, sempre foi, sempre gostei, sempre, de uma forma ou de outra desenvolvi. E se tudo der certo, eu pretendo me estabilizar no trabalho autônomo (JA4).

Para JP3, única jovem que continua estudando, também a mais nova do grupo, “Quem quiser viver bem tem que fazer faculdade, estudar. [...] Viver bem é, como eu falo, assim, ter uma casa onde morar, ter o alimento na casa todo dia [...] não ficar me explorando no sol, assim, como eu vejo meu pai, que não teve chance de estudar e agora eu quero mudar”. A escola aparece nos planos de JP3 como possibilidade de ter um futuro melhor, de superação das difíceis condições de sobrevivência vividas por seus pais.

JP3 também falou que já sentiu vontade de viajar para Santa Catarina (*o namorado dela está lá*), o plano era “terminar o 2º ano e viajar, estudar lá fora, aí mainha falou que era pra terminar o 3º ano, aí depois viajava [...] Investir lá que aqui tem condição não. [...] pra mim, lá no Rio, num lugar mais longe, sei lá, aprendo coisas novas e é mais evoluído, na minha opinião”. De acordo a visão de JP3, seus projetos de vida aparecem desenhados de duas formas: viajar pro Rio de Janeiro, já que lá tem parentes que a acolheriam, ou para Santa Catarina, onde tem amigas e o namorado (possivelmente passariam a ter uma vida a dois).

As falas dos sujeitos revelam a existência de uma associação entre o trabalho e a escolarização dos jovens do campo participantes da pesquisa. Porém, falam sobre a importância da escola para o trabalho, mas as condições objetivas da vida sócio-econômica não lhes permitem prosseguir os estudos, por isso, convivem com esta realidade contraditória.

Mesmo não dando garantia de empregabilidade, a escolarização tem se constituído ferramenta indispensável à inserção no mercado de trabalho no momento atual da história do capitalismo, onde a classe trabalhadora está sendo atingida veementemente pelo desemprego estrutural, precarização das relações de trabalho e tentativa de retirada dos direitos sociais indispensáveis à sobrevivência da humanidade.

Portanto, diante deste contexto e desprovidos de condições de acesso à escolarização, os jovens do campo tendem a sofrer um processo maior de exclusão na inserção no mundo produtivo face ao enfrentamento a competitividade nos centros urbanos, projetos presentes e futuros de boa parte deles.

“Qualquer profissão pra mim... dando pra ganhar dinheiro eu tou dentro dela aí. Como aí, deixa eu ver, ontem. Me arrumaram um trabalho pra mim em Barrocas, mas eu não fui com a cara dela. A profissão que me arrumaram aí era pra mexer com areia, agora era uma poeira arrinada, você aguentar poeira na cara, macho, você enfrenta, mas se não aguenta. Dizendo a mulher que já foi pra lá mais de 30 pinhão, lá dentro, trabalhou uma semana não aguentou, foi embora. É uma fábrica de argamassa. Eu fui lá ontem e trabalhei até meio dia e vim embora. Eu fui só pra acertar conversa de trabalho e nem conversaram nada comigo, já me encaixou, me deu roupa e tudo pra trabalhar, sem conversar nada. Só que ele queria que eu levasse direto e aí eu disse: "Não, véio, trabalhar assim, sem comer, não tem esse homem". É uma pá arrinada que bate... Era uma caçamba de areia pra botar num canto e eu sozinho, tome-lhe pá, tome-lhe pá... Aí eu tou pensando se eu fico nesse trabalho ou não, porque eu sair daqui pra Barrocas de bicicleta, você dar um pau retado, é pá pra cima de pá, e você fica todo esmorecido, todo quebrado, até hoje eu tou com meus braços doendo. Eu não tou mostrando fraqueza em mim; é porque é o sistema é assim: você bate o pau, você monta em cima de uma bicicleta, vim de lá pra cá, subindo ladeira, descendo ladeira pra vim trabalhar de novo, todo dia nesse fardo. Um negócio desse assim é pra você alugar uma casinha pra você já ficar perto, pra você não dar esse trabalho todo, porque você já por ali, até andando, de pé, relaxado, você já tá lá mesmo. Mas eu sair de bicicleta, vim aqui comer, você nem descansa e já se pica pra lá, chega lá você já tá cansado, pega o trabalho, acaba de cansar mais ainda, vai pra dez, onze da noite, porque faz hora, você vim de lá pra cá meia-noite. Não tem nenhum parente em Barrocas. Vim embora cansado, com fome, suado, olhe lá se você tomar banho e comer. Você já cai na cama sujo. No outro dia, o cara acorda, só faz tomar café e cai fora de novo. Por isso, eu tou vendo aqui se pego esse trabalho ou não” (JM1).

CAPÍTULO 4

LUGAR DO TRABALHO NA VIDA DOS JOVENS E OS PLANOS DE FUTURO

A existência humana, de forma geral, é fundada no trabalho, pois através do trabalho o ser humano, único animal capaz de prefigurar o resultado da sua ação, transforma a natureza em produtos necessários à sua sobrevivência e à medida que transforma a natureza, ação mediada pelo trabalho na relação entre sujeito (homens em sociedade) e objeto (materiais naturais) transforma também a si mesmo.

Deste modo, o trabalho marcou a história da humanidade ao se tornar a mediação necessária à satisfação das necessidades humanas, “[...] condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, [...] comum a todas as suas formas sociais” (MARX, 1983 apud NETO; BRAZ, 2009, p.31). Assim, o trabalho retirou o ser humano do seu estado natural e inseriu-o num processo de humanização, sociabilidade e historicidade.

Porém, ao longo do tempo, o mesmo trabalho que possibilitou a humanização, contraditoriamente, passa a escravizar o ser humano a ponto de colocá-lo numa condição de desumanização, através da “exploração do homem pelo homem” como vemos nas sociedades capitalistas, onde as relações sociais passaram a ser mediadas pelas coisas. O trabalho também possibilitou a produção do excedente, e conseqüentemente, a divisão social em classes antagônicas: produtores diretos (os que produzem, vendendo a força de trabalho) e os não trabalhadores, proprietários. Deste modo, o trabalho como primeiro ato histórico, possibilitou que a vida humana passasse a ser construída a partir das relações sociais e produtivas em cada época, trazendo marcas à formação sócio-histórica e determinações diversas à vida humana.

A partir destas considerações iniciais sobre o que entendemos por trabalho, neste capítulo, objetivamos trazer informações e análises sobre as trajetórias e perspectivas de vida dos jovens do campo baiano participantes da investigação, acerca das suas experiências de trabalho que, inclusive, muitas vezes ligadas a processos migratórios pendulares, denominada por Conceição (2007) como “mobilidade do trabalho”.

Para tanto, inicialmente, apresentamos um quadro das ocupações atuais dos jovens de ambos os sexos, buscando tecer relações entre a escolarização e as ocupações dos mesmos. Em seguida, trazemos um panorama das vivências migratórias e não-migratórias entre os

participantes, buscando localizar os projetos profissionais dos jovens, seus desafios e dificuldades.

4.1 Ocupações atuais dos jovens

As ocupações dos jovens e das jovens apresentam características específicas à reprodução sócio-histórica e cultural dos papéis comumente estabelecidos ao homem e à mulher (realidade que não é restrita apenas às populações do campo) na sociedade que ainda sofre os ranços do patriarcalismo. Por outro lado, os dados também apresentam sinais de maior visibilidade e amplitude do papel da mulher na constituição da família, nas relações sociais e de trabalho, para além da função de esposa, agricultora, mãe e doméstica.

No Brasil não existe estatisticamente resultados de pesquisas nacionais sobre as questões relacionadas ao gênero entre os jovens e as jovens do campo, porém “pesquisas realizadas em universos menores em algumas regiões do país têm revelado diferenças relevantes entre o comportamento das moças e rapazes” (CARNEIRO, 2005, p. 255). O quadro abaixo nos mostra as ocupações das jovens, assim como seus papéis no âmbito da família e da comunidade.

Quadro 11 - Ocupações atuais das jovens e a escolarização

Jovens	Ocupações	Escolarização
JA2	Ajuda nos afazeres de casa	1º ano do Ensino Médio
JÁ4	Professora, digitadora e comerciante	Ensino Superior (incompleto)
JE1	Mãe, esposa, dona de casa e ajuda nos afazeres da roça	2º ano do Ensino Médio
JE2	Ajuda nos afazeres de casa	1ª série
JE5	Ajuda nos afazeres de casa e da roça	2ª série
JM2	Mãe, ajuda nos afazeres de casa e da roça	5ª série
JM4	Esposa e ajuda nos afazeres de casa	8ª série
JP1	Ajuda nos afazeres de casa e da roça	8ª série
JP3	Estuda e ajuda nos afazeres de casa	2º ano do Ensino Médio (em curso)

Fonte: QUEIROZ, 2011.

De acordo com as informações do quadro, as ocupações das jovens, em geral, estão ligadas às tarefas domésticas e/ou à agricultura. Assim, das 09 jovens participantes da pesquisa, 03 ocupam-se apenas com os afazeres de casa, auxiliando as mães nas

responsabilidades do lar; 03 ocupam-se dos afazeres de casa e também da roça; 01 é dona de casa e ocupa-se exclusivamente de mãe e esposa; 01 é estudante e ajuda também nos afazeres de casa; e 01 é professora, digitadora e comerciante.

As contribuições das jovens nas atividades da roça são relacionadas à plantação e colheita das sementes (feijão e milho). No caso de JM2, a maior parte do seu tempo é ocupada “[...] nas coisas de dentro de casa, assim, nos serviços de dentro de casa mesmo. Na roça, assim, em tempo de inverno eu trabalho, também. Plantar, não. Assim, na arranca de feijão, quebra de milho, plantar agora tem as máquinas⁴²”. JE5 também confirma esta realidade: “Só em casa fazendo as coisas. Só em tempo de plantação, plantar feijão, arrancar feijão... só... quando passa... pronto, fico dentro de casa”. Observamos que JP3, a única jovem que estuda, também contribui nas atividades de casa.

Nesse sentido, devido à ampliação das “opções da mulher rural para além das fronteiras do universo doméstico, possibilitando a formulação e a realização de projetos profissionais de mais longo prazo” (CARNEIRO, 2005, p.255), notamos o surgimento de outras formas de inserção da mulher na comunidade onde moram, apesar de ser uma realidade minoritária. Na pesquisa, a única jovem que não se ocupa de atividades relacionadas à agricultura e/ou tarefas domésticas é JA4. Esta jovem possui o Ensino Médio em Magistério, o qual lhe possibilitou a contratação temporária como professora municipal na escola do Socavão (comunidade vizinha a Alecrim), anteriormente ao seu ingresso e desistência no curso de licenciatura em História pela UNEB (Campus XXIV, Conceição do Coité/ BA). Sobre os papéis atribuídos à mulher na realidade campestre, Carvalho (2000) atenta para o fato de que, de modo geral, as mulheres do campo

[...] estão concentradas em poucas ocupações, a maioria de baixa remuneração, e representam a maioria da população ocupada que não recebe qualquer rendimento do trabalho, o que se deve sobretudo à sua participação significativa na agricultura familiar. [...] Uma das ocupações em que se concentram as mulheres é exatamente o ensino. Dados do MEC indicam que 85% de todos os professores de educação básica são do sexo feminino⁴³. (CARVALHO, 2000, p.144).

⁴² Segundo a informante, hoje na região onde mora a plantação das sementes está sendo feita cada vez mais pela máquina. A máquina, operada por um único homem, faz o trabalho de vários homens: cavar com enxada, semear e cobrir a semente com a terra. Porém, a colheita (arrancar o feijão, quebrar o milho) ainda é feita pela mão humana, maioria das vezes mulheres, visto que “a maioria dos homens tudo sai pros trechos, aí nem acha homem, a maioria é mulher” (JM2).

⁴³ A autora utilizou dados do MEC/INEP, (1998 a), dados que necessitariam de uma atualização treze anos depois.

É importante notarmos que a ocupação em atividades domésticas está entre as jovens que interromperam seus estudos nas séries iniciais ou finais do Ensino Fundamental, assim como também ao longo do Ensino Médio. JA4, que é professora e digitadora na escola do Socavão e também desenvolve atividades como comerciante (loja de variedades) na cidade de Barrocas, fala sobre as dificuldades enfrentadas para adentrar ao espaço comercial na cidade: “Primeiro obstáculo é a falta de condições financeiras pra tal fim, porque hoje exige muito no ramo do comércio que você tenha acúmulo, digamos assim, financeiros pra poder desenvolver um comércio [...]” (JA4).

Entre os jovens, do sexo masculino, as ocupações estão mais relacionadas à construção civil em atividades como pedreiros e ajudantes de pedreiro, em cidades próximas às comunidades onde moram, mas existem também casos de inserção em outras ocupações, como aponta o quadro a seguir.

Quadro 12 - Ocupações atuais dos jovens e a escolarização

Jovens	Ocupações	Onde	Escolarização
JA1	Pedreiro	Barrocas	Ensino Médio (completo)
JA3	Pedreiro	Salvador/BA	Ensino Médio (completo)
JA5	Estuda, ajuda em casa e na roça	Alecrim	2º ano do Ensino Médio (em curso)
JE3	Ajudante de pedreiro	Barrocas/BA	1º do Ensino Médio
JE4	Desempregado	Chegou de Feira de Santana/BA	5ª série
JM1	Ajudante de pedreiro	Barrocas/BA	5ª série
JM3	Auxiliar de produção	Serrinha/BA	7ª série
JP2	Diarista (roça)	Pau D'arco	4ª série

Fonte: QUEIROZ, 2011.

As informações do quadro mostram as atuais ocupações dos jovens e seus respectivos níveis de escolarização, assim como o movimento migratório em que estão inseridos. Dentre os jovens, 02 atualmente trabalham como pedreiros, 02 como ajudantes de pedreiro, 01 auxiliar de produção (trabalha num frigorífico de carne bovina), 01 encontra-se desempregado, após deixar o emprego numa empresa de abate de frango em Feira de Santana/BA, 01 é diarista (serviços da roça, quando aparecem) e 01 estudante (contribui nas

atividades de casa e da roça, já que a mãe é empregada doméstica e o pai ajudante de pedreiro e agricultor).

Podemos verificar também que as ocupações dos jovens, do sexo masculino, não estão diretamente relacionadas aos conhecimentos adquiridos na escola, ou ao nível de escolarização, visto que são ocupações adquiridas através da experiência prática. Este dado da pesquisa que atinge, particularmente, os jovens que concluíram o Ensino Médio e que trabalham como pedreiros, pode ser apontado como reflexo das transformações no mundo do trabalho, onde as “expressivas alterações podem ser observadas tanto nos conteúdos do trabalho, como nas exigências de perfis profissionais e novas qualificações, ao tempo em que o número de trabalhadores qualificados desempregados se multiplica (TEIXEIRA, 2010, p.39).

Diante disso, tem sido recorrente nas falas dos jovens a impossibilidade de projetarem um futuro profissional que dependa de estudos mais avançados e investimento de tempo e dinheiro em cursos técnicos e profissionalizantes, considerando as condições objetivas da realidade em que vivem, como diz JA3, “apesar de hoje a profissão que eu tenho não dependeu do estudo, mas não tou arrependido não. Que hoje não tá servindo, mais adiante pode servir, né?!”

A maioria expressiva dos jovens trabalha em atividades desvinculadas da agricultura e/ou pecuária, ocupações comumente ligadas ao campo. Esse distanciamento dos jovens do campo quanto ao trabalho na agricultura já foi apontado em pesquisas tais como Carneiro (2008), Castro (2009) e Wanderley (2007), em outras realidades do campo brasileiro. Nesta pesquisa, as atividades remuneradas, que, em geral, os jovens exercem são externas a comunidade onde moram: alguns migram diariamente para cidades próximas, a exemplo de JE3, que faz um deslocamento aproximado de 15 km de motocicleta (da comunidade onde mora para Serrinha/BA); JA1, JM3 e JM1 deslocam-se 8 km através de motocicleta e/ou bicicleta até Barrocas/BA. No caso de JA3, que trabalha em Salvador, o retorno à comunidade se dá quinzenalmente.

Assim, observamos a intensidade dos processos migratórios pendulares na vida dos jovens. Dentre os 08 jovens, 07 estão inseridos em processos migratórios, em suas trajetórias ou em seus planos de futuro. Excluindo-se os que estão inseridos em processos migratórios atuais de retorno a comunidade diária ou quinzenalmente, temos os casos de JE4 recém-chegado de Feira de Santana, atualmente desempregado, após ter sido demitido numa empresa

de abate de frango (já planejando uma nova partida para o Rio de Janeiro ou Santa Catarina), JP2 e JA1, que planejavam migrar para Santa Catarina e Salvador, respectivamente.

Portanto, a partir dos dados apresentados sobre as ocupações, identificamos que os jovens do sexo masculino estão inseridos em processos migratórios constantes em função do trabalho, completamente desvinculados da agricultura. Outro dado relevante nesta análise refere-se à escolarização, visto que em geral as ocupações dos jovens, de ambos os sexos, não possuem relação direta com as suas ocupações, com exceção apenas de JA4 que é professora, a qual, para exercer tal função, utilizou o curso do Magistério do 2º grau e dos conhecimentos adquiridos no curso de História enquanto estava na universidade.

4.2 Experiências migratórias e não- migratórias

Invisibilidade e migração são duas dimensões que parecem fortalecidas mutuamente, a partir de um círculo vicioso em que a falta de perspectivas tira dos jovens o direito de sonhar com um futuro promissor no meio rural (WEISHEIMER, 2005). Deste modo, a “mobilização do trabalho” passa a ser uma perspectiva recorrente nas trajetórias e planos de futuro de boa parte dos jovens do campo nordestino.

O quadro 14 mostra alguns aspectos do perfil dos jovens com experiências migratórias:

Quadro 13 - Perfil dos jovens com experiências migratórias

Jovens	Comunidade	Idade	Sexo	Escolarização	Destinos
JA1	Alecrim	19 anos	M	Ensino Médio (concluído)	Barrocas/BA
JA3	Alecrim	27 anos	M	Ensino Médio (concluído)	Salvador/BA
JA4	Alecrim	25 anos	F	Nível superior (incompleto)	Barrocas/BA
JE2	Entrada	24 anos	F	1ª série	Salvador/BA Barrocas/BA
JE3	Entrada	29 anos	M	1º ano do Ensino Médio	São Paulo e Santa Catarina
JM5	Massapê	19 anos	M	5ª série	Feira de Santana/BA
JM1	Massapê	21 anos	M	5ª série	F. de Santana/BA, Serrinha/BA e Barreiras/BA

Fonte: QUEIROZ, 2011.

Dos 17 jovens de ambos os sexos, 07 (41,17%) já vivenciaram ou vivenciam processos migratórios do campo para cidade (isso ainda sem contar os que ainda vivenciarão: 04 planejavam migrar a partir do início de 2011).

De acordo aos dados apresentados no quadro 03, dos 07 jovens com trajetórias de migração, 05 são do sexo masculino e 02 do sexo feminino, o que nos leva a verificação de que a migração no contexto investigado tem sido uma realidade mais presente na vida dos jovens do sexo masculino. Assim, os dados desta pesquisa apontam para um resultado diferente do que se tem produzido sobre a migração feminina no Brasil.

O predomínio feminino nos processos migratórios rurais-urbanos só não aconteceu no Brasil nos anos sessenta para quando se estimou uma sobremigração masculina de aproximadamente 1.200 mil homens. Nas outras décadas, a migração feminina superou a masculina, mas em magnitude diferenciada (ABRAMOVAY; CARRANO, 1999, p.307).

Deste modo, os dados do contexto investigado, apontam mais para a feminização do campo do que para uma “masculinização do campo” como indica a pesquisa de Abramovay e Carrano (1999). Na verdade, a migração masculina no Brasil está mais presente na realidade da região Nordeste (SILVA; CAPELO, 2005). A faixa etária desses jovens inseridos em processos migratórios varia de 19 a 29 anos e são egressos de todas as comunidades, com exceção de Pau D’arco (vale ressaltar que em Pau D’arco existiam dois jovens em planejamento para o processo de migração em fevereiro de 2011: JP1 e JP2, como de fato migraram). Observamos que entre os jovens migrantes 03 concluíram o Ensino Médio, 01 interrompeu os estudos no 1º ano do Ensino Médio, 02 na 5ª série e 01 na 1ª série do Ensino Fundamental.

Os motivos que levam a migração, como já observado, estão sempre relacionados ao trabalho, pois “para a grande maioria dos jovens brasileiros trabalhar cedo é uma questão de sobrevivência pessoal e familiar” (NOVAES, 2007, p.03). Para JA3, que tem a profissão de pedreiro, é a falta de uma renda estável no campo que o impulsiona a buscar um trabalho na cidade: “Na profissão que eu tenho hoje... aqui também dá pra ganhar, mas viajando ganha mais e não fica parado nunca. Mas, eu mesmo, tendo um trabalho certo eu prefiro viajar porque ganha mais. Aí tou contando com o futuro”(JA3).

Porém, uma parte significativa das experiências migratórias vividas pelos jovens mostra que nem sempre os “sonhos” buscados nas cidades são realizados, a exemplo de estabilidade financeira, carteira assinada, valorização profissional, como aponta a fala de JE3.

A primeira vez que eu saí pra trabalhar, foi pra Santa Catarina, trabalhar como servente [...]. Mas só que as horas extras que eu fazia não recebia nenhuma. Aí comecei a me desgostar, aí fiquei quatro meses e 18 dias e vim me embora. [...] Vim embora depois tornei a voltar pra Salvador, de Salvador, comecei a trabalhar de servente, trabalhei sete meses de servente e um mês e treze dia, mandando as máquinas. Aí pedi tempo, tava precisando [...]. Vim embora. Aí tornei a voltar pra Santa Catarina e lá comecei a trabalhar de servente, depois me tiraram e me botaram pra trabalhar como carpinteiro, na carpintaria. Depois tornei vim embora de novo, de São João, quando cheguei aqui fiquei rodando a cara; fiquei uns seis meses rodando a cara. Depois fui pra São Paulo. Em São Paulo fiquei sete meses e 23 dias, trabalhando em usina de fazer asfalto. Adepós eu tornei sai e tou aqui (*risos*). E fui trabalhar em Barrocas. Todas que eu trabalhei nenhuma colocou produção na minha carteira... nenhuma, nenhuma, nenhuma (JE3).

A trajetória migratória de JE3 mostra a realidade de superexploração do trabalho e da força de trabalho sofridas pela negação do direito trabalhista de remuneração pelas horas extras trabalhadas, além da ausência de progressão funcional em nenhuma das empresas nas quais prestou serviço em Santa Catarina, São Paulo (duas vezes) e Salvador. A perspectiva de superexploração também é mencionada por JM1 na viagem feita pra Barreiras (BA) onde trabalhou numa empresa de instalação de esgoto: “Foi de carteira assinada, R\$ 500,00 por mês, era a dente de jegue, sabe como é a dente de jegue? É trabalho duro, só aquele dinheiro mesmo, só R\$ 500, 00 na carteira. Tinha alimentação, mas não era a seu dispor, era um de comer ruim”.

Nas falas dos jovens notamos processos migratórios quase sempre pouco prolongados em cada lugar/cidade/empresa, levando a observação de que os jovens migrantes do campo não estão satisfeitos com os trabalhos realizados, devido, muitas vezes, as condições precárias.

Rapaz, eu tava trabalhando em Barreiras. Tava fichado em Barreiras, mas não deu certo, eu vim-me embora. Trabalhava na encanação de esgoto. Aí não deu certo esse trabalho lá, aí eu vim embora. Quando cheguei aqui passado uma semana, duas, o cara parado, aí surgiu esse trabalho, eu encaixei, que até agora ainda tou aí. Se aparecer outro aí, eu encaro, deixo esse pra trás (JM1).

Os jovens demonstram constante insatisfação com os trabalhos adquiridos, não se realizando nas atividades desenvolvidas, por isso estão sempre dispostos a novas oportunidades de trabalho. “Ora, só uma profissão que não exige que nos transformemos em instrumento servil, mas que nos permita agir dentro da nossa esfera, com toda a

independência, é susceptível de assegurar uma dignidade” (MARX; ENGELS, 1978, p.56). Por isso, o fato dos jovens estarem sempre dispostos a novas oportunidades de trabalho pode representar a busca contínua por dignidade. Mas, convém lembrar que, no sistema capitalista, na condição de explorados, além de não se sentirem realizados no produto do seu trabalho, os trabalhadores dificilmente estarão satisfeitos, felizes e vivendo dignamente.

E4 logo que migrou para Feira de Santana/BA adquiriu um trabalho que para realizá-lo “levantava de noite pra trabalhar e chegava de noite; de madrugada já saía pra trabalhar e voltava de noite, bem tarde. Só dava tempo mesmo de tomar banho e ir dormir, nem queria jantar nem nada. [...] a pessoa não dormia direito, cansado”. Saiu deste emprego e foi vender pimentinha (espécie de salgadinho) no Centro Municipal da cidade, até começar a trabalhar num abatedor de frango, onde trabalhou por 06 meses: “Peguei, saí, num gostei, não foi questão de gostar; foi por causa do gelo, porque o trabalho lá tem que ter bastante atenção e eu me machuquei lá uma vez, pedi pra sair. E agora tou aí só pegando o meu seguro... pra ver quando é que eu quero viajar” (JE4).

JA1 vivenciou a experiência de morar na cidade de Barrocas trabalhando no comércio (frentista de posto de combustível e em supermercado). Porém, para ele o trabalho na roça e o trabalho no comércio em municípios pequenos como é o caso de Barrocas (11.191 habitantes – Censo IBGE 2010) são atividades onde se ganha muito pouco. “Trabalhei um ano lá na rua, lá no comércio, aí depois voltei aqui pra roça, fiquei trabalhando aqui fazendo o serviço de ajudante, aí depois comecei a trabalhar de pedreiro, agora tou de pedreiro”. Por isso, agora que já concluiu o Ensino Médio e já tem uma profissão (pedreiro) pretende migrar para Salvador/BA e trabalhar com carteira assinada: “o cara tem que fazer um futuro, eu penso isso, o cara aqui num faz pé de vida nenhum, aí tem que cair fora pra poder fazer um futuro, porque lá ganha um dinheirinho a mais” (JA1).

No que se refere às jovens, os motivadores para a migração aconteceram em contextos diferenciados. No caso de JE2 a migração ocorreu aos 15 anos para trabalhar como empregada doméstica, ainda sem estar alfabetizada, realidade comum dentro da sua família, inclusive vivenciada anteriormente por duas irmãs mais velhas. Já no caso de JA4 a necessidade de migrar para a cidade de Barrocas surgiu em função da proximidade da cidade em que cursava licenciatura em História, Conceição do Coité/BA, para assim facilitar a conciliação entre o curso superior e o trabalho como professora na escola do povoado de Socavão, vizinha a sua comunidade de origem, Alecrim. Deste modo, podemos observar que a

migração pendular de JA4 se deu em função da necessidade de facilitar o deslocamento entre a universidade e o trabalho, indispensável para a manutenção dos seus estudos secundários.

Portanto, o perfil migratório caracteriza-se majoritariamente por jovens do sexo masculino (05 dos 07 participantes), em função prioritária ao trabalho, sendo que este movimento, na maioria das vezes, é intraestadual (apenas 01 jovem vivenciou a migração interestadual). Além disso, notamos que dentre eles, 03 passaram a ter experiências migratórias após a conclusão do Ensino Médio e 01 após a conclusão do 1º ano também do mesmo nível, dado que nos leva a observar que a maioria dos migrantes adquiriu um nível de escolarização além do Ensino Fundamental antes do início da “mobilização do trabalho”.

Como mostrado no quadro 14, há uma forte incidência de processos migratórios nas trajetórias dos jovens do sexo masculino participantes da pesquisa. No quadro 15 confirma-se esta informação a partir do número de jovens do sexo feminino que ainda não vivenciaram a migração para a cidade, visto que dos 10 jovens que ainda não migraram, 07 são do sexo feminino e 03 do sexo masculino.

Quadro 14 - Perfil dos jovens que ainda não migraram

Jovens	Comunidade	Idade (anos)	Sexo	Escolarização
JA2	Alecrim	21	F	1º ano do Ensino Médio
JA5	Alecrim	15	M	2º Ensino Médio (em curso)
JE1	Entrada	22	F	2º ano do Ensino Médio
JE4	Entrada	22	F	2ª série
JM2	Massapê	26	F	5ª série
JM3	Massapê	24	M	7ª série
JM4	Massapê	17	F	8ª série
JP1	Pau D'arco	19	F	8ª série
JP2	Pau D'arco	17	M	4ª série
JP3	Pau D'arco	16	F	2º ano do Ensino Médio (em curso)

Fonte: QUEIROZ, 2011.

A partir das informações do quadro, notamos que há presença dos que ainda não migraram nas quatro comunidades das quais são originados os jovens da pesquisa. Entre eles observamos uma faixa etária que varia de 15 a 26 anos, mais baixa se comparada com a faixa etária dos migrantes. Neste grupo também localizamos os jovens que ainda continuam estudando.

É importante observar no quadro 15 que no total dos que ainda não migraram, 03 pretendiam migrar entre os meses de janeiro e fevereiro de 2011: JM4, JP1 e JP2 (como, de fato, todos migraram); JM4 e JP1, jovens do sexo feminino, que possuem a 8ª série concluída, planejavam migrar para Santa Catarina com o marido e o namorado, respectivamente. JM4 diz que, “agora como eu já vou completar 18 ele (*o marido*) também decidiu me levar e como meu pai agora vai mais ficar por aqui mesmo com mãe, aí eu também vou, decidi porque se eu for trabalhar aqui eu acho que não ganho muito, e ele quer me levar”

O processo migratório de JM1 demonstra certa organização e planejamento em função da família de origem (seus pais). Além de pensar na família que constitui com o seu marido, trabalhar para adquirir o que almeja (a construção da casa inclui-se neste plano), observamos a existência de um planejamento em relação aos pais, principalmente em querer ajudá-los. Tal como observou Carneiro (1998, p. 101), em uma pesquisa realizada com jovens do campo de uma “colônia italiana” na região de Nova Pádua (Caxias do Sul, RS), “[...] o compromisso moral com a família é ainda muito forte, proporcional ao reconhecimento pela ‘ajuda’ familiar, o que cria uma situação de dívida jamais quitada”.

Nesta perspectiva, surgem as dúvidas e inseguranças em relação à saída de casa em função da busca por trabalho em Santa Catarina:

Às vezes eu penso se eu quero mesmo ir, às vezes, eu penso se eu devo ficar, eu não sei, eu acho... sei lá... porque o que passa pela minha cabeça mesmo é que eu quero trabalhar e poder é... ter meu dinheiro pra comprar as coisas que eu quero e... ajudar pai também mais mãe porque é aqui não tem, ele não tem outro filho ou outra filha mais velha do que eu pra trabalhar, ajudar ele, porque só é ele que trabalha e ajudante não ganha quase nada. Às vezes tem alguma coisa que ele quer fazer e não consegue, é só uma pessoa só, acho difícil já comigo trabalhando já é mais fácil, porque eu quero ajudar eles também (JM1).

A jovem JP1 menciona a família em sua fala no sentido de que os pais apóiam a sua decisão de ir morar em Santa Catarina com o seu namorado: “Eles mesmo já mandou, assim, pra eu sair pra trabalhar fora. Aí eu falei que primeiro eu ia terminar esse ano, o estudo, e se ele (*o namorado*) fosse eu ia com ele pra Santa Catarina trabalhar e depois a gente voltava”. Duas irmãs⁴⁴ de JP2 vivem o projeto de vida almejado por JP1; viajaram para Santa Catarina com os namorados e agora “uma já acabou a casa e a outra já tá terminando. Uma na Ipoeira e

⁴⁴ Uma trabalha em casa de família e a outra em um restaurante como cozinheira e ganham salário médio de R\$ 700,00 a R\$ 800,00.

a outra na Maria Preta (*comunidades vizinhas*), um vai ajudando o outro e tão assim”, afirma JP1.

Através da fala de JP1, observamos o surgimento de novos arranjos e estratégias na construção de uma nova unidade familiar pela ocorrência da realização do casamento anteriormente a independência em relação à família de origem, de modo que para sair desta situação de dependência, o casal precisa trabalhar junto, ou seja, homem e mulher na esfera da produção.

Nos casos supracitados, a construção da casa passa a ser também preocupação das jovens, dado que revela tímidos sinais de mudanças na divisão sexual do trabalho historicamente estabelecida. Porém, vale destacar a predominância da reprodução da marca histórica da divisão sexual do trabalho nas relações de trabalho entre as jovens e os jovens do contexto investigado, a partir das atuais ocupações e dos projetos profissionais futuros.

Além de JP1 e JM4, JP2, jovem do sexo masculino, estava planejando migrar também para Santa Catarina no início de 2011:

Tinha uns tempo que eu pensava em morar na roça, mas agora tô pensando em morar na rua. Tem hora que eu não gosto daqui não, tem hora que aqui é muito enjoado, eu quero sair daqui. [...] Ruim não é não, mas tem hora que o cara pensa que trabalhar de vez em quando é ruim. Trabalhando em firma é melhor, o cara tem os seus dias de trabalho, tem os seus direitos... aqui na roça, não; é um dia ou outro (JP2).

Apenas gostar do lugar onde mora não é suficiente à garantia da permanência do jovem no campo; a falta de estabilidade no trabalho do campo e a ausência de ocupações que garantam uma renda fixa tornam-se fatores de expulsão do (a) jovem campestre (a). Esta realidade pode ser notada na fala de JP3 que pretende migrar para o Rio de Janeiro ou Santa Catarina após a conclusão do Ensino Médio: “Eu só vou pra lá só pra garantir, criar a vida lá, construir minha casa, ajudar meu pai e minha mãe e sempre retornar, vim e retornar como muitas pessoas fazem” (JP3).

É recorrente aparecer nas falas das jovens o desejo de migrar, reprimido pela afetividade aos pais, ou pela necessidade de ajudar nas tarefas de casa ou mesmo porque os pais não autorizam a saída de casa. No caso de JM2, é justamente pela necessidade de ficar em casa cuidando de sua mãe que permanece em casa.

Eu pretendo, sabe, sair assim pra trabalhar, só que como eu tomo conta de mãe, aí fica chato eu pegar e largar ela aí, né? Que ela já ta, assim, não

aguenta mais fazer muita coisa. Ela tem 61 anos, mas não é uma mulher sadia. Aí eu tenho que ficar com ela, ela cuidou de mim, né? Agora chegou a vez dela, eu também posso cuidar dela (JM2).

Eu não quis ir também, porque as coisas de mãe quem mais resolve é eu. Aí, sei lá, deixar ela sozinha... Pra Salvador ela não liga muito, porque viajo e eu tou aqui a cada quinze dias. Ela fica também sem querer que eu vá, com medo de não voltar, porque o mais velho viajou tem 04 anos e não veio ainda. Aí ela tem medo de eu ir e fazer a mesma coisa, sabe? (JA3).

JE4 ainda não migrou para Santa Catarina porque seus pais não autorizam a sua saída de casa. Além de ser caçula dos 12 filhos, única que ainda está em casa, existe o fato de que sua mãe encontra-se adoentada, necessitando de cuidados: “Não sei... (*risos*), a vez é porque sou a caçula, aí não quer deixar porque agora só tem eu de mulher, sou a derradeira. Aí fica difícil deixar eu sair. Porque mãe agora também só anda doente” (JE4).

Na fala de JP2 aparece o interesse de trabalhar perto da comunidade para poder estar próxima da mãe: “É mais perto, é melhor pra vim pra casa. Pra visitar mãe de vez em quando. Se a mãe precisar você tá por perto. E também eu não tenho o costume de deixar mãe só” (JP2). Trabalhar perto de casa também é uma ideia defendida por JE1: “se a gente achar um trabalho aqui mesmo na região é melhor porque a gente tá aqui dentro de casa, né?! Porque não precisa tá se deslocando pra ir pra uma cidade, assim. Se encontrar por aqui é bom. Eu prefiro que fosse por aqui. Mas, não acha, né?!” (JE1).

O medo e a insegurança da “vida lá fora” aparecem na fala de JM3 como motivadores à permanência na comunidade.

O irmão da minha mulher me chamou, só que eu fiquei com medo de ir, não dar certo e eu voltar pra trás. Mas a vontade era de sair pra fora, pra trabalhar. Você pensa tanta coisa. Você que nunca saiu fica só botando minhoca na cabeça: como é lá fora, você pensa de ser uma coisa e quando chega lá é outra, né, se vai ser melhor ou se vai ser pior, arriscar assim é esparro. Porque pra mim, pra o cara tomar um plano desse, assim, tem que pensar bem, né? Pensar nas consequências do que pode ocorrer lá fora. É isso que eu penso, assim, minha vida. Sinto vontade, assim, de ir, mas na mesma hora tenho medo (JM3).

Portanto, vale ressaltar que os jovens que permanecem, a exemplo de JM3, possuem, de certa forma, condições para a satisfação das necessidades à vida no campo, tanto nos casos das jovens quanto dos poucos jovens que permanecem. Mesmo assim, a migração é uma possibilidade muito recorrente nas falas dos(as) jovens no que diz respeito aos seus projetos

futuros, justificada sempre pela ausência de condições concretas à garantia da sobrevivência digna no campo.

4.3 Projetos profissionais

As “escolhas” das profissionais do conjunto dos jovens participantes da pesquisa, muitas vezes, se dão no âmbito de dúvidas e incertezas, frente à imprevisibilidade acerca do planejamento do futuro. Quase sempre, os jovens não buscam profissões, mas sim, ocupações, por contingências definidas pela facilidade de acesso para a garantia da sobrevivência.

Diante disso, Wanderley (2007, p.30) mostra que,

o filho de um agricultor que deseje ser médico pode efetivamente se encontrar na vida adulta, como médico, mas pode acontecer também que ele permaneça como agricultor em seu local de origem ou migre para trabalhar onde encontrar um emprego acessível. Assim, o que parece uma atitude de indecisão poderia significar apenas a aceitação de uma realidade “naturalizada”.

A partir da consideração da autora supracitada, apresentamos a seguir os dados da pesquisa realizada, mostrando as particularidades entre as ocupações dos jovens e seus projetos profissionais.

Quadro 15 - Projetos profissionais dos jovens

Jovens	Ocupações	Escolarização	Profissão desejada
JA1	Pedreiro	Ensino Médio (completo)	Mecânico
JA3	Pedreiro	Ensino Médio (completo)	Curso técnico em edificação
JA5	Estuda, ajuda em casa e na roça	2º ano do Ensino Médio (em curso)	Curso técnico em petróleo
JE3	Ajudante de pedreiro	1º do Ensino Médio	Pedreiro (carteira assinada)
JE4	Desempregado	5ª série	“Para mim qualquer trabalho serve”.
JM1	Ajudante de pedreiro	5ª série	“Qualquer trabalho que não seja avulso”.
JM3	Auxiliar de produção	7ª série	Ajudante de pedreiro
JP2	Diarista (roça)	4ª série	Pedreiro

Fonte: QUEIROZ, 2011.

Entre os jovens do sexo masculino foi possível distinguirmos três desejos quanto a questão profissional: profissões ligadas a cursos técnicos e profissionalizantes (03 casos), profissões desejadas a partir das ocupações masculinas do lugar onde vivem (03) e a profissão como ocupação remunerada qualquer (02).

As profissões futuras que dependem de investimentos em cursos profissionalizantes em mecânica e cursos técnicos em edificações e em petróleo são almejadas pelos jovens que possuem níveis mais elevados de escolarização: 02 cursaram o Ensino Médio e 01 está cursando. Porém, estes jovens apontam alguns desafios para atingirem a realização profissional, principalmente quanto a necessidade de continuarem estudando e trabalhando simultaneamente, como mostram em suas falas:

Minha vocação é ser mecânico. Só que hoje, pra eu aprender a profissão, em primeiro lugar, vai demorar, porque se a gente for trabalhar nas oficinas daqui o pessoal só vai querer pagar mixaria, que nem eu vejo aqui. Porque quem não tem a profissão eles colocam pra pagar mixaria mesmo R\$ 8,00 ou R\$ 10,00 no dia... é pouco demais. E aqui, pra eu fazer o curso pra ser chamado pra uma oficina que pague melhor, vai demorar muito. E eu já tenho a minha profissão de pedreiro, tou ganhando bem, Graças a Deus. Aí eu penso assim, de fazer um curso, sabe, mas eu tenho que fazer a noite. Aí, eu tou pensando... mas, diz que tem em Feira (*Feira de Santana/BA fica a aproximadamente 60 km de onde mora*) [...]. E o curso é pago. Aí, no caso, pra eu estudar eu não posso ganhar pouco, e a gente que trabalha fichado só pode a noite (JA1).

Assim, eu tenho vontade de ser um engenheiro ou um técnico em edificação, alguma coisa assim, mas pra isso exige estudo. É isso que tou pensando porque queria ser engenheiro ou um técnico, alguma coisa assim, porque eu gosto da profissão, a gente tem que fazer o que gosta, né não? Eu gosto da profissão, mas o engenheiro, o cara trabalha menos, mas se preocupa mais... tem toda preocupação da galera lá e tal, mas vou ver aí o que dá pra frente (JA3).

A profissão de pedreiro, embora não seja a “vocação profissional” dos jovens JA1 e JA3, torna-se uma opção viável para o contexto onde vivem, visto que responde mais rápido às suas necessidades de sobrevivência, diferentemente de várias outras profissões que exigem tempo de preparação e custo para a profissionalização: “eu mesmo já tinha uma prática, que faço as coisas aqui em casa. Aí fui pegando, pegando e aí pronto, agora já tou trabalhando de pedreiro mesmo. Trabalhei pouco de ajudante, acho que não trabalhei nem 01 ano, pouco mesmo” (JA3).

Para conquistarem as profissões desejadas, os jovens precisam fazer investimentos através de recursos próprios em cursos técnicos e/ou profissionalizantes em outros

municípios, situações que lhes acarretam, além da despesa com a mensalidade do curso, o gasto com transporte para o deslocamento, já que o município onde moram não disponibiliza projetos de incentivo à profissionalização. JA5 já prefigurando a difícil realidade com despesas para realizar o desejo de fazer curso técnico ligado a área de petróleo, pois já imagina que com a descoberta do pré-sal muitos postos de trabalho se abrirão, diz que,

Em Araci e em Serrinha também já tem uns cursos técnicos de 02 anos, essas coisas. Isso daí é muito melhor do que você fazer uma faculdade muito cara e bem concorrida. Também fazer o ENEM⁴⁵, também é ótimo. Assim, se eu não consegui pagar a mensalidade, eu estudo e faço uma prova que me dê uma bolsa; vou batalhar pra isso pra cortar os custos, porque eu não tenho condição pra pagar nada disso, né?! Vou usar o que eu tenho na mente: vou estudar, trabalhar o cérebro, fazer prova, aí, gratuita, que não precise pagar a inscrição. Vou ver se consigo uma bolsa e daí tocar a vida (JA5).

Na fala de JA5 observamos o grande interesse em ultrapassar a barreira sócioeconômica para o acesso a uma profissão distante da realidade em que vive. De certo modo, demonstra estar mais informado e mobilizado em função dos caminhos rumo à profissão que almeja. O jovem demonstra em sua fala que não possui outros recursos além das “forças intelectuais” para avançar nos estudos rumo à profissão que deseja. No caso específico deste jovem, que possui uma boa base de escolarização nas séries iniciais (boa parte em escola particular), ainda pode até apostar em suas potencialidades intelectuais em busca de uma bolsa de estudos, por exemplo, porém, esta não é a mesma realidade de todos os outros participantes da pesquisa, conforme já apresentado no capítulo 03 sobre as trajetórias de escolarização.

Mas, a perspectiva profissional como pedreiro faz parte dos horizontes futuros de JP2 e JE3, e, como ajudante de pedreiro, JM3. Para JP2, a profissão de pedreiro é uma herança do seu pai, com o qual ele aprendeu um pouco: “é pedreiro mesmo, meu pai é isso, eu sei já um pouco disso... vou ver se dar certo, se não der, vou procurar outra profissão” (JP2). JM3 insatisfeito com o trabalho no frigorífico deseja um dia migrar para o trabalho na construção civil, iniciando como ajudante de pedreiro, já que não possui profissão.

Eu mesmo não tenho plano de me acabar labutando com carne não, não sei por quê. Eu não tenho muita vocação por isso não. Trabalho porque preciso, né, mas não tenho plano de labutar com isso não. [...] Rapaz, eu sei lá, acho que ajudante de pedreiro é melhor do que isso. É porque, sei lá, você se mela muito, um negócio, mas no caso de ajudante... é porque na verdade é a coragem que eu nunca tive de sair pra fora, porque se tivesse, eu tava mais por aqui não, a minha vontade era sair, Ave Maria. Minha vontade era sair

⁴⁵ Exame Nacional do Ensino Médio.

pra trabalhar fora, em obra... minha vontade era essa, mas como nunca deu certo, né?! (JM3).

Dentre os que não projetam “escolhas profissionais” destacam-se JM1 e JM4, situados entre os que possuem como nível de escolarização máximo a 5ª série. Nas falas deles, a necessidade do trabalho se sobrepõe a perspectiva profissional, revelando a submissão a qualquer situação de trabalho para obterem uma renda. A necessidade de sobrevivência na sociedade capitalista obriga o trabalhador a submeter-se a qualquer forma de exploração da sua força de trabalho. Nesta perspectiva analítica, os desfavorecidos socialmente perdem totalmente o direito de sonhar com uma profissão que desejem.

Entre as jovens, verificamos que a grande maioria depende financeiramente da família; para as solteiras essa dependência é ligada a família de origem (pais), exceto JA4 que possui remuneração própria, e para as casadas a dependência volta-se ao marido.

Quadro 16 - Projetos profissionais das jovens

Jovens	Ocupações	Escolarização	Profissão desejada
JA2	Ajuda nos afazeres de casa	1º ano do Ensino Médio	Não sabe, não pensou; talvez vendedora em loja
JA4	Professora, digitadora e comerciante	Ensino Superior (incompleto)	Algum curso técnico
JE1	Mãe, esposa, dona de casa e ajuda nos afazeres da roça	2º ano do Ensino Médio	Trabalho doméstico
JE2	Ajuda nos afazeres de casa	1ª série	Se tivesse estudado, delegada ou enfermeira. Como não, trabalho cuidando da própria casa.
JE4	Ajuda nos afazeres de casa e da roça	2ª série	Se tivesse estudado, professora. Como não estudou, trabalho doméstico.
JM2	Mãe, ajuda nos afazeres de casa e da roça	5ª série	Trabalho doméstico
JM4	Esposa e ajuda nos afazeres de casa	8ª série	Massagista/cozinheira
JP1	Ajuda nos afazeres de casa e da roça	8ª série	Trabalho doméstico
JP3	Estuda e ajuda nos afazeres de casa	2º ano do Ensino Médio (em curso)	Queria ser advogada, mas agora já não sabe

Fonte: QUEIROZ, 2011.

As ocupações das jovens geralmente estão relacionadas às atividades não remuneradas, tais como, os afazeres de casa e o trabalho na agricultura em época de plantio e colheita. Independente do nível de escolarização, podemos concluir que a maioria das jovens

visualiza como perspectiva de futuro, o trabalho doméstico, facilmente encontrado nas sedes dos municípios, já que, em geral preferem adquirir um trabalho mais próximo de suas residências.

Das 09 participantes 05 (55%) afirmaram ser a possibilidade de ocupação futura o trabalho doméstico. Para JE4 e JE2, a perspectiva do trabalho doméstico decorre da ausência do estudo que não adquiriram, visto que os seus sonhos profissionais (professora, delegada ou enfermeira, respectivamente) exigem certo nível de escolarização:

Casa de família, assim pra arrumar, olhar criança... Ave, eu gosto de olhar criança. Se eu soubesse ler eu ia estudar pra ser professora, né. Mas eu sei assim tão pouquinho. Muito como vocês sabe, não, só um pouquinho. Se eu soubesse ler, minha vontade era ser professora, (*pausa*) mas como eu não sou (*risos*) aí fica difícil (JE4).

O meu sonho mesmo, mas acho que eu nunca ia conseguir (*risos*) o meu sonho mesmo, assim, se eu tivesse um bom estudo, eu queria ser delegada. Ai... Eu não consigo não (*risos*), é bem alto (*risos*). Ou delegada ou ser enfermeira. O meu sonho mesmo era só esse. [...] Agora o meu plano é ter o meu filhinho e cuidar da minha casa, agora. Trabalhar, agora, na minha casa mesmo. Meus planos mesmos é só esse agora (JE2).

Se fosse pra trabalhar eu ia pra casa de família (JM2).

Pretendo sim. Sempre eu trabalhei, assim, como doméstica. O trabalho era só doméstica mesmo. Eu também trabalhei até eu ter a menina, quando eu parei o estudo, parei o trabalho também (JE1).

Pra trabalhar? Não sei. Nunca pensei nisso, não. Sempre pensei em trabalhar em casa de família. Trabalhar, assim, fora e dentro de minha casa (JP1).

As jovens JM2, JE1 e JP1 também afirmam fazer parte de suas perspectivas profissionais o trabalho doméstico, visto que esta tem sido uma das principais ocupações das jovens que migram para a cidade. E no contexto dos municípios do interior da Bahia, este trabalho tem sido muito desvalorizado, mal remunerado e, quase sempre, sem garantias de quaisquer direitos trabalhistas. JE2, antes de ficar grávida, em 2011/1, trabalhava em Barrocas/BA, onde ganhava R\$ 200, 00 para desenvolver as atividades de arrumadeira, cozinheira e babá.

Porém, nas falas de algumas jovens, aparecem depoimentos que envolvem muitas dúvidas em relação à questão profissional. É o que indica o depoimento de JA2:

Eu nunca parei pra pensar em que eu poderia trabalhar, aqui. Eu nunca pensei não. Eu tenho plano, assim, de trabalhar por aqui. Agora, em quê...?

Eu não tenho, não [...]. Eu não tenho assim o que eu quero não, não tenho definido ainda, não. Tou assim, em dúvida. Uma hora eu quero uma coisa outra hora eu quero outra, mas o que pintar... Dando pra mim, tá bom. [...] Talvez, vendedora, assim, de roupa, loja... Alguma coisa assim... Nesse sentido... Vender alguma coisa (JA2).

Na fala de JM4, a dúvida à respeito da perspectiva profissional aparece condicionada a demanda de trabalho no contexto em que vive e do custeamento do curso, situações que a levam a repensar a profissão que deseja.

Sei lá, é tanta coisa. Antigamente, o que eu queria mesmo era estudar, me formar e ainda penso fazer, um curso pra ser cozinheira, sabe? Cozinhar vários tipos de comidas. Tenho também aquele de ser massagista, acho que é, assim, massagista que eu tenho muita vontade. Mas, eu digo que não dá certo, não. Eu digo que esse de massagista não dá, mas o de cozinheira, assim, fazer alguns cursos ainda dá pra ir, ainda, porque lá (*Refere-se à Santa Catarina*) você trabalhando em restaurante, você vai tendo conhecimento, né, com comida, ali já dá pra aprender alguma coisa, mas esse (*massagista*) eu acho que não dá muito não (JM4).

JM4 revela as dificuldades para a realização profissional quando não se tem renda suficiente para investir em cursos de capacitação para a função que se deseja. Nesta situação, a escolha da profissão fica condicionada as possibilidades materiais para tal realização e a demanda de mercado no contexto que vive. Não havendo condições objetivas para a realização profissional, então, o jovem tende a buscar uma profissão que seja acessível a sua realidade, perdendo a liberdade de optar por uma profissão que melhor se identifique. Deste modo, um emprego “para toda a vida” é algo que os jovens não podem considerar como garantido, situação que tem contribuído para aumentar sua mobilidade profissional e geográfica (TEIXEIRA, 2010, p.38).

As dúvidas condicionadas ao contexto também fazem parte dos projetos de vida de JP3: “eu dizia sempre, dizia que ia ser advogada, mas agora, o pensamento já é diferente. Agora é sentar e analisar o que é melhor pra mim, o que mais combina. Advogada fala muito e fica lá um monte de gente e eu sou vergonhenta” (JP3). JA4 pretende continuar tanto na área do comércio quanto da educação: “E, se tudo der certo, eu quero investir, crescer, nesta área de comerciante. Mas, se eu tiver oportunidade, eu não quero deixar o espaço escolar, como digitadora ou como professora ou trabalhar com projetos, porque na verdade eu gosto muito de trabalhar no espaço escolar” (JA4).

Deste modo, as perspectivas profissionais (ou apenas ocupações futuras) dos(as) jovens são baseadas na consciência do mundo em que estão inseridos(as), ou seja, no fato de que são jovens do campo baiano, pertencentes a famílias de pequenos agricultores desprovidas de base material para planejar o futuro, residentes em um município onde existem limites e desafios na atividade agrícola por conta de questões políticas, sociais e climáticas, além da escassez de alternativas de emprego fora da agricultura.

Diante disso, portanto, podemos observar, na maioria das falas, que os (as) jovens vêem a escola como relevante à conquista de uma profissão, porém, as atividades em que estão ocupados (as), ou mesmo pretendem ocupar-se no futuro, não possuem relação com a escolarização, apontando certo distanciamento entre projetos profissionais e projetos de escolarização (exceto JA4), realidade que também pode ser observada quando a discussão gira em torno das maiores preocupações em torno do futuro.

4.4 Maiores preocupações dos jovens em torno do futuro: permanência e migração

Conhecermos as preocupações dos jovens em torno do futuro é de extrema valia para o entendimento das bases e referências dos projetos de vida dos mesmos. De modo geral, as preocupações atuais dos jovens participantes da pesquisa acerca do futuro giram em torno de questões mais pessoais do que sociais: a família, o casamento e os filhos, o trabalho, e com menor intensidade, a escolarização e as drogas.

Deste modo, os dados deste trabalho apontam uma relação com o resultado da pesquisa “Projeto Juventude”, onde os jovens foram questionados sobre quais são as piores coisas de ser jovem; 23% responderam *conviver com os riscos* (17% drogas e 9% violência) e outros 20% mencionaram *falta de trabalho*. Quanto aos problemas que mais os preocupam atualmente, 55% disseram *segurança/violência*, 52%, *emprego*, 24%, *drogas* e 16%, *fome/miséria*⁴⁶ (ABRAMO, 2008).

Ao analisarmos as falas dos pesquisados, notamos particularidades nas preocupações em torno dos projetos de futuro. Para as jovens, as principais preocupações estão relacionadas ao casamento e aos filhos, (66,6%), drogas, violência e a gravidez precoce (22,2%), emprego/estabilidade financeira (11,1%) e continuação dos estudos (11,1%). Enquanto que, para os jovens, as maiores preocupações redundam em torno da necessidade de um trabalho que lhes garanta uma renda e favoreça a realização material, pessoal e familiar. Deste modo,

⁴⁶ Informações obtidas nos anexos do livro Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional, organizado por Helena Wendel Abramo e Pedro Martoni Branco, Perseu Abramo, 2008.

dos 08 jovens, 06 (75%) destacaram a preocupação com o trabalho estável e 02 (25%) indicaram o bem estar da família (filhos e esposa). Porém, vale ressaltar que a preocupação com a família também abrange a garantia do trabalho.

Entre as jovens, a preocupação com o trabalho é pouco destacada. Nesse subgrupo, apenas JM4 salienta a preocupação com o desemprego e a estabilidade financeira⁴⁷. Deste modo, enquanto a independência financeira ocupa lugar restrito em meio às preocupações das jovens, entre os jovens esta realidade apresenta-se inversamente.

Quanto à continuação dos estudos, poucos jovens mencionaram-na como uma preocupação: entre as jovens JP3 e JM2 e entre os jovens, JA5. Deste modo, podemos notar que os estudos aparecem entre as preocupações dos jovens, porém sem muita prioridade nos planos futuros, apesar de terem manifestado interesse de continuarem estudando (14 dos 17 jovens, como mostra o capítulo 03 ao tratar dos planos em relação à escola). Assim,

É possível dizer, então, que *educação* interessa bastante, mas não preocupa muito, o que parece congruente com as respostas que avaliam positivamente a escola, no sentido de que parece um campo assegurado, pelo menos como possibilidade. Já *emprego* interessa e preocupa ao mesmo tempo, o que pode indicar que *trabalho*, mais que *educação*, aparece como ponto crítico para esta geração de jovens. (ABRAMO, 2008, p. 62).

Os dados também mostram que o número de jovens que se preocupa com questões coletivas é muito reduzido (vale enfatizar, que entre os jovens do sexo masculino não aparecerem estes elementos de análise). Neste grupo, duas jovens, JA2 e JP3, destacaram suas preocupações com as drogas, a violência e a gravidez precoce, dados próximos ao resultado da pesquisa “Projeto Juventude”. De acordo com Carneiro (2008, p.258), “a violência e o desemprego se destacam como os principais problemas do país e são os assuntos que mais preocupam o jovem hoje”. As falas de JA2 e JP3 revelam suas preocupações:

É a violência no mundo com os jovens e crianças e também essas meninas que engravidam cedo, sem pensar (JA2).

As drogas. Pra mim se tornou medo, eu não consigo mais ver na televisão isso aí não. Pra mim já virou vida real já. Conviver com pessoa que faz isso aí na escola e aqui mesmo (*se refere à comunidade onde mora*) (JP3).

⁴⁷ Vale lembrar que esta também é a única jovem que atua fora da agricultura familiar e do trabalho doméstico.

A maconha é uma droga ilícita cada vez mais presente no cotidiano dos jovens de algumas das comunidades investigadas, realidade que preocupa JP3. O encurtamento cada vez maior das distâncias entre campo e cidade, até mesmo pelos processos migratórios pendulares para as cidades, tem contribuído para a entrada das drogas no campo. Por isso, as drogas que eram restritas ao ambiente citadino estão cada vez mais próximas da vida de comunidades camponesas. Como diz JP3, adolescentes e jovens “começam bebendo, saindo com pessoas erradas, aí quando vai ver é pai chorando, querendo expulsar filho de dentro de casa, aí não tem como mais, deixando de mão”.

O que chama bastante atenção é a preocupação da grande maioria das jovens com o casamento e filhos. Mas esta preocupação difere entre as solteiras e as casadas: as casadas estão mais atentas às dificuldades vividas quanto às incertezas e desafios no casamento, no que diz respeito à convivência, responsabilidades com a chegada dos filhos, consequências da interrupção dos estudos etc; enquanto que as solteiras estão mais preocupadas com a cobrança social pelo casamento, assim como os medos acerca de um casamento mal sucedido, já que a “separação” poderá ferir a imagem feminina dentro da família e da própria comunidade.

A questão da sexualidade feminina, problemática que não é específica apenas do contexto estudado, mas, das juventudes brasileiras em geral, apesar da evidente mudança histórica sobre a questão de gênero no Brasil, “ainda restam diferenças grandes no grau de aceitação social da sexualidade juvenil, sobretudo no que diz respeito a expectativas de comportamento ligado ao gênero. Considerando todo o grupo etário, de 15 a 24 anos, a porcentagem de moças que se declaram virgens é o dobro daquela dos rapazes: 34% e 16%, respectivamente” (ABRAMO, 2008, p. 48-49).

Além disso, as relações afetivas na sociedade contemporânea estão cada vez mais fragilizadas dado que, cada vez mais, as pessoas estão fechadas no seu próprio mundo, cercadas pela individualização e pela competitividade, apesar de viverem em “tempos de globalização”. Além do mais, na maioria dos casos das jovens existe uma tendência a dependência financeira em relação à figura masculina no que diz respeito ao provimento de sua própria sobrevivência. Assim, o futuro passa a ser condicionado a um casamento bem sucedido, daí a grande preocupação.

As preocupações dos jovens com a família transitam em torno da inquietação quanto à garantia da sobrevivência da família que constituíram já que são casados. Deste modo, oferecer o bem estar à família é sinônimo de realização pessoal. Diferentemente dos jovens solteiros, a preocupação fundamental é adquirir coisas materiais que lhes trarão a realização

peçoal, tais como carro, moto, casa etc, através de um trabalho estável que lhes garantam uma renda fixa.

Essas preocupações dos jovens solteiros e casados redundam na discussão sobre a permanência no campo ou migração para a cidade, sendo este um foco da atenção nos estudos realizados sobre a temática da juventude do campo, destacando-se os “desejo dos jovens de permanecerem ou não no campo e as condições de realização desses desejos e de suas aspirações profissionais” (CARNEIRO, 2008, p. 247).

Morar no campo faz parte dos projetos de vida de 15 dos 17 jovens (88,2%) que compõem o universo da pesquisa. A permanência no campo está associada a fatores tais como a *tranquilidade do lugar, contato com a natureza, proximidade dos familiares e amigos* etc. Porém, não é perfeitamente claro nas falas dos(as) jovens que há resistência ao trabalho na agricultura em si, por ser um trabalho *pesado, penoso e sacrificante* o que nos leva a pensar que,

Se nas relações “modernas” de produção vigentes no campo, sobretudo no processo de integração agroindustrial, não se valoriza nem se remunera suficientemente os produtos e os esforços gerados pelos(as) agricultores(as), processo que motiva os jovens a buscar outras alternativas de renda, isto não significa dizer que a profissão de agricultor, em outras condições, não é ou não seria valorizada ou desejada pelos jovens. Se os agricultores familiares e os jovens fossem reconhecidos e valorizados com a profissão de agricultor(a), eles não deixariam o campo (STROPASOLAS, 2007, p. 286).

Os dados da pesquisa mostram que a motivação à migração para a cidade decorre da ausência de condições concretas à permanência, destacando-se à garantia de uma renda estável que possibilite a concretização dos sonhos. Estudos realizados mostram que cada vez mais cresce o desencantamento por parte dos jovens do campo com a cidade, o que torna evidente que eles querem uma saída para ficarem no campo e que passam a ver positivamente o mundo rural (STROPASOLAS, 2007).

Na pesquisa realizada por Carneiro (1998), com jovens residentes em duas áreas campestres em São Pedro da Serra, distrito do município serrano de Nova Friburgo no Estado do Rio de Janeiro, e no município de Nova Pádua, na região colonial do Rio Grande do Sul, nota-se que dos 56 filhos de agricultores entrevistados (28 moças e 28 rapazes), 83% (26 moças e 21 rapazes) não gostariam de permanecer na atividade agrícola. A investigação mostra que as justificativas dadas são semelhantes entre os jovens e as jovens. “O principal argumento é de ordem econômica (49%): trata-se de um trabalho *pouco rentável, sem futuro,*

instável, sem recompensa, trabalha-se muito e ganha-se pouco. Associado a essa justificativa aparece o segundo argumento mais citado, que é o do esforço físico: um trabalho *duro, pesado, cansativo*” (CARNEIRO, 1998, p.08).

O distanciamento dos (as) jovens a projetos de futuro voltados para a agricultura e como se dá a relação dos mesmos com outras oportunidades de trabalho no campo são questões levantadas por Wanderley (2007) na pesquisa realizada com jovens do campo nordestino de três municípios pernambucanos (Glória do Goitá, Orobó e Ibimirim). O estudo buscou saber sobre quem são, onde vivem, como vivem, o que pensam e como projetam seu futuro. Assim,

Se a atividade agrícola, nas condições em que é vivenciada pelas famílias camponesas, nos locais estudados, não atrai, nas jovens gerações, o desejo de continuar a tradição, o encaminhamento para outras profissões encontra, igualmente, limites no restrito dinamismo socioeconômico dos pequenos municípios, onde vivem estes jovens. Os lugares rurais são distantes e nas sedes municipais, as oportunidades de caminhos alternativos são igualmente muito restritas. (WANDERLEY, 2007, p. 32).

Algumas falas dos jovens teofilandenses, participantes desta pesquisa, levam a identificação da desvalorização do trabalho na agricultura expressa pela baixa remuneração, como mostra JE3: “Na roça não dá pra conquistar o que a pessoa quer. O ganho é pouco.” A estabilidade em relação à renda, que não é garantida em ocupações dentro da agricultura, também é apontada nas falas dos jovens como fatores do não planejamento do futuro a partir da produção na agricultura familiar. JM4 enfatiza também esta realidade.

Eu gosto de morar na roça, mas só que, sei lá, véio, me acostumei na cidade, assim... trabalhando fora. Agente todo dia tem o seu dinheirinho assim no mole... quando chega aqui tem que dar bastante duro pra poder não chegar nem a metade do que a gente ganha fora. Aqui você trabalha um mês, pra fazer R\$200,00 tem que se esforçar, ainda não faz. Lá fora só em quinze dias, brincando, você ganha duzentos ou mais. Não é isso? Agora perdi o gosto de ficar sempre aqui. Eu já tou até azoado de ficar aqui, já tou doido pra ir embora, sair daqui. Eu tou aqui não sei por quê. Só esperar o meu seguro sair pra eu poder zanzar de novo (JM4).

Na fala de JE2, jovem do sexo feminino, também podemos notar a “fuga” do trabalho na agricultura, devido à ausência de uma renda fixa nesta atividade: “Eu gosto assim de plantar, arrancar não, mas gosto mais de trabalhar em casa de família, porque casa de família vai ganhar dinheiro e na roça não. Porque na rua a pessoa fica o tanto que a pessoa

quer e na roça é só aquele tempo, de ano em ano” (JE2). Para esta jovem é preferível o trabalho doméstico ao trabalho esporádico na agricultura, pois, embora a remuneração seja baixa, assegura-lhe uma renda.

Além da falta de estabilidade da renda e baixa remuneração no trabalho da agricultura familiar, os (as) jovens manifestam insatisfação quanto à falta de lazer no campo (11,7%), indispensável à sociabilidade juvenil. Como diz JP1, “O que tem de ruim é porque é muito quieto, não tem muito, assim, pessoas pra conversar, não tem muito lugar pra sair, por aqui mesmo. O lado bom é que eu moro mais pai e mãe e eles são bons pra mim”.

Apesar de não ser um dos principais motivos à migração, a falta de diversão e lazer na comunidade é apontada como algo negativo à vida juvenil no campo, configurando-se como elemento de insatisfação à realidade em que vivem. Como aponta Carneiro (2008, p.257), a vida social dos jovens do campo “[...] é, via de regra, reduzida a encontros de amigos e familiares e ao jogo de futebol nos finais de semana, podendo variar segundo a proximidade dos centros urbanos que ofereçam a possibilidade de ampliar a rede de sociabilidade e as alternativas de lazer”.

As dificuldades de acesso a assistência pública de saúde no campo também foram apontadas por JM2 como algo negativo a vida no campo.

Eu gosto assim de morar aqui, o ar é diferente... mas, é assim... tipo... umas coisas tem aqui na zona rural e na cidade já não tem, tipo assim, no caso, a gente adoece, aí tem que procurar a cidade, né? O que mais a gente pensa é isso, de morar na zona rural. Quando a gente mora na cidade já tá perto de um hospital, né? E aí a coisa é mais fácil, mas na zona rural é melhor (JM2).

Porém, vale destacar que a falta de atendimento à saúde e ao lazer são reveladores da insatisfação dos jovens quanto à ausência dessas políticas na comunidade, mas que não se configuram como motivos fundantes do processo de migração; são elementos de insatisfação, mas que não inviabilizam a construção de projetos de permanência. Na verdade, os projetos de permanência no campo estão baseados em três elementos principais: preferência por um lugar sossegado, possibilidade de produzir o próprio alimento e, principalmente, proximidade da família e dos amigos, sendo este último muito citado nas falas dos (as) jovens.

Para JM1, “na cidade muitas vezes acontece muitas violências e na roça é mais tranquilo, mais sossegado. Deu de noite, a gente se deita e fica com as portas abertas até mais tarde, e na rua, não; deu de noite você tem que se fechar e ficar dentro de casa, né, e aqui na roça você fica sossegado” (JE1). Além do sossego e da tranquilidade, surgiram referências

também relacionadas ao campo como ambiente natural, saudável e expressões mais romantizadas do lugar, tais como “lugar sadio, mais natural, muito mais gostoso de se viver” (JA4), e, “aqui é a melhor opção porque imagine você acordar, solzão, ar fresco, não tem muito movimento de carro, avião, nada disso. Só tranquilidade, é legal demais” (JA5). Esta forma de ver o campo, muitas vezes, se dá pela influência da “própria valorização urbana do campo como ‘lugar saudável’, ‘tranquilo’, ‘sem violência’, os jovens começam a manifestar o desejo de permanecer na localidade de origem desde que ocupados em outras atividades que não a agrícola (CARNEIRO, p. 253, 2008).

A possibilidade de produzir o próprio alimento no campo é apontada por JM2 como redução de custo de vida em relação à cidade: “Você pode trabalhar na roça, criar muitas coisas como ovelha, galinha... Já morar na rua, aí já tem que ser tudo comprado e aqui não, no inverno você planta, né? A vantagem é essa”. Na verdade, nas falas dos (as) jovens não é mencionada a importância do alimento produzido na própria terra, por ser saudável e livre de agrotóxicos, mas sim, pelo baixo custo na produção dos alimentos.

Na roça, se você plantar uma coisa você tem e na cidade não, você tem que comprar tudo. Já na roça, se você plantar, você come. É bom na roça. Eu acho. Não acho ruim não. Eu prefiro na roça porque o que der você come e na rua você tem que comprar. Às vezes, você não tem nem dinheiro pra comprar e na roça é melhor, eu acho (JA2).

Por fim, as relações afetivas com o lugar, a família e os amigos configuram-se como fator de extrema relevância para a compreensão do desejo que alimenta os projetos de permanência (futuros, para os migrantes, e presentes, para os que vivem no campo) dos jovens das comunidades investigadas de Teofilândia/BA, já que a maioria deles não está inserida produtivamente na atividade que caracteriza a sobrevivência no campo, que é a agricultura (nem mesmo a pecuária), e nem mesmo possuem planos de futuro profissionais nesta área.

Portanto, o laço de afetividade com o lugar e com as pessoas que nele habitam é representado por expressões como: “aqui tá perto de quem a gente gosta” (JP3), “aqui o cara sai, tá os amigos” (JA1), “eu quero, se Deus quiser, só sair daquele Massapê véio no caixão” (JM3), etc. A recorrência destas expressões nas falas dos jovens reafirma este vínculo afetivo, mesmo sendo a permanência no campo uma “opção” por uma vida difícil, já que falta o fundamental para a sobrevivência que é o trabalho, (vale dizer, fator principal da migração), além de lazer, atendimento à saúde, acesso à educação, dentre outros. Porém, vale ressaltar

que essa relação afetiva é insuficiente à garantia da permanência dos jovens no campo, frente à visível carência de políticas públicas nas comunidades onde moram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das informações trazidas pelos dados desta pesquisa, norteadas pelo aporte teórico-metodológico escolhido, chegamos a algumas conclusões em torno da pergunta de investigação: Qual o lugar da escolarização e do trabalho nos projetos de vida dos jovens de Alecrim, Entrada, Massapê e Pau D'arco, comunidades do campo do município de Teofilândia/BA?

Diante da pergunta, pudemos constatar que muitos aspectos da vida dos jovens das comunidades pesquisadas estão relacionados a um contexto socioeconômico mais amplo no qual estão inseridos os jovens brasileiros da classe trabalhadora em geral (não só do campo como também urbanos, negros, índios, etc.), particularmente no que diz respeito aos desafios ao acesso e permanência escolar, decorrentes, muitas vezes, de circunstâncias que levam a antecipação de responsabilidades da vida adulta (trabalho, casamento, gravidez).

Em linhas gerais, os dados da pesquisa levam a confirmação da hipótese de que a dificuldade para conciliar o trabalho com a escolarização leva ao abandono escolar, em detrimento da necessidade imediata da sobrevivência pessoal e/ou familiar, principalmente entre os jovens do sexo masculino. Assim, a interrupção escolar apresenta-se relacionada às condições concretas da realidade em que vivem, onde a necessidade de trabalhar, muitas vezes, passa a ter centralidade na vida dos mesmos, e deste modo, a escola passa a ter papel secundarizado nos projetos concretos de vida.

Os dados da pesquisa levam ao seguinte questionamento: É possível falar em projetos? Até que ponto os jovens participantes da pesquisa projetam suas vidas? O sentido de projeto para os jovens está baseado nos desejos, sonhos e condições concretas para a sobrevivência, a partir de caminhos diversos, que nem sempre são lineares, considerando o contexto sócio-cultural, político e econômico em que vivem. Por isso, nem sempre é possível o planejamento da vida, o futuro, a partir de bases mais concretas para a realização desses planos.

A escolarização apresenta-se como perspectiva de melhoria para o futuro, tanto para os que estudam quanto para os que desistiram, porém, as formas de inserção social dos jovens lhes oferecem poucas condições para realizarem os projetos educacionais (de continuação dos estudos). Por isso, podemos concluir que existem incertezas no que se referem as “escolhas” profissionais e educacionais dos jovens, pois muitas vezes, elas se dão por contingências definidas pelo contexto sócio-cultural.

Deste modo, na elaboração dos projetos profissionais dos jovens verificamos que existe certa consciência da distância entre a profissão desejada e a profissão real, visto que na realidade da sociedade em que vivemos “nem sempre podemos adotar a carreira que nos interessa: as nossas relações com a sociedade, em certa medida, começam antes de as podermos determinar” (MARX; ENGELS, 1978, p.55). Assim, na maioria das vezes, as profissões são “projetadas” a partir daquelas que estão ao alcance de acordo com o contexto sócio-cultural e econômico, para as quais, quase sempre, a escolarização nem sempre possui grande relevância.

Existe uma diferença entre os papéis da escolarização e do trabalho na vida dos jovens e das jovens, embora apresentem alguns sinais de transformação. Entre as jovens, a secundarização do lugar da escola aparece associada à migração, mas surgem outros fatores tais como o fracasso escolar, a gravidez, o casamento, e em um único caso, a indefinição profissional. Enquanto que para os jovens, a necessidade de migrar em busca de trabalho foi unanimidade entre os participantes da pesquisa.

Ainda sobre a relação de gênero entre os jovens, notamos que a maioria das jovens está condicionada a uma situação de dependência financeira em relação aos pais ou aos maridos (para as casadas), dado que indica também uma relação entre o baixo nível de escolarização e a dependência financeira. Por isso, podemos concluir que, no universo estudado, as moças migram menos que os rapazes por ainda existir a dependência feminina em relação à masculina. Mas, surge também neste contexto a situação de migração do casal, para juntos trabalhar em função da construção de condições materiais para a constituição da unidade familiar. Deste modo, os dados da pesquisa suscitam uma possibilidade de investigação futura em torno das determinações de gênero na vida dos jovens e das jovens do campo.

O processo de migração do campo para a cidade mostra que nem sempre os sonhos são concretizados, visto que quase sempre os jovens saem de uma zona de exclusão, a vida sem oportunidade no campo, e entram em outra, condições precárias de trabalho e de sobrevivência no espaço urbano. Entre os jovens do campo, o foco migratório atual é o estado de Santa Catarina. Santa Catarina surgiu nos projetos de vida desses jovens, possivelmente, devido à construção de uma rede migratória entre os que migraram, o que tem facilitado a indicação de trabalho e moradia, além de laços de afetividade, no lugar desconhecido.

Apesar de não existirem condições concretas para a realização dos projetos de vida no campo, as relações afetivas com o lugar e com as pessoas que nele vivem, particularmente,

os familiares e amigos, são consideradas como forte motivo para os jovens desejarem permanecer, porém este sentimento não é suficiente para a garantia da permanência, frente a visível carência de políticas públicas nas comunidades onde moram. Porém, não foram identificadas nas falas dos jovens perspectivas críticas em torno deste problema; os jovens sentem-se os únicos responsáveis pelas próprias dificuldades em relação às “escolhas” feitas para as suas vidas.

Neste sentido, as possibilidades de redefinição do lugar que a escola e o trabalho ocupam na vida dos jovens das comunidades de Alecrim, Entrada, Massapê e Pau D’arco, conforme indica a confirmação da hipótese da pesquisa, perpassam por múltiplas determinações do contexto sócio-histórico, político e cultural em que vivem. De fato, a transformação desta realidade demanda mudanças mais amplas na própria forma de organização da sociedade contemporânea, porém, iniciativas mais específicas nas políticas públicas (educação, trabalho, saúde, lazer etc) podem ser feitas para a garantia do direito do jovem do campo permanecer no campo.

Na perspectiva dos sujeitos, a relação com a escola emerge, de modo mais evidente, como condição indispensável para adquirir um trabalho, “o lugar da certificação para o emprego”, perdendo-se, assim, as dimensões formativas e emancipatórias que deveriam conduzir o processo educativo na escola. Porém, contraditoriamente, as trajetórias dos mais escolarizados mostram que nem sempre a escola contribui para a inserção produtiva na sociedade contemporânea, de acordo ao nível de escolarização. Diante dessa situação, surge o questionamento em torno da relevância dessa escolarização para a vida dos jovens do campo, inquietação que suscita um debate futuro.

Neste sentido, para os jovens do campo faz-se necessário uma política educacional “[...] que busque articular ciência, conhecimento, cultura e trabalho. [...] o desafio é que um conjunto de conceitos e categorias básicas possa ser reconstruído ou produzido a partir da diversidade, tanto regional como social e cultural. (FRIGOTTO, 2004, p. 210). Deste modo, a educação passa a ser considerada como estratégica e fundamental para a formação educacional, que vai muito além da formação profissional para o mercado de trabalho.

Portanto, esta pesquisa científica, em que pese os seus limites, possui relevância no debate em torno da visibilidade da temática no meio acadêmico, social e político, visto que, os desafios, as angústias e as esperanças dos jovens das comunidades de Teofilândia/BA espelham a realidade concreta de muitos jovens do campo brasileiro, desprovidos do direito de escolher e elaborar projetos de vida na sociedade desigual e injusta em que vivem.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel; MARTONI, Pedro Paulo (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 37-72.

_____. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, maio/jun/jul/ago, nº 06, 1997.

ABRAMOVAY, Ricardo; CAMARANO, Ana Amélia. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: IPEA: 1999. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 20/09/2011.

ANTUNES-ROCHA, M. I.; MARTINS, A.A.. Formar docentes para a Educação do Campo: desafios para os movimentos sociais e para a Universidade. In: ROCHA, M. I. A; MARTINS, A. A. M. (Orgs.). **Educação do Campo: desafios para a formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. (Coleção Caminhos da Educação do Campo).

ARROYO, Miguel. **Políticas de Formação de Educadores (as) do campo**. Campinas: Caderno Cedes, vol. 27, n. 72, 2007. p.157-176.

BAENINGER, Rosana. **Juventude e movimento migratório no Brasil: Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília: CNPD, 1998. p. 21-70.

BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p.35-51.

_____. **Os rumos do mundo rural na América Latina no início do século XXI, num cenário de grandes transformações sociais, econômicas e políticas**. Sociologias. Porto Alegre, ano 5, n. 10, jul/dez 2003. p. 14-25.

BRUNO, Lúcia (Org.). **Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo: leituras selecionadas**. São Paulo: Atlas S.A., 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

CALDART, Roseli Salete; PALUDO, Conceição; DOLL, Johannes. **Como se formam os sujeitos do campo? Idosos, adultos, jovens, crianças e educadores**. Roseli Salete Caldart, Conceição Paludo, Johannes Doll (Orgs.). Brasília: PRONERA: NEAD, 2006.

CARNEIRO, Maria José. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro P. M. (orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 243-261.

_____. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: TEIXEIRA DA SILVA, F. C., SANTOS, R., COSTA, L. F. C. (Orgs.) **Mundo rural e política**: Ensaio interdisciplinares. Rio de Janeiro, Campus/Pronex, 1998.

CARVALHO, Marília Pinto de. Gênero e política educacional em tempos de incerteza. In: Alvaro Moreira Hypolito; Luís Armando Gandin. (Orgs.). **Educação em tempos de incertezas**. 1 ed. Belo horizonte: Autêntica, 2000, v. , p. 137-162.

CASTRO, Elisa Guaraná de et al. **Os jovens estão indo embora?** Juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X, Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

_____. **Entre Ficar e Sair**: uma etnografia da construção da categoria jovem rural. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, 2005a.

_____. **Juventude rural**: “apenas uma palavra” ou “mais que uma palavra”. XXIX Encontro Anual da ANPOCS, GT Ruralidade na Sociedade Contemporânea: desafios e perspectivas. Caxambu/ MG, 2005b.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Jovens andarilhos no curto ciclo do capital. Okara: **Geografia em debate**. V. 1, n. 1, 2007. p. 77-100.

DAYRELL, Juarez; GOMES, Nilma Lino. **A juventude no Brasil**. Mimeo. 2004.

DEDECCA, C. S. Racionalização econômica e heterogeneidade nas relações e nos mercados de trabalho no capitalismo avançado. In: OLIVEIRA, Carlos. A. B de; MATTOSO, Jorge E. L. (orgs.) **Crise e Trabalho no Brasil**: Modernidade ou volta ao passado?. São Paulo: Scritta, 1996.

DURSTON, John. **Juventud rural excluída em America Latina reduciendo la invisibilidade**. In: XXI Congresso Latino-Americano de Sociologia. São Paulo, 1997.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa**: questões para reflexão. Brasília/MDA, 2006.

FORMAN, Shepard. **Camponeses**: sua participação no Brasil. Tradução de Maria Isabel Erthal Abdenur. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. Campinas/São Paulo: Papyrus, 1995.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina; VANUCCI, Paulo (Orgs.). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004. p.180-216.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População jovem no Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento de População e Indicadores Sociais, 1999.

_____. **Síntese dos Indicadores Sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, 2010.

_____. **Atlas Geográfico.** 5. ed. Brasília, 2010.

LOPES, Wiama de Jesus Freitas. **As Representações sociais dos jovens do campo, acerca de suas escolas.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2008.

MARK, Karl; ENGELS, Friedrich. **Crítica da educação e do ensino.** 1. ed. Lisboa: Moraes Editores, 1978.

MOLINA, Mônica Castagna. Prefácio. In: CALDART, Roseli Salete; PALUDO, Conceição; DOLL, Johannes (orgs). **Como se formam os sujeitos do campo? Idosos, adultos, jovens, crianças e educadores.** Brasília: PRONERA: NEAD, 2006.

MONTAGNER, Miguel Angelo. **Trajetórias e biografias:** notas para uma análise bourdieusiana. Sociologias. Porto Alegre, ano 9, n.17, jan/jun, 2007. p.240-254.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política:** uma introdução crítica. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NOVAES, Regina Célia Reys. **Juventude e sociedades:** jogos de espelhos. Sociologia Especial, Ciência & Vida, São Paulo, ano 01, n. 2, 2007, p.7-15. Disponível em: <<http://www.antropologia.com.br/arti/colab/a38-rnovaes.pdf>>. Acesso em: 10/07/2011.

NOVAES, Regina Célia Reyes. et al. **Política Nacional de Juventude:** diretrizes e perspectivas. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude/Fundação Friedrich Ebert, 2006.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude: alguns atributos. **Análise Social.** V. 01. XXV (105-106), 1990, 139-165.

_____. **A juventude como Fase de Vida:** dos ritos de passagem aos ritos de impasse. São Paulo: Saúde e Sociedade. V. 18, n.3, p.371-381, 2009.

POCHMANN, M. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: NOVAES, Regina; VANUCCI, Paulo. **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação.** São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004. p.217-259.

_____. **O trabalho sob fogo cruzado:** exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 2002.

SANTOS, Fábio Josué Souza dos; MOURA, Terciana Vidal. Políticas educacionais, modernização pedagógica e racionalização do trabalho docente: problematizando as representações negativas sobre as classes multisseriadas. In: ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; HAGE, Salomão Mufarrej (Org.). **Escola de Direito:** reinventando as classes multisseriadas. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SILVA, Rogério Nunes; CAPELO, Maria, Regina Clivati. **Juventude do campo e políticas públicas**: algumas reflexões de um texto em construção. *Colloquium Humanarum*, v. 3, p. 36-48, 2005.

SILVA, Vanda. Jovens de um rural brasileiro: Socialização, Educação e Assistência. **Caderno Cedes**, Campinas, v.22, n. 57, agosto / 2002. p.97-115.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SOUZA, Maria Antônia de. Educação do Campo: Trajetória, parcerias e práticas pedagógicas. In: **Conhecimento local e conhecimento universal**: diversidade, mídias e tecnologias na educação. Curitiba: Champagnat, 2004.

SPOSITO, Marília Pontes. **Transversalidades no estudo sobre jovens no Brasil**: educação, ação coletiva e cultural. São Paulo: Educação e Pesquisa. V.36, n. especial, p. 95-106, 2010.

_____. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ARAMO, Helena Wendel; MARTONI, Pedro Paulo (Orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira**: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008. p.87-128.

_____. **Estado da arte na pós-graduação brasileira**: educação, ciências sociais e serviços sociais (1999-2006). Belo Horizonte/MG: Argvmentvm, 2009.

STROPASOLAS, Valmir. L. Um marco reflexivo para a inserção social da juventude. rural. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 279-311.

TAFFAREL, Celi Nelza Zulke. **Contra o extermínio da juventude na luta pela vida**. <Disponível em: www.rascunhodigital.faced.ufba.br>. Acesso em 06/03/2010.

TEIXEIRA, Ana Maria Freitas. Percorrendo caminhos que conduzem ao curso técnico: entre incertezas e possibilidades. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.15, n.28, 2010. p.37-59.

TRIVIÑOS, Augusto N. S.. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em Educação. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p.21-33.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais: mapa de estudos recentes**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em participar da pesquisa intitulada, **Jovens do campo baiano: o lugar da escolarização e do trabalho nas trajetórias e projetos de futuro**, desenvolvida por Sicleide Gonçalves Queiroz (contato: (75)91929396; siqueiroz@yahoo.com.br) através do Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Fui informado(a) de que a pesquisa é orientada pela Profª Drª Ana Maria Freitas Teixeira, a quem poderei contatar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone (75)91439421 ou e-mail anabrteixeira@hotmail.com

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais buscam investigar qual o lugar da escolarização e do trabalho nos projetos de vida dos jovens do campo baiano, oriundos das comunidades Alecrim, Entrada, Massapê e Pau D'arco localizadas no município de Teofilândia/BA, buscando identificar as relações entre escolarização, trabalho e projetos de vida, perspectivas que envolvem a relação entre a permanência no campo e a migração para a cidade.

Fui também esclarecido(a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Educação, do Ministério da Educação. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista semi-estruturada a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e/ou sua orientadora.

Fui ainda informado(a) de que posso me retirar desse(a) estudo a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Teofilândia/BA, 18 de dezembro de 2011.

Assinatura do(a) participante: _____

Assinatura do(a) pesquisador(a): _____

Assinatura do(a) testemunha(a): _____

APÊNDICE B - QUESTÕES NORTEADORAS DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
 PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
 NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
 ORIENTADORA: Ana Maria Freitas Teixeira
 ORIENTANDA: Sicleide Gonçalves Queiroz

QUESTÕES NORTEADORAS DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Projeto de pesquisa: **Jovens do campo baiano: o lugar da escolarização e do trabalho nas trajetórias e projetos de futuro**

Bloco 01: ESCOLA

01. Fale um pouco sobre a sua família (composição, trabalho, grau de escolarização dos pais, ocupação dos pais, renda da família...)
02. Que lembranças você tem da escola? (O que chamou a atenção na escola? O que teve de importante?)
03. Quais os problemas que você enfrenta (ou enfrentou, para os desistentes) para estudar?
04. Quais são os seus planos em relação à escola? Pretende continuar estudando? Até que série? (Para os desistentes, pretende voltar algum dia?)
05. Você vê alguma importância da escola pra a sua vida?

Bloco 02: TRABALHO

01. Você lembra quando você começou a trabalhar? (em que, quando...)
02. Qual a sua ocupação atual? Você acha que o estudo ajudou, de alguma forma, para o trabalho que tem hoje?
03. Que planos você tem para sua vida profissional? Você acha que tem algum obstáculo pra isso? Que estratégias você está utilizando em busca desse objetivo?
04. O que significa a família na sua vida? Seus pais lhe apóiam nos estudos? Em que eles querem que você trabalhe?

Bloco 03: PERSPECTIVAS FUTURAS

01. O que significa morar na roça? Você vê vantagens em morar na roça?
02. Você já pensou em ir embora? Por que pensou?
03. O que você acha do lugar onde vive? O que falta?
04. Quais as suas grandes preocupações hoje? (emprego, profissionalização, estudos, casamento, constituição familiar...)
05. Você gostaria de falar alguma coisa após a nossa conversa?